

COLEÇÃO PALAVRA-CHAVE

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

SOCIEDADE
E
BIBLIOTECONOMIA

editora polis
apb

Sociedade e Biblioteconomia é o resultado da reunião de alguns textos elaborados pelo autor e publicados em materiais (Anais, Boletim de Associação) cujo acesso, pelas suas características, é muito difícil. Outros textos reproduzem, obviamente não de maneira fiel, palestras por ele proferidas em eventos que não publicaram anais. O livro está dividido em três partes: Bibliotecas públicas e alternativas; Função Social — Bibliotecário; e Movimento Associativo. A idéia da publicação do livro surgiu dos pedidos de cópias desses textos que o autor recebe com frequência, quase sempre motivados pela não localização dos materiais onde foram publicados originalmente.

OSWALDO FRANCISCO DE ALMEIDA JÚNIOR

Sumário

SOCIEDADE
E
BIBLIOTECONOMIA

Editora Polis

Associação Paulista de Bibliotecários

1997

Copyright ©1997 — Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Capa: Sílvia Kawata

Ficha Catalográfica:

Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de
A448 Sociedade e Biblioteconomia/ Oswaldo Francisco de
Almeida Júnior. São Paulo : Polis : APB, 1997.
129 p. (Coleção Palavra-Chave, 7)

1. Bibliotecário. 2. Função social. 3. Bibliotecas públicas e alternativas. 4. Movimento associativo. I. Título. II. Série.

ISBN 85-7228-006-5

CDU: 021

CDD: 021.2

Direitos reservados pela
Editora Polis Ltda.

Rua Caramuru, 1196 — Saúde — 04138-002 — São Paulo — SP
Tel./fax.: (011)275-7586

Sumário

Apresentação explicativa	7
Bibliotecas públicas e alternativas	9
Novas tecnologias: e a população?	11
A bonicidade do livro e a democratização da informação: balelas bibliotecárias I	21
Vale mais uma informação do que um prato de feijão: balelas bibliotecárias II	24
Falta de usuários nas bibliotecas ou O usuário realmente faz falta?	27
Livro e leitura no Brasil: uma história que deu certo?	40
Bibliotecas populares	51
Centros de documentação popular	58
Silêncio: vamos falar de biblioteca	61
Biblioteca pública: útil socialmente? ou Biblioteca pública: missão ou <i>mise en scene</i> ?	63
Do giz autoritário à informação democrática	68
Biblioteca pública e comunidade: um vínculo ainda inexistente	74

Função social — Bibliotecário	83
A AIDS e o bibliotecário	85
Participação política do bibliotecário ou Por uma biblioteconomia guerrilheira	89
Corporativismo bibliotecário: remédio contra a competência	94
O bibliotecário e sua relação com a sociedade	98
Por que e para que bibliotecários?	101
Movimento associativo	105
Da arte de não participar	107
Estrutura associativa dos bibliotecários	114
Movimento associativo bibliotecário: rumos	116
Movimento associativo: uísque com guaraná	121
Mercado de trabalho: o bibliotecário em São Paulo.....	126

Apresentação explicativa

Desde 1977 atuo junto ao movimento associativo bibliotecário. Inicialmente, com um grupo de bibliotecários, participei da criação da Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo — APBESP —, condição, na época, essencial e imprescindível para que se concretizasse a formação do primeiro sindicato de bibliotecários do Brasil. Esse sindicato, infelizmente, só foi reconhecido pelo Estado em 1985, após 8 anos de intensa luta. Presidi a APBESP de 1978 à 1982. Em 1983 aceitei o convite para participar de uma chapa que concorreria nas eleições daquele ano para a Associação Paulista de Bibliotecários. Trabalhei como presidente da APB de 1984 à 1986, sendo reeleito para a gestão 1987-1989. De 1990 até hoje, permaneço atuando como membro do Conselho Fiscal da APB e coordenando a Comissão Editorial. Durante o período em que presidi a APB, fui membro nato do Conselho Regional de Biblioteconomia, 8ª Região. Também participei das Assembléias da FEBAB, inclusive, durante um período, atuando como membro do Conselho Fiscal daquela entidade. Participei também, do início da criação da Sociedade Brasileira de Agentes da Informação — SAIBA.

Durante todo esse período, escrevi alguns textos a respeito do movimento associativo, tentado exteriorizar e compartilhar minhas reflexões sobre os problemas enfrentados por ele no Brasil.

Embora não atuando, como bibliotecário, diretamente com bibliotecas públicas, estas sempre estiveram presentes entre os meus principais interesses na área (assim como o Serviço de Referência e Informação). Minhas pesquisas estiveram, e ainda estão, direcionadas para os problemas enfrentados pelas bibliotecas públicas. Acompanho a trajetória das bibliotecas públicas no Brasil, as agruras, penúrias e descrenças com as quais convivem, além das propostas alternativas apresentadas e concretizadas visando torná-las mais próximas dos anseios e necessidades da comunidades por elas atendidas.

Do mesmo modo, interesse-me pela razão de ser, pela função social do profissional bibliotecário e, em conseqüência, pelos problemas que

enfrenta enquanto profissional e pela sua relação e envolvimento com a sociedade.

Vários textos elaborei sobre esses temas, preocupado em tornar presentes e fazer com que se reflita sobre essas questões. A problemática da biblioteca pública e do profissional bibliotecário não pode ser esquecida, sob pena de nos excluirmos como objeto de análise e estudo. Se é difícil identificar-se o objeto da biblioteconomia, mais difícil o será sem uma profunda reflexão sobre a atuação desse tipo de biblioteca e desse profissional.

Vários dos textos aqui reunidos, foram publicados em materiais (Anais, Boletim de Associação) cujo acesso, pelas suas características, é muito difícil. Outros textos reproduzem, obviamente não de maneira fiel, palestras que proferi em eventos que não publicaram anais. Apenas dois textos foram originalmente publicados na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* e na *Palavra-Chave*. Estão aqui incluídos para facilitar sua recuperação, já que, infeliz e paradoxalmente, muitos fascículos dessas revistas “desaparecem” das coleções das bibliotecas.

A idéia de editar este livro, surgiu de alguns pedidos que recebo de cópias de textos aqui reunidos, quase sempre motivados pela não localização dos materiais onde foram publicados originalmente. Se os textos contribuírem para ampliar as reflexões e análises quanto aos temas e assuntos abordados, a proposta deste livro terá sido alcançada.

Novas tecnologias: e a população?

1. Introdução

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ALTERNATIVAS

Neste artigo, apresentamos uma reflexão sobre o papel das bibliotecas públicas e alternativas no contexto das novas tecnologias. A discussão é baseada em uma análise crítica da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios enfrentados por essas instituições. O texto aborda a importância da inclusão digital e da promoção da leitura, bem como a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso equitativo aos recursos tecnológicos. A conclusão sugere que as bibliotecas devem atuar como espaços de diálogo e transformação social, adaptando-se às demandas da sociedade contemporânea.

Quem pode dizer que as bibliotecas públicas não são mais relevantes no mundo digitalizado de hoje? Muitas vezes, elas são vistas apenas como locais de armazenamento de livros, ignorando seu potencial como centros de aprendizagem e inclusão social. É preciso reconhecer que as bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da alfabetização e no acesso à informação, especialmente para as populações mais vulneráveis. Portanto, é essencial que essas instituições sejam fortalecidas e adaptadas às novas realidades tecnológicas.

Além disso, as bibliotecas alternativas oferecem uma abordagem inovadora para atender às necessidades específicas de diferentes grupos sociais. Essas instituições podem atuar como espaços de diálogo e transformação social, promovendo a participação cidadã e o desenvolvimento comunitário. É importante que as bibliotecas públicas e alternativas sejam vistas como parceiros estratégicos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Novas tecnologias: e a população?

1 Introdução

Seria prova de insanidade não reconhecer os avanços tecnológicos. Qualquer pessoa, sem esforços, pode perceber as alterações que estão, vertiginosamente, ocorrendo ao seu redor. As sofisticações dos aparelhos eletrônicos; as facilidades oferecidas para os clientes dos bancos; a possibilidade de gravações, não só sonoras mas também visuais; o uso cada vez maior de microcomputadores no comércio, na indústria e, mesmo, nas residências; os novos brinquedos infantis que interagem com a criança a partir de comandos desencadeados em programas de televisão; os aparelhos utilizados pelo setor da saúde, que possibilitam maior rapidez, confiabilidade e segurança nos diagnósticos, enfim, todo um aparato que interfere no cotidiano das pessoas.

Todo esse desenvolvimento tecnológico, no entanto, atende a um diminuto e restrito público, capacitado, principalmente pela sua condição econômica, a se utilizar das facilidades e comodidades que tais avanços propiciam. Como veremos mais adiante, não é apenas a capacidade de se utilizar das novas tecnologias que torna seu público restrito, mas, como observam AYALA & AYALA (2:p.56-7) “Na sociedade capitalista (...) a desigualdade econômica engendra a desigualdade de acesso aos outros bens produzidos pela sociedade, inclusive a cultura. Deste modo, os dominados economicamente também o são política e culturalmente.” Obviamente, a *informação* não foge desse contexto.

Quem pode negar as alterações e mudanças ocorridas em todas as áreas do conhecimento humano, ocasionadas pelas novas tecnologias? No caso da Biblioteconomia, que nos interessa particularmente, tais transformações também foram profundas e marcantes, ou melhor, tais transformações *são e estão* sendo profundas e marcantes.

Nossa preocupação não está relacionada com o desenvolvimento da tecnologia em si, mas com sua utilização e, principalmente, para que grupo social está ela dirigida. Tal questão não é nova, sendo resgatada “A cada impacto provocado por novas tecnologias da comunicação. (...) Assim foi

com o rádio, com a televisão, com as histórias em quadrinhos e agora com o computador. A pergunta é sempre a mesma: qual é o resultado da ação destes meios sobre as pessoas?" (CAMARGO-3:p.67). Além disso, o uso dessas tecnologias trariam, de fato, como resultado "a maior possibilidade de acesso ao patrimônio cultural da humanidade (democracia cultural)? Ou mais um artifício cinicamente utilizado pelas classes dominantes para, sob a embalagem de uma falsa melhoria, perpetuar os mecanismos de desigualdade entre as classes sociais?" (CAMARGO-3:p.67).

2 Tecnologia para o povo?

A descoberta de novas tecnologias, ou mesmo simples aperfeiçoamentos são precedidos, obviamente, de grandes investimentos por conta de imprescindíveis pesquisas e, talvez mais importante, por informações atualizadas e confiáveis. Os custos implicados com essas pesquisas, devem, de uma ou outra forma, ser transformados em lucros. Seria inocência de nossa parte acreditarmos que o bem da sociedade é o objetivo prioritário das instituições que desenvolvem pesquisas. Exceções existem — e muitas — mas, na maioria, os objetivos estão prioritariamente vinculados ao lucro.

As entidades subordinadas ao Estado ou a organismos internacionais, mesmo com objetivos predominantemente sociais, acabam por trabalhar e atuar, não com os determinantes prioritários das empresas particulares, mas norteadas para pequenas parcelas da sociedade, embora seus ideários proclamem o contrário.

Analisando as "grandes descobertas da humanidade" podemos perceber que a sua maior parte ainda não está introduzida no cotidiano do cidadão comum. Exemplos não faltam: o avião, embora conhecido há quase um século, continua sendo utilizado apenas por aqueles que podem pagar o exorbitante preço de suas passagens. É bem verdade que outros usos estão sendo feitos do avião com um cunho mais social: como meio de transporte para os correios; sua participação em salvamentos e resgates; como meio de comunicação e integração em regiões de difícil acesso, etc.

Outro exemplo seria o automóvel. Quantos entre a população possuem, hoje, condições de adquirir um carro? Poucos seria uma resposta bastante otimista. Essa mesma resposta está adequada para idêntica pergunta em relação ao telefone, à máquina de lavar roupa, ao freezer, ao forno micro-ondas, aos aparelhos de som, ao videocassete, ao vídeo disco, ao microcomputador e outras tantas parafernálias.

Uma situação comum, entendida como interessante por analistas político-sociais ou como natural por conservadores retrógrados, pode possibilitar uma melhor visualização do distanciamento entre novas tecnologias e população: aqueles que, de fato, tornam reais essa aparelhagem, vendendo sua força de trabalho para a indústria, não podem adquirir aquilo que ajudam a construir. A maioria dos trabalhadores das montadoras automobilísticas retornam para casa de ônibus — às vezes até mesmo a pé. O salário que recebem em troca de um extenuante mês de trabalho, permite, quando muito, a aquisição do mínimo necessário para sua sobrevivência ou para a reposição das energias de forma a estar constantemente apto a desempenhar as tarefas que lhe são destinadas. Então, aquele que fabrica todo esse aparato tecnológico, não pode fazer uso dele.

A televisão deve ser analisada isoladamente, pois possui características que a distingue de outros aparelhos. Por estar hoje muito difundida e servir como, praticamente, única forma de lazer da maioria da população, a televisão é entendida como “popular” ou, no mínimo, como “instrumento de entretenimento ao alcance das classes populares”. Não resta dúvida de que a população encontra na televisão uma forma (talvez a única) de suprir a sua carência de divertimento e lazer. Os bens culturais estão distantes dos seus interesses, intencionalmente assim mantidos pelas classes dominantes. Assim, restam poucas alternativas, normalmente menosprezadas pela ideologia hegemônica, com que podem contar as classes populares como formas de lazer. A televisão pode ser, então, um instrumento de dominação, utilizado, mesmo que não explicitamente, para passar a idéia de que os interesses das classes que detêm o poder são os que devem ser considerados como naturais e verdadeiros. Concordando com essa versão — profundamente difundida — aceitaríamos a impossibilidade de mudanças e seríamos levados, obrigatoriamente, a uma submissa e estática resignação. Acreditamos que, ambígua mas realisticamente, a população absorve sim o que lhe é oferecido, mas, também, determina significados próprios — mais próximos às suas experiências, relacionamentos sociais e à sua cultura — diferentes dos propostos inicialmente pelas classes dominantes. A população não absorve e aceita, simplesmente, o que lhe é imposto e oferecido pela televisão. Ela resiste, uma “Resistência que tanto pode ser difusa — como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafitis espalhados pelos muros das cidades — quanto localizada em ações coletivas ou grupais. Não nos referimos às ações deliberadas de resistência (...), mas a práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência.” (CHAUI-4:p.63).

Ainda em relação à televisão, devemos salientar a própria linguagem por ela desenvolvida, que privilegia o consumo — tônica das propostas

culturais das classes dominantes — em detrimento da produção. Quando sabemos do número exageradamente alto de analfabetos e semi-analfabetos da população brasileira (o IBGE acaba de anunciar que, ao contrário do que vinha ocorrendo, durante os anos de 86-87 houve um acréscimo no percentual de analfabetos no Brasil); quando reconhecemos que o tempo que o trabalhador tem para si é extremamente pequeno, pois quase todo ele gasta com o trabalho e com o transporte, principalmente; quando reconhecemos no veículo televisão a mais importante “mídia”, necessária, inclusive, para o próprio desenvolvimento do sistema capitalista; quando aceitamos que a ideologia veiculada pelos programas televisivos busca uma homogeneização na tentativa de se transformar na ideologia de todos, quando esses itens, além de outros, estão claros e identificados, podemos entender o largo uso e a grande penetração de uma tecnologia como a televisão.

Outros exemplos poderiam ser apresentados, mas acreditamos que aqueles até o momento abordados, são suficientes para o que pretendemos mostrar.

Desnecessário concluir que as “grandes descobertas”, que o avanço tecnológico, embora afirmando que objetivam o “bem estar da população”, estão direcionados e apenas atendem aos interesses de uma pequena parcela, de um ínfimo grupo que, coincidentemente, é formado pelos que detêm o poder.

3 Biblioteconomia e tecnologia. E o povo?

Se afirmamos que a tecnologia está distanciada da maioria da população, não podemos agora, acreditar que apenas na Biblioteca essa relação seja mais estreita. Estaríamos contrariando nossas posições anteriores, além, é óbvio, da própria realidade.

Como bibliotecários, gostaríamos que a Biblioteca fosse, realmente, um lugar onde a tecnologia, ou melhor ainda, a informação — razão final para o uso dessas tecnologias — estivesse a disposição de todos, atendendo e satisfazendo, democraticamente, necessidades individuais ou mesmo coletivas. “Pero hoy vemos que, a pesar de los avances técnicos considerables como el desarrollo de las computadoras y el progreso espectacular de las telecomunicaciones, la información en los países capitalistas no está al alcance del pueblo ni está organizada para un uso popular.” (DEPALLENIS-5:p.8). Entre o idealizar e o realizar, temos um fosso tão grande quanto entre as tecnologias e o povo: infelizmente essa idéia não passa de mero desejo. O que ocorre na Biblioteca, como é possível sentir no texto citado, em nada destoa ou se diferencia do que ocorre na sociedade.

Nós possibilitamos à população o direito de entrar em nossas Bibliotecas — afinal, as portas estão abertas — de utilizar seus espaços — basta querer — mas, infelizmente, nada podemos fazer se a maioria da população não tem o instrumental adequado para fazer uso dela. Essa responsabilidade não podemos assumir. Não é nossa obrigação alfabetizar pessoas. Quando a população aprender a ler, ela encontrará, com toda a certeza, profissionais bibliotecários dispostos a ajudá-la na procura de informações. Nosso acervo estará, como sempre esteve, à disposição deles. Mais, não podemos fazer.

Quem nunca ouviu frases parecidas ou de idêntico teor, vindas de colegas bibliotecários? Parece ser essa a idéia que norteia os trabalhos nas bibliotecas: somos democráticos o suficiente para atendermos qualquer pessoa, sem distinção de credo, raça, cor ou ideologia política, que esteja interessada em se utilizar de nossos trabalhos, mas que saiba, no mínimo, ler. Isso não significa, nem pode significar que o trabalho do bibliotecário é neutro, esvaziado de conteúdo ideológico, ao contrário, “O bibliotecário não é apolítico, neutro, imparcial. Como pode se considerar imparcial se os materiais do seu acervo são parciais? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se a própria localização da biblioteca onde trabalha serviu a interesses políticos e não exprime a real necessidade da comunidade? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se aqueles que mais necessitam da biblioteca estão impossibilitados de fazerem uso dela? O ideológico para o bibliotecário parece inexistir.” (ALMEIDA JUNIOR-1:p.4). Parece que a informação é concebida de forma desvinculada da estrutura e das relações sociais, pairando acima dos conflitos de classes.

Com o uso crescente, proliferando-se cada vez mais, das novas tecnologias nas bibliotecas, a forma e o número de exigências tendem a aumentar. Queremos ser otimistas para acreditar que alguns dos instrumentos tecnológicos que estarão à disposição dos nossos usuários, possam diminuir ou ao menos, minimizar tais exigências. No entanto, a situação atual e as perspectivas nela fundamentadas, levam-nos a outros caminhos.

Somos levados a crer que as novas tecnologias são empregadas como mais uma forma de opressão sobre as classes populares. Dessa maneira, nosso otimismo não se baseia na realidade, sendo, inclusive, por demais ingênuo. Estaremos nos enganando se acreditarmos que as classes dominantes, generosamente, irão compartilhar e dividir, irmanamente, o poder que detêm. Ou as classes populares lutam por isso, ou tudo continuará como hoje.

As bibliotecas que hoje se utilizam do aparato tecnológico para o trabalho com a informação, são, evidentemente, as especializadas. O obje-

tivo de qualquer empresa é, como dissemos em parágrafo anterior, o lucro. Outros objetivos podem existir, mas, em essência, esse é o primordial. Negar tal evidência é atestar completa incapacidade para observar, analisar e entender a realidade. Ora, a obtenção de lucros exige um conhecimento constante das tecnologias do setor. Estas, por sua vez, são conseguidas através de pesquisas que necessitam de informações atualizadas, rápidas e adequadas. O trabalho do bibliotecário está voltado para esse último ponto. Assim, as bibliotecas especializadas não podem prescindir de informações, pois, sem elas as pesquisas praticamente inexistem, levando à obsolescência das tecnologias e, conseqüentemente, à falta de lucro ou, horror dos horrores, ao déficit e à falência.

A exemplo do que ocorre na área cultural, as bibliotecas públicas não podem contar com qualquer nova aparelhagem. Os espaços oferecidos para seu funcionamento já são considerados como suficientes, quando não, exagerados. Bibliotecas há, que utilizam como espaço dependências totalmente inadequadas. Em São Paulo, por exemplo, existe biblioteca que está alojada em um prédio cujo último inquilino era um açougue. Muitas bibliotecas públicas são obrigadas a fazer uso de caixas de sapato pois inexistem mobiliários que comportem as necessárias “fichinhas”. Sem contar que os profissionais bibliotecários, com curso superior, reconhecidos como profissionais liberais, são constantemente obrigados a limpar (com vassoura, esfregão, espanador, pano de pó e tudo a que têm direito) as dependências onde trabalham. Em outras bibliotecas, onde o número de funcionários é maior, o bibliotecário não precisa fazer uso dos seus dotes de faxineiro, mas, em função do acúmulo de trabalho, ele acaba por delegar a outras pessoas, o atendimento de seus usuários. Necessário outros exemplos?

As bibliotecas públicas, aquelas que trabalham diretamente com a população, não se utilizam, assim, dos avanços tecnológicos para melhor atender seus consulentes, pois sua função não é instrumentalizar a população para que esta possa fazer frente aos ditames da classe dominante. Ao contrário, deve ela servir como um aparelho ideológico do Estado, preservando e reproduzindo as condições atuais.

As bibliotecas poderiam estar contribuindo com as classes populares, fortalecendo seus mecanismos de defesa: oferecendo condições para um aumento do seu grau de consciência; possibilitando a aquisição de instrumentos que possam ser utilizados como armas contra a opressão. Muitas outras contribuições poderiam ser arroladas, que auxiliariam na resistência cultural das classes populares.

4 A resistência do povo

A resignação popular ante a impossibilidade de fazer uso dos novos avanços tecnológicos pode ser real apenas nos discursos acadêmicos. Essa resignação, dizem, redundaria na aceitação de sua inferioridade ante o "progresso" determinado por aqueles que freqüentaram as universidades ou, mesmo, por aqueles que detêm os meios de produção. O próximo passo seria o conformismo com a situação vigente, inclusive aceitando, acatando e assimilando os interesses das classes dominantes.

Essa visão não nos parece correta. Fundamentando-se na total incapacidade de análise, percepção, mobilização e reação do povo, tal idéia tem como propósito alimentar e abalizar, teórica e cientificamente, as diferenças tidas como naturais entre os que dominam e os que são subjugados. A divisão social do trabalho; a propriedade privada; os meios de produção nas mãos de poucos; a frenética, desenfreada e anti-ética busca do lucro; a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, enfim, toda uma gama de diferenças já por demais conhecidas, seriam aceitas e consideradas naturais por toda a população, democraticamente estruturadas e apoiadas em leis elaboradas por e para todos.

A crença na incapacidade da população em participar da determinação de seu próprio destino, não passa de uma vã tentativa, por parte das classes dominantes, de respaldar ou mesmo justificar suas interferências e manipulações sobre as classes populares, no afã incontido de consolidar seus domínios. Entretanto, o povo possui seus mecanismos de resistência e, mesmo que inconscientemente, deles faz uso para preservar sua identidade* (embora seja este um campo por demais escorregadio), sua expressão, seus valores, seu imaginário, enfim, sua cultura.

Alguns pretendem ressuscitar teses antigas e retrógradas que deveriam permanecer soterradas e esquecidas entre as cinzas de um fascismo ainda não totalmente morto; teses que reconhecem a supremacia de algumas raças, teses que invocam a superioridade de alguns sobre muitos, teses que, calcadas em um abstrato e subjetivo conceito de civilização e progresso, permitem que as culturas que não se utilizam dos avanços tecnológicos sejam apontadas e tratadas como inferiores.

* "Sabemos hoje que a discussão sobre a 'autenticidade' do nacional, e portanto da identidade, é na verdade uma construção simbólica; uma referência em relação à qual se discutem diversos problemas. Na verdade não existe uma única identidade, mas uma história da 'ideologia da cultura brasileira', que varia ao longo dos anos e segundo os interesses políticos dos grupos que a elaboram." (ORTIZ-7:p.183).

Os conceitos que engendram tais posturas, se materializam, também, quando as classes populares são afastadas dos benefícios das novas tecnologias. As implicações econômicas, sob as quais estão subordinados os avanços tecnológicos — já que as empresas investem nessa área pressupondo um rápido e multiplicado retorno — tendem a determinar e colaborar na justificativa de tal situação. A quantidade de dinheiro empregado nas pesquisas não permite que o produto daí derivado tenha uma utilização efetivamente social, embora as empresas e instituições tentem fazer supor que as implicações sociais de toda aquela parafernália tecnológica são indiretas e serão sentidas e usufruídas por todos num curto espaço de tempo. Além disso, como oferecer maquinário moderno para os que deles não sabem fazer uso? E mais: oferecer para os dominados um dos instrumentos que os dominantes utilizam para subjugar-los?

As informações (e não só as novas tecnologias) utilizadas e disseminadas pela biblioteca, não estão voltadas, nem mesmo preocupadas com a população. Não há, ou ainda está muito incipiente, espaços ou áreas de estudo, dentro da Biblioteconomia, interessados no vínculo informação/população. O seguinte texto de DEPALLENS (5:p.9) corrobora com essa afirmação: "...podemos decir que, a pesar de los tremendos recursos económicos y técnicos del mundo industrializado occidental, no se ha desarrollado una Ciencia de la Información a favor del pueblo, a su alcance y producida con su directa participación. La información acumulada y detalladamente procesada sirve prioritariamente a una élite tecnocrática, a investigadores, en su mayoría desligados del pueblo y a alumnos autodidactas muy motivados. Esa información la guardan y la transmiten los centros de documentación y las redes estatales o privadas de información, de uso eminentemente restringido."

As novas tecnologias ajudam a ampliar o fosso entre os que têm informações — e que, por conseguinte, determinam e ditam os destinos, os rumos e a história — e os que apenas produzem o que é consignado pelos anteriores, numa verdadeira dicotomia entre teoria e prática, num claro e unívoco exemplo de que a divisão social do trabalho é produto das relações e dos conflitos entre classes sociais e em que o jogo do poder se faz determinante e presente.

5 O que há mais para se dizer?

Realmente, o que há mais para se dizer? Muitos estarão advogando, embora acreditando que nada lucrarão com isso, em favor das novas tecnologias, evidenciando e ressaltando seus pontos positivos e, até mes-

mo, sustentando que não é o momento e a hora adequada para que seus efeitos atinjam a população. Tempo haverá em que os resultados das experiências do uso desses avanços serão repassados para todos, implicando, necessariamente, na transferência dos seus benefícios que incidirão sobre a vida da população, tornando-a mais simples, fácil e prazerosa. É evidente, no entanto, que a sociedade deve pagar um pequeno tributo — ínfimo se comparado com os benefícios recebidos — uma vez que nem tudo é como gostaríamos que fosse.

Devido a necessidade de padronização, exigência feita pela automação, a linguagem padrão utilizada será aquela constante nos manuais acadêmicos e que, por estranha coincidência, é também aquela que rege todo o aparato legal, as investigações econômicas, científicas, etc. Aqueles que não podem dela fazer uso, por absoluta falta de conhecimento — que por sua vez é decorrência da impossibilidade de freqüência à escola, acesso à educação e informação, tudo isso determinado pela estrutura social — continuarão nesse estado, com o agravante de que, agora, obedecendo aos ditames provocados por possíveis benefícios e regalias advindos das novas tecnologias.

Enquanto a caravana passa os profissionais de bibliotecas públicas apenas observam, como se nada daquilo lhes dissesse respeito, agarrando-se às obsoletas tecnologias que a caravana benevolmente oferece como prova de seu interesse pelas questões sociais. Os bibliotecários, embora se considerem os verdadeiros intermediários entre o usuário e a informação, têm uma estranha concepção daqueles a quem devem prestar seus serviços: consideram o seu público apenas os que já possuem uma iniciação mínima, ou seja, uma pequena e reduzida parcela da população que, talvez, representa exatamente o segmento que deles menos necessita. Os que não têm acesso as informações, continuarão dessa maneira, pois desconhecem a linguagem oficial, nada sabem sobre os intrincados mecanismos dos programas automatizados, não manipulam as relações das linguagens documentárias, da indexação, do acesso a base de dados, das telecomunicações, etc., etc., etc.

As formas com que se apresentam as novas tecnologias não estão, nem são destinadas à maioria da população. O conteúdo, a informação, menos ainda. O intermediário entre essas informações e os interesses e as demandas por elas — o bibliotecário — está alheio a todo esse processo, acreditando que o velho mandamento que diz que a informação deve ser oferecida na hora certa, no momento certo e para o usuário certo é apenas um preceito técnico que se esgota no próprio espaço da biblioteca, espaço esse que é desprovido de qualquer instrumental tecnológico e despido de qualquer interesse social. A insistência em trabalhar apenas com determi-

nados tipos de suportes informacionais — aqueles que registram a informação escrita — implica considerar natural a exclusão das novas tecnologias do interesse e da própria necessidade da biblioteca. “As múltiplas possibilidades informativas abrem um novo espaço de atuação para a biblioteca que não se tornando receptiva a elas poderá colaborar para a separação entre a informação escrita e as demais.” (MILANESI-6:p.224). Na verdade, essa separação já existe e é constantemente alimentada pelo descaso com que informações diferentes da escrita são tratadas pelos bibliotecários.

Como pode a biblioteca querer ser reconhecida socialmente pela maioria da população se está atuando, burlescamente, apenas como mantenedora e reprodutora das relações sociais existentes?

A revolução que a biblioteca se diz protagonista, não passa de um mero espanar de pó — que paira no ar por pouco tempo e volta a se depositar nos velhos e mesmos lugares.

Bibliografia

1. ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Participação política do bibliotecário ou Por uma biblioteconomia guerrilheira. In: JORNADA SUL-RIOGRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1988, Porto Alegre. *Anais*. (no prelo).
2. AYALA, Marcos, AYALA, Maria Ignez Novais. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo : Ática, 1987.
3. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Novas tecnologias de comunicação: democracia cultural ou ideologia da modernização?. In: FADUL, Anamaria, org. *Novas tecnologias de comunicação: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos*. São Paulo : Summus, 1986.
4. CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
5. DEPALLENS, Jacques. La bibliotecologia necesita de una revolucion cultural. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*. Medellin, v.10, n.1, p.7-14, ene./jun. 1987.
6. MILANESI, Luis Augusto. *Ordenar para desordenar*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
7. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e industria cultural*. São Paulo : Brasiliense, 1988.

(Publicado originalmente em: *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 22, n.1/2, p.92-104, jan./jun. 1989.)

A bonicidade* do livro e a democratização da informação: balelas bibliotecárias I

A falta de público, de usuários, de leitores nas bibliotecas é uma constante reclamação dos bibliotecários. Pouco, no entanto, são os profissionais que procuram descobrir as causas dessa situação. Normalmente a tendência geral dos bibliotecários é responsabilizar exclusivamente a população pela sua (deles) ausência nas dependências das bibliotecas. Outras vezes, críticas são dirigidas aos meios de comunicação de massa que embotam e robotizam o povo, sobrepujando a imagem, o som e, principalmente, o “não-pensar”, ao prazeroso e sadio hábito da leitura. O “sistema” também é muitas vezes lembrado como um dos inimigos da freqüência às bibliotecas embora, dada a subjetividade dessa figura, os bibliotecários reconheçam as dificuldades em combatê-lo.

Por que a falta de usuários nas bibliotecas se estas não envidam esforços no afã de oferecer o melhor para eles? Por que a falta de usuários se nas bibliotecas eles dispõem de muitos e muitos livros que os ajudam no próprio desenvolvimento intelectual, cultural, moral e, porque não dizer, físico?

As bibliotecas oferecem materiais tecnicamente preparados e adequadamente arranjados nas estantes facilitando sua localização; as fichas catalográficas seguem as regras internacionais (as mesmas utilizadas em todo o mundo) e estão alfabeticamente impecáveis, dispostas em fichários a espera de um público ávido por informações; os espaços das bibliotecas são providos de quadros que procuram alertar os usuários para o que há de novo na área de interesse deles; bibliotecários estão a disposição para orientar os usuários, nos meandros da pesquisa bibliográfica, enfim, as

* A palavra pode parecer e soa estranha, mas você entendeu o seu significado, não?

bibliotecas mantêm suas portas abertas, oferecendo materiais e serviços que não são usados por absoluta falta de interesse da população.

Exime-se, assim, a biblioteca de qualquer culpa pela falta de usuários, já que a sua função — possibilitar a recuperação da informação — está sendo executada a contento, dentro das possibilidades oferecidas pelo governo e dentro do que acham ser o interesse e a expectativa da população. Se mais não é feito, deve-se à falta de procura pela população, dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Para muitos bibliotecários, grande parte da população não freqüenta as bibliotecas, pois foi assim “condicionado”. Seriam, dessa forma, arrolados entre os culpados, o sistema educacional — preso apenas a aulas expositivas e à exigência de “pesquisas” que são na verdade, meras cópias — e a família — que não incentiva e nem considera como importante o hábito da leitura.

Não negamos que os culpados acima apresentados não sejam, de fato, também responsáveis pela falta de público nas bibliotecas brasileiras, mas não podemos excluir o profissional bibliotecário desse rol.

A discussão sobre a falta de usuários, voltada quase que exclusivamente para a determinação de culpados — excluído o bibliotecário, obviamente —, parece-nos partir de pressupostos errados, embora profundamente arraigados e aceitos como verdadeiros pela classe bibliotecária. O primeiro deles (talvez melhor classificado como “mito”) é o que advoga para o livro e, por conseguinte, para a leitura, as melhores qualidades não importando nem mesmo o conteúdo desses livros: a leitura é “boa”, por isso, a forma do livro, unicamente, já determina sua importância. O 2º. pressuposto é o da democratização da biblioteca que, hoje, é alardeado como o grande objetivo do trabalho do bibliotecário. O que seria democratizar a biblioteca? Aceitando, o que é comumente definido, que a democratização nada mais é do que permitir, sem opor barreiras, o acesso de todos, indistintamente, à biblioteca e aos materiais nela existentes, aceitando essa tese, somos obrigados a reconhecer que ela apresenta muitos problemas. Como permitir o acesso de todos se 75% da população é composta de analfabetos ou semi-analfabetos? E, dos 25% restantes, quantos têm a leitura como de importância em suas vidas? Como democratizar a biblioteca se a população em condições e com interesse em usá-la não passa de 5% ou 10%?

Os dois pressupostos estão estreitamente ligados, fundamentando os trabalhos dos bibliotecários e dirigindo as discussões sobre a falta de público nas bibliotecas.

O momento que a biblioteconomia brasileira atravessa — momento de reflexões, redefinições, novos posicionamentos e orientações — começa a exigir uma resposta para o seguinte “dilema”: ou aceitamos e assumi-

mos que a biblioteca existe para apenas 5% ou 10% da população, ou modificamos os nossos conceitos e as nossas posições sobre a biblioteca e sua democratização.

Enquanto nós, bibliotecários, trabalhamos voltados única e exclusivamente para o livro; enquanto nossas preocupações estiverem direcionadas apenas para o suporte e não para as necessidades da população, o conceito de democratização da biblioteca continuará a ser uma balela como tantas outras que povoam nossa área.

Democratizar a biblioteca, dentro do quadro exposto, é tarefa impossível. O prioritário é democratizar a informação; o primordial é possibilitar de todas as maneiras, condições para o acesso da comunidade à informação, permitindo, principalmente, que ela possa também, gerar e produzir, não só informação, mas cultura, veiculando seus interesses, suas idéias, suas propostas, suas soluções.

O espaço é curto e o tema merece, assim, uma continuação.

(Publicado originalmente em: *APB Boletim*, São Paulo, v.5, n.3, p.6-8, nov./jan. 1988/1989. e *ABDF Boletim Informativo*, Brasília, n.4, p.8, jun. 1989.)

Vale mais uma informação do que um prato de feijão: balelas bibliotecárias II

Durante o Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, um dos escritores convidados para relatar suas experiências em relação às bibliotecas, comentando antiga palestra também preferida para bibliotecários, lembrou de uma pergunta formulada pela platéia e que se tornou, desde aquela época, motivo de constante reflexão:

— O que é mais importante: um livro ou um prato de comida?

Outro escritor, também convidado a ocupar um lugar na mesa de debates naquele Encontro, entrevistado dizendo que possuía a resposta adequada:

— A solução mais lógica é o interessado tomar uma sopa com macarrão em forma de letrinhas.

Desnecessário dizer que a platéia riu — alguns gargalharam — mas, após, a discussão acabou e o questionamento continuou no mesmo estado em que foi apresentado, sem o necessário debate que poderia não solucionar, mas, pelo menos, contribuir para que as reflexões dos bibliotecários presentes pudessem contar com idéias, análises e argumentos para seu esclarecimento. Afinal, vale mais uma informação do que um prato de feijão?

A primeira reação da maioria dos bibliotecários brasileiros é defender, ardorosa e calorosamente, a importância da informação. Sem ela, as pessoas não podem desenvolver um conhecimento adequado e suficiente para fazer frente aos obstáculos que a sociedade impõe, no intuito de manter a situação de privilégio assegurado a uma reduzida parcela da população. Ainda no dizer dessa maioria, o prato de feijão é paliativo, ao invés da informação que, por seu lado, é perene e servirá como base, como suporte para a aquisição do alimento necessário à sobrevivência. Enfim, “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”.

Analisando o ditado acima, poderíamos transcrevê-lo e resumi-lo, utilizando outras palavras: “reproduzir o sistema em vigor”. De fato, ensinar a pescar representa a forma adequada de suprir a necessidade básica de

alimentação. No entanto, outras necessidades existem e requerem que, a partir daquela, também sejam satisfeitas. A moradia, o vestuário, a saúde, a educação, o lazer, etc., podem ser considerados como seus maiores exemplos. Como suprir essas necessidades a partir da pescaria?

Provavelmente pescando além do que a sobrevivência exige e utilizando o excesso para comercializar. Quem sabe contratando outros pescadores que, alimentados (desculpe) com varas e redes, entreguem ao fim do dia, todo o produto da pescaria, recebendo em troca uma quantidade que nem sempre, ou nunca, corresponde ao mínimo necessário para refazer o esforço gasto. Ensinar a pescar é a introdução ao sistema de mercado que exige a absorção de preceitos, valores e normas específicos. “Não dê esmolas, ensine a ...” o quê? Trabalhar? Trabalhar para depois de 30 dias, receber em troca um irrisório salário, remuneração ridícula que não cobre as condições mínimas que uma vida digna exige? Ou trabalhar para não por em risco a integridade física daqueles que sugam a força de trabalho e, submissamente, aceitar como naturais as relações que um sistema determina, mesmo que em detrimento de sua cidadania?

A afirmação apresentada inicialmente — vale mais uma informação que um prato de feijão — deve, ou convém, ser alterada, no mínimo, para uma indagação. Ficaria assim delineada: “Vale mais uma informação do que um prato de feijão?”.

Parece-nos que, apesar da alteração na maneira de expor o problema, a questão está incorretamente formulada, já que pretende medir a importância de dois itens (informação e alimento) que não permitem comparação. Cada um deles representa, para a população, uma necessidade em circunstâncias, níveis e momentos determinados. Graus de importância apenas devem ser delineados em condições e situações específicas. O suprimento deles deve acontecer de forma concomitante, deixando de lado a preocupação, sem qualquer finalidade, de identificar qual o prioritário ou qual trará maiores benefícios.

É inegável, no entanto, que dentro da divisão social do trabalho, das relações e lutas de classe e do sistema de mercado dentro do qual estamos inseridos, e em que a maioria aluga sua mão de obra aos que detêm os meios de produção, o alimento torna-se primordial para manter o corpo apto a continuar sendo empregado como força produtiva. Por outro lado, a informação que as bibliotecas, atualmente, teimam em disseminar, significa muito pouco para esse segmento — o maior, evidentemente — da população. As informações devem estar voltadas para que esse extrato possa entender o que há por trás dessa situação. O que realmente ocorre é a distribuição farta e generosa — para quem procura — de informações que apenas ajudam a reproduzir o sistema, além de capacitar a classe domi-

nante de mais uma instituição utilizada para, ideologicamente, manter sua situação de poder. Nessas condições é impossível não concordar com aqueles que dizem que o prato de feijão tem um significado muito maior do que a informação, o que contradiz, como vimos, o senso comum dos bibliotecários.

Qualquer transformação — e essa é uma palavra utilizada abundante e aleatoriamente pelos bibliotecários — só poderá ocorrer quando as informações disseminadas pelos profissionais de nossa área tenham como finalidade a satisfação das necessidades das classes oprimidas levando a que estas reconheçam a biblioteca como uma instituição socialmente útil.

(Publicado originalmente em: *APB Boletim*, São Paulo, v.6, n.2, p.6-7, jul./set. 1990.)

Falta de usuário nas bibliotecas ou O usuário realmente faz falta?

1 Começando

A interdisciplinaridade da biblioteconomia exige um relacionamento constante e obrigatório com várias áreas do conhecimento humano. Os problemas enfrentados pela biblioteconomia não podem ser solucionados, utilizando-se apenas conceitos e proposições originadas em seu próprio meio. Necessário se faz buscar contribuições de outras áreas; sem elas, as soluções serão anêmicas e inconsistentes.

A discussão sobre o problema do fracasso escolar, desenvolvido no livro de Magda Soares (8), permitiu uma relação com a questão do fracasso do hábito de leitura ou, de forma mais genérica, com o fracasso da própria biblioteca.

Grande polêmica geram, hoje, as propostas que visam resolver ou esclarecer a crise por que passa a biblioteca atual. Não é desconhecida por ninguém a pouca frequência de usuários nas bibliotecas públicas. Embora todos os trabalhos desenvolvidos pelas bibliotecas estejam voltados para o usuário (ou deveriam estar), este não faz uso dos serviços oferecidos.

Na tentativa de encontrar respostas que possam esclarecer a ausência dos usuários, muitas hipóteses são levantadas. Todavia, em sua maior parte, essas hipóteses acabam apontando para a criação do hábito de leitura como a única — ou principal e prioritária — solução. Assim, na medida em que o hábito de leitura estiver “implantado” o usuário poderá vislumbrar quão importante e maravilhosa é a leitura, levando-o, invariavelmente, a recorrer, a idolatrar, a aumentar as estatísticas de frequência das bibliotecas.

Uma pesquisa sobre hábitos de leitura (7), recentemente publicada, no item referente à biblioteca, observou que “A finalidade, em quase 100%

dos casos (de utilização dos serviços prestados pela biblioteca), é sempre a mesma: pesquisa escolar ou, com menor frequência, científica. Muitos entrevistados, de São Paulo e do Rio de Janeiro, desconhecem a existência de bibliotecas circulantes.” (7, p.82). A pesquisa apresenta dados ainda mais gritantes: “Das pessoas que já utilizam esta fonte, apenas 1% não objetiva livro escolar ou, com menor frequência, científico.” E conclui: “Ou seja, a biblioteca só tem peso na vida das pessoas enquanto elas são estudantes. E mesmo assim — ou talvez por isso mesmo — é uma espécie de sacrifício, comparável a estudar ou fazer lição de casa.” (7, p.82).

Sabendo-se que a criação do hábito de leitura não é uma proposta recente — muito ao contrário — fácil é concluir que a ênfase sobre esta solução, além de nada resolver, impede o aparecimento de sugestões alternativas.

A biblioteconomia necessita de uma “revolução”, como afirma Depallens (2) após observar que a atuação das bibliotecas da Nicarágua em nada se alterou, mesmo depois de uma revolução, como, no caso, a Sandinista.

2 Estereótipo do bibliotecário

É impossível refletir sobre o problema do fracasso da biblioteca sem conhecer a visão que o usuário possui do profissional bibliotecário.

A pesquisa sobre hábitos de leitura, já mencionada, apresenta a visão que o público possui da biblioteca: “A instituição BIBLIOTECA está associada a um espaço imenso, extremamente silencioso, vigiado pela bibliotecária — uma velhinha chata e sem paciência que *grita* o tempo todo *para pedir silêncio!*” (7, p.82).

A idéia da velhinha, que atualmente foge completamente da realidade, só pode ser compreendida como um estereótipo. “Na observação não adestrada colhemos sinais reconhecíveis do meio. Os sinais representam idéias, e essas idéias nós as enchemos com nossa provisão de imagens.” (4, p.155).

O silêncio, tão insistentemente exigido pela velhinha, por outro lado, pode ser facilmente observado em grande parte das bibliotecas. No entanto, o *grito*, enfatizado pelos autores da pesquisa, contrasta com a exigência do silêncio. Parece-nos uma contradição que apenas se explica a partir da concepção de que o silêncio na biblioteca é também um estereótipo, ou melhor, também faz parte do estereótipo do profissional e do espaço em que atua. Corroborando com isso, podemos observar que muitas bibliotecas, hoje, possuem espaços diferenciados para estudo individual e em grupo.

Outro ponto que chama a atenção é o “espaço imenso”. Comumente, as bibliotecas brasileiras, como todo espaço cultural dos países do 3º mundo, desenvolvem seus trabalhos em locais profundamente restritos. Logo, essa imagem está baseada em fatores outros que não exclusivamente na observação.

Todos esses pontos formam, na verdade, um estereótipo do bibliotecário e da biblioteca. A imagem apontada na pesquisa aflorará a partir de um único traço, como afirma Lippman “... notamos um traço que marca um tipo conhecido e enchemos o resto do quadro com os estereótipos que trazemos na cabeça.” (4, p.156).

Na verdade, o “velho” está muito mais vinculado à idéia que se tem da *biblioteca* do que, evidentemente, da imagem daquele que nela trabalha. Independentemente da idade média dos bibliotecários atuais, eles continuam sendo retratados como velhos, pois essa imagem está ligada à própria biblioteca.

O velho, na atual sociedade brasileira, é entendido como improdutivo. Sua capacidade produtiva, seu tempo de vida produtivo está esgotado, passando, a partir desse momento, a ser apenas um peso para a sua família e para a sociedade. O idoso recebe dinheiro do Estado e sua única contribuição é ocupar espaço nos hospitais, tomando lugar daqueles que, embora temporariamente doentes, estão aptos a exercer sua função produtiva.

Ora, parece-nos que o mesmo se dá com a biblioteca: sua importância, sua necessidade social não é reconhecida pela sociedade. Dessa forma, o Estado sustenta uma instituição que nada produz e que apenas carrega para si, verbas que poderiam ser utilizadas em áreas mais úteis. Por que não, mesmo que inconscientemente, identificá-la com o “velho”? Além disso, o próprio aspecto físico do “prédio da biblioteca”; o recinto “cinzento”; a austeridade, autoridade e respeitabilidade que a “cultura” representa; a exigência de rígidos comportamentos, como o silêncio absoluto; o rigor das normas etc., acabam contribuindo para que essa identificação venha a se consolidar.

Outros aspectos, não presentes na pesquisa aqui apresentada, mas sabidamente ligados à imagem do bibliotecário e da biblioteca, podem ser abordados, com o intuito de se elucidar, caso isso seja possível, os mecanismos que geram a relação biblioteca-velho: o birote e o tricô, com os quais normalmente a bibliotecária é descrita; a postura sempre sentada, que evidencia cansaço e falta de dinamismo; o livro na mão — em alternância com o tricô —, já que a leitura é uma atividade preferencialmente de pessoas idosas; o cenho carrancudo e ameaçador, que denota a impaciência de quem acumulou experiências amargas no decorrer de uma longa existência, contrastando com a despreocupação e o humor próprios do espírito jovem.

A passividade, evidente em todos os itens, reflete a idéia de uma profissão amorfa, sem dinamismo, que exala o mesmo cheiro de mofo e pó que saem dos enfadonhos, aborrecidos e grossos volumes imobilizados nas estantes.

Quando a biblioteca, o bibliotecário e a profissão são entendidos da maneira exposta, não é possível esperar que outro seja o estereótipo. Este, infelizmente, e acrescido da visão que se tem da escola e da leitura, quase que inviabiliza ou, melhor dizendo, prejudica muito qualquer trabalho que vise a criação do hábito de leitura.

No entanto, parece-nos que muitas outras causas impossibilitam, pensando apenas do ponto de vista da biblioteca, qualquer atuação desta última na criação do hábito de leitura.

3 O hábito de leitura

Entendida como a única solução para resolver o impasse da não concretização dos objetivos da biblioteca, a criação do hábito de leitura ressurgiu, trazendo consigo velhas propostas que nada resolveram na época em que foram idealizadas.

A atuação do governo, através de órgãos específicos como é o caso do INL, restringe-se à mera distribuição de livros, partindo do pressuposto de que a não existência do hábito de leitura na maioria da população brasileira, deve-se unicamente ao fato da dificuldade de acesso ao livro. Com a distribuição de publicações à grande parte das cidades brasileiras, propicia-se o acesso ao livro resolvendo e solucionando o problema. No entanto, a criação do INL — Instituto Nacional do Livro, data de 1937 e a distribuição de livros foi assumida, praticamente, desde o início, como uma de suas atribuições prioritárias. Hoje, 1988, a política do INL não sofreu nenhuma alteração, acumulando 51 anos de trabalho sem que absolutamente nada tenha sido resolvido no âmbito do hábito de leitura, mesmo considerando-se que grandes campanhas promovidas pela iniciativa privada, como a “Ciranda de Livros” e, mais recentemente, a “Viagem da Leitura”, tenham seguido essa incompetente política.

Causa-nos estranheza que uma revista como a Casa de Las Americas, em artigo sobre a “Ciranda de Livros” (6), faça a apologia da distribuição de livros, considerando-a como instrumento de disseminação da cultura.

Interessante lembrar, neste momento, que os livros distribuídos são selecionados por uma Comissão, cuja sede é Brasília. Os livros enviados são os mesmos para todas as cidades brasileiras, independente de suas especificidades. Não existem mecanismos que possibilitem a interferência

das cidades na seleção do material a ser enviado, mesmo porque o simples fato de receber, gratuitamente, um “pacote” de livros é considerado pelas cidades beneficiadas como uma grande ajuda. O conceito de serviço público no Brasil ainda está vinculado à imagem de que o Estado não tem obrigação de oferecer à população, serviços de caráter social e, quando o faz, é por puro liberalismo e boa vontade dos governantes, cabendo à sociedade aceitá-los da forma em que está estruturado. Reclamar significa colocar em risco a própria existência dos serviços, pois, já que foi desprendidamente oferecido, pode ser, da mesma forma, eliminado.

Como o problema do hábito de leitura não foi resolvido com a prática da distribuição de livros, justificam-se as críticas formuladas, de maneira tímida e isolada, ao Instituto Nacional do Livro e aos seus discípulos que surgiram na iniciativa privada.

Se a distribuição — que teoricamente resolveria o problema do acesso ao livro — agravou, com certeza, o quadro da criação do hábito de leitura pela população, outras causas devem, ainda, ser procuradas.

4 O livro intrinsecamente bom

Em primeiro lugar, não significando o mais importante, está o conceito de que, em si, o livro é sempre bom e, em consequência, a leitura, qualquer que seja ela, é considerada como principal instrumento para que o cidadão alcance sua maturidade. Outras formas de se obter “conhecimento” são sumariamente relegadas a segundo plano pois, acredita-se, a cultura só é preservada e transmitida através do seu registro e este só é inteligível sob a forma bibliográfica. Enquanto em outros modos de registro são possíveis interpretações duplas, dúbias e tendenciosas, o livro permite apenas uma única leitura. O conteúdo apresentado pelo livro, na medida em que é entendido como representando a verdade, leva-nos a deduzir que o livro é a verdade.

5 O livro como verdade

O conteúdo de um livro é inquestionável, acredita-se. Impossível colocar em dúvida aquilo que é produto de uma longa pesquisa ou, no mínimo, resultado de reflexões de alguém intelectualmente capaz. Quem escreve possui atributos que o diferencia do resto da população. Com conceitos dessa ordem, os textos produzidos por essas pessoas devem ser ver-

dadeiros. Assim, não existem diferenças de conteúdo pois, independente dos caminhos, chega-se sempre ao mesmo fim. A forma, por si mesma, já pressupõe o conteúdo como verdadeiro. A verdade está com aquele que detêm a informação; logo, informação é poder.

Poucas são as exceções em que o livro é colocado em dúvida: “— Deixa disso, esqueça os livros todos; eles mentem!” (3, p.58). Assim, mesmo essas exceções, inclusive a do exemplo citado, apenas ocorrem como defesa nas situações em que o poder de uma pessoa sobre outra corre o risco de se desfazer por causa de informações contidas em um livro. Consta-se como forma de defesa, embora intimamente as convicções defendidas até então tenham sido abaladas.

A palavra impressa, o “escrito”, representa o conhecimento possível apenas a uma camada da população: a elite, os dominantes. A classe popular, induzida a se considerar incapaz de interpretar aqueles significantes, acaba por considerá-los verdadeiros a partir do momento em que, para eles, são incompreensíveis. Estamos entrando em outro problema: a norma culta.

6 A norma padrão

Dino Preti, falando de normas lingüísticas, diz: “Para entendermos seu conceito, devemos lembrar que cada falante atua de acordo com certos comportamentos lingüísticos constantes na comunidade em que vive e eleitos como ideais para comunicar e transmitir as informações necessárias nos vários momentos de sua vida em comum. Esses hábitos lingüísticos coletivos, em constante mas lenta renovação, ganham gradativamente força de convenções tácitas, leis, admitidos pela maioria e conservadas através das gerações com características prescritivas. Constituem os *usos* ou *normas* lingüísticas de uma sociedade.” (5, p.54). Continuando a exposição, esse autor acrescenta que: ‘A divisão e subdivisão das *normas* (popular, comum, culta, etc.) correspondem a graus de ascensão ou descendimento da escala lingüística da comunidade que, às vezes, pode ter força de verdadeira classificação social do falante.” (5, p.49).

O autor define norma-padrão, ou culta, como sendo aquela “... que regula a linguagem falada das pessoas cultas, além de constituir um vínculo de todo um complexo cultural, científico ou artístico que se realiza através de sua forma escrita.” (5, p.54).

O livro sabidamente se utiliza da norma culta, do dialeto padrão, pois esta é a forma de linguagem, como vimos, utilizada pelas pessoas cultas. Destinado para esse público, não poderia ser outra sua linguagem. Na me-

dida em que a norma padrão é utilizada pelas classes dominantes como um dos mecanismos ideológicos de opressão, não é esta a norma lingüística usualmente utilizada pela maioria da população, pelas classes populares, pelos dominados. O livro, fazendo uso da norma-padrão, como afirma Dino Preti — “Pode-se afirmar, sem grande risco de errar que, em geral, o literato escreve dentro dos padrões da *norma culta*.” (5, p.56-7) —, está distante das classes populares. Se a biblioteca privilegia o livro como fonte única de absorção de conhecimento, ela está construindo barreiras e obstáculos para que a maioria da população dela faça uso.

A opção da biblioteca parece-nos clara: aumentar o fosso entre os que já possuem e os que não têm informação, conhecimento. Embora defendendo o contrário, sua ação e prática não escondem seus reais objetivos.

7 A democratização da informação

Entre os bibliotecários, fala-se muito na democratização da informação. Seria essa a principal função social daqueles profissionais. Essa democratização pressupõe o oferecimento pela biblioteca, de amplas formas de acesso à informação. Toda a população pode usufruir das informações e dos benefícios que delas advêm. Se após aplicar técnicas adequadas de tratamento das informações; colocar à disposição um infindável número de serviços; oferecer infra-estrutura adequada, englobando local, instalações, horário, pessoal e acervo; divulgar nos meios de comunicação de massa ou nas próprias comunidades a possibilidade do acesso gratuito a essas informações e serviços, se, após tudo isso a biblioteca continua vazia, a culpa só pode recair sobre os usuários. Estes — por causa da preguiça tão peculiar do povo brasileiro; por causa do despreparo e ignorância da família proletária; por causa da violência, do inconformismo, da revolta e da inadaptação a um sadio convívio social, geneticamente inatos nas classes populares — não querem fazer uso dos meios que a sociedade lhes oferece para que deixem a miséria e galguem os degraus da escala social. A opção pela miséria é consciente.

Diante desse quadro, o que pode fazer a biblioteca senão atuar junto àqueles que a procuram? Não é culpa sua se a procura pelos livros e pelas informações só é feita pela elite. Seu dever é possibilitar o acesso à todos e ajudar àqueles que conseguem entender a biblioteca como “fonte inesgotável de saber”.

Claro está que essa pretensa democratização da informação não passa de uma cortina, cujo intuito é aplacar possíveis reclamações de uma consciência desperta. Tal cortina serve também para induzir a sociedade a

entender a biblioteca como uma instituição que está voltada para os problemas e necessidades, a nível informacional, de *toda* a sociedade, principalmente da camada “carente de informação”, embora na prática, como foi possível observar, os serviços oferecidos acompanham as mesmas regras que regem a distribuição de renda no país.

A democratização pressupõe igualdade de condições para se fazer uso dos serviços oferecidos a todos. Quando, citando apenas um exemplo, as normas lingüísticas desenvolvidas pela população são diferentes, em acordo com as próprias diferenças das camadas sociais e quando sabemos que o livro, representando um dos suportes da informação, privilegia uma dessas normas lingüísticas, a da elite, podemos concluir que essa democratização cai por terra. Quão frágil é o sustentáculo que mantêm em pé uma absurda mentira como essa!

8 O trabalho (pesquisa?) escolar

Atualmente, a maior parte dos usuários das bibliotecas públicas são estudantes, principalmente da 1ª à 8ª série do 1º grau. Seus interesses recaem, invariavelmente, em materiais que possibilitem, de forma rápida e em pouco tempo, a confecção das enfadonhas, desinteressantes e malfadadas pesquisas. Todos esses adjetivos terminam também por recair sobre a biblioteca.

As tarefas escolares são obrigatórias e quase sempre estão afastadas dos interesses dos alunos. As bibliotecas são utilizadas apenas quando os alunos, em suas próprias casas, não resolvem os temas propostos para pesquisa. A biblioteca passa a ser uma extensão da escola, absorvendo a mesma imagem negativa que o aluno imputa à essa. Assim, todo material existente no acervo da biblioteca perde a possibilidade de um dia ver a atrair os estudantes de forma diversa da simples elaboração de uma pesquisa. Acredita-se que a pesquisa leva o aluno a desenvolver e ampliar seus conhecimentos sem a ajuda constante e pessoal do professor. Este poderia, então, exercer sua real função que é a de orientador e não mero transferidor de “pacotes” fechados de conhecimento. A criação do hábito de leitura também seria consequência da prática da pesquisa. Outros importantes produtos redundariam desse método pedagógico, principalmente a educação continuada.

A biblioteca pública, retornando, faz as vezes de biblioteca escolar, na medida em que estas inexistem, de forma estruturada, em 95% das escolas, quase sempre públicas. As escolas renomadas, conhecidas por suas altas mensalidades e por atender os filhos da classe dominante, possuem,

todas, grandes bibliotecas, com profissionais adequados e acervos compatíveis com os currículos ministrados. Qual o por que de se tratar a biblioteca de forma destoante, na escola pública e na particular? O que faz com que apenas a classe dominante tenha interesse pela biblioteca? Algumas explicações podem ser extraídas dos tópicos anteriormente apresentados; outros pontos para se elucidar a questão ainda serão abordados. Cabe, no entanto, ressaltar aqui que, basicamente, não existem diferenças nos temas propostos para pesquisa tanto na escola pública como na escola particular. Os professores, de uma ou de outra, são os mesmos, possuem a mesma formação. Não há, necessariamente, vínculo entre a classe social do professor e a dos alunos. Ora, acreditamos que os interesses e as necessidades das crianças de classes sociais distintas, também são distintos. Portanto, é de se supor que os temas devam variar de sala de aula para sala de aula, de aluno para aluno.

A pesquisa escolar, nos moldes como hoje é empregada, em nada contribui para a criação do hábito de leitura, da mesma forma que não ajuda na formação de futuros usuários de bibliotecas. Esta, por outro lado, escondendo-se atrás do argumento de que está com todos os seus recursos absorvidos no atendimento do escolar, deixa de prestar serviços ao público adulto ou não estudante, o que, na verdade, seria a sua principal função.

9 Atendimento ao alfabetizado

Quando a biblioteca prioriza o livro como único suporte possível para transferência de conhecimentos, ela automaticamente está excluindo a maioria da população. Em tese, só pode fazer uso do livro aquele que passou por um processo de alfabetização; aquele que, formal ou informalmente, aprendeu a ler. Se os materiais que a biblioteca coloca à disposição do público são, para estes, ininteligíveis, fica óbvia a predisposição da biblioteca em atuar apenas junto a um determinado segmento da sociedade. Podemos, então, deduzir que os trabalhos desenvolvidos pelas bibliotecas visando a criação do hábito de leitura, exigem a alfabetização como condição mínima para que a população deles faça uso.

Alguns trabalhos são realizados pelas bibliotecas junto às crianças em fase de pré-alfabetização, usando o livro como suporte e veículo desencadeador de inúmeras atividades. A “Hora do Conto”, por exemplo, aglutina as crianças em torno de alguém que conta histórias extraídas de um livro. É considerado importante que as crianças saibam que aquela história, transmitida oralmente, está contida naquele determinado livro e, após

alfabetização, pode ser "lida" quantas vezes se desejar. Outro exemplo é a atividade que propõe à criança que utilize a "pintura a dedo", a colagem, o desenho etc., como forma de reproduzir o significado ou o que foi apreendido de uma história ouvida anteriormente.

A criança é desculpada pela biblioteca por não fazer uso dos livros, pois a alfabetização ainda está por vir. Todo o trabalho desenvolvido com as crianças visa criar condições para que o hábito de leitura floresça depois da alfabetização. O contato prematuro e constante com os livros, transforma-os em objeto simpático, importante e necessário. Quando adulta, aqueles primeiros contatos repercutirão, transformando a ex-criança em um assíduo leitor.

A biblioteca desculpa, no entanto, apenas a criança em fase de pre-alfabetização. Após essa fase, a não-leitura é entendida como sendo motivada pela preguiça, pela ignorância e por outras razões semelhantes. O adulto já tem os seus hábitos formados e se entre eles não está o da leitura, não há como desenvolvê-lo mais. Assim, é inócua qualquer tentativa da biblioteca em desenvolver trabalhos nesse sentido.

Já em relação ao adolescente, praticamente inexistem atividades especificamente dirigidas para eles. As formas que conhecemos, utilizadas para levá-los à leitura, são fundamentadas e caracterizadas pela coerção, pela obrigação: o acesso à "Sala de Artes" — existente na maioria das bibliotecas infanto-juvenis e muito freqüentada pelos adolescentes — só é permitido após uma "passadinha" pela "Sala de Leitura". Tal exigência vai se transformar, obviamente, em um obstáculo para o hábito de leitura, reforçando a aversão pelo livro que o adolescente traz consigo da Escola, na medida em que esta se utiliza dos mesmos meios coercitivos como técnica pedagógica para o ensino da leitura.

Considerando o número de analfabetos e de alfabetizados que não lêem, podemos concluir que a biblioteca está voltada para uma parcela irrisória da população. Além disso, como vimos, não há um trabalho concreto com os não-usuários o que torna, aos olhos destes, a instituição biblioteca sem nenhum significado social.

10 A (im)parcialidade do bibliotecário

A concepção de que a imparcialidade no tratamento das informações denotaria o bom profissional, representa, também, um impedimento para que exista uma real interação entre usuário-livro. O bibliotecário acredita que pode ter uma postura imparcial, não só em relação às informações que manipula, como também em relação às pesquisas que orienta.

É preciso deixar claro que a imparcialidade pretendida pelo bibliotecário parte de pressupostos errôneos. Para que fosse viável essa neutralidade, seria necessário que a análise de um fato pudesse ocorrer sem interferência do sujeito. Assim, seria lógico admitir que a mesma neutralidade se observaria entre o historiador e o fato histórico e entre o jornalista e o fato que se transformará em notícia. A análise do objeto, desenvolvida pelo sujeito, não sofreria nenhuma influência, pressupondo que a verdade absoluta é tangível. Na vã tentativa de ser imparcial, o bibliotecário assume posturas que devem ser aceitas pois em nada interferem. O livro é intrinsecamente bom, portanto, todos devem ler, escolhendo, entre os infindáveis volumes, aqueles que no momento são particularmente de interesse. A imparcialidade do bibliotecário só se faz presente quando da escolha do material: o usuário pode optar por qualquer material, desde que seja *livro*.

Com esse tipo de concepção, fundamenta-se uma prática comum entre as bibliotecas: solicita-se à comunidade a doação de *qualquer livro*, como forma de ampliar um acervo quantitativamente pobre. Ora, se a biblioteca e o bibliotecário são neutros, qualquer livro, independente da sua relação com os interesses e necessidades da comunidade, será incorporado ao acervo e considerado importante.

A biblioteca está presente, de forma física, na comunidade, mas seus interesses ascendem a graus tão elevados que o grupo a quem deve servir representa uma parcela insignificante. Trabalhando com o “conhecimento humano” universal, a biblioteca entende as necessidades locais como mesquinhos e reles interesses, totalmente dissociados do desenvolvimento global da sociedade.

11 O apego ao silêncio

Muitas razões e outros tantos argumentos, extraídos de conversas com profissionais bibliotecários, poderiam aqui ser apresentados na tentativa de justificar a exigência de silêncio nas bibliotecas. No entanto, podemos afirmar que, se o livro é considerado como único veículo de absorção de conhecimentos, a linguagem verbal será repudiada pelo bibliotecário. Embora contraditório, pois segundo Bakhtin “O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal.” (1, p. 109), as bibliotecas mantêm uma postura contrária e intransigente em relação à comunicação verbal.

William Lobov, citado por Magda Soares (8), registra, com base em pesquisas próprias e de outros pesquisadores, o grande valor atribuído pela cultura negra, nos Estados Unidos, à comunicação verbal, muito maior que

o valor atribuído pela classe média que valoriza, prioritariamente, a linguagem escrita (8, p.44). É possível afirmarmos que a mesma valorização é atribuída pelas classes populares brasileiras. Insistir na linguagem escrita significa continuar não atingindo as camadas populares pois, como vimos, sua cultura prioriza a comunicação oral.

A biblioteca não possui mecanismos que permitam o controle técnico da comunicação oral utilizada pelas camadas populares, mesmo porque todo o instrumental técnico que lhe permite trabalhar com as informações, estão baseados na norma-padrão. Se esta, como apresentado anteriormente, é utilizada pelas pessoas cultas, fácil é reconhecer o público a quem se destinam os trabalhos, serviços e materiais existentes nas bibliotecas. O silêncio representa apenas mais um filtro do processo de delimitação do usuário ideal das bibliotecas.

12 Conclusão

Se a criança não gosta de ler, não é porque exista “falha cultural” nas relações em que ela vive; não é porque exista “deficiência cultural” no seu meio ambiente. Provavelmente é porque o livro e a leitura não fazem parte dos padrões culturais da classe trabalhadora, além de, e principalmente, porque o livro absolutamente nada diz para esse contexto, nem se utiliza dos códigos que são próprios daquela classe. Assim, a insistência das bibliotecas em privilegiar o livro em detrimento de outros suportes, propicia o afastamento desse contingente popular (o maior) e a negação da biblioteca como instrumento de acesso e democratização do saber. Restringindo quase todo o seu trabalho em procurar mecanismos que possam vir a criar o hábito de leitura, o bibliotecário poderá decretar a sua inutilidade social.

O hábito de leitura (a exigência do hábito de leitura como algo “correto”) pressupõe a concordância com a tese de que a linguagem (e o livro é o ato de fala escrita) leva e forma o conhecimento. A leitura, por se utilizar da linguagem é uma das poucas formas (ou a mais importante) de se atingir o conhecimento. Este, por sua vez, não é fruto exclusivamente do livro, ou da linguagem, mas do social que faz a mediação do processo cognitivo.

Fazendo uso das concepções atuais, dos meios e trabalhos delas redundantes, as bibliotecas continuarão vazias, sem público, tornando inúteis propostas que alterem apenas o visível, o palpável. A solução não está na superfície, na periferia, mas nos próprios fundamentos hoje aceitos e, em parte, apresentados neste trabalho

Bibliografia

1. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo : Hucitec, 1979.
2. DEPALLENS, Jacques. La bibliotecologia necesita de una revolución cultural. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, Medellín, v.10, n.1, p.7-14, ene./jun. 1987.
3. GORKI, Máximo. *Ganhando meu pão*. São Paulo : Clube do Livro, 1986.
4. LIPPMAN, Walter. Estereótipos. In: STEINBERG, Ch. (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo : Cultrix, 1970. P.149-59.
5. PRETI, Dino, *Sociolinguística: os níveis da fala*. 4.ed. São Paulo : Nacional, 1982.
6. ROSELL, Joel Franz. Ciranda de livros: uma experiência brasileira em la promoción de la lectura. *Casa de las Americas*, Havana, v.27, n.163, p.123-6, jul./ago. 1987.
7. SALDIVA & ASSOCIADOS PROPAGANDA. *Estudo motivacional sobre hábitos de leitura*. São Paulo : Câmara Brasileira do Livro, 1988.
8. SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 3.ed. São Paulo : Ática, 1986.

(Texto produzido em 1989 a partir de tópicos utilizados nas seguintes palestras proferidas: Faculdades Teresa Martin, 18 de maio de 1988; Fórum dos Alunos da Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 22 de fevereiro de 1988; X Jornada Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, 30 de junho de 1988. Reproduzido aqui pela primeira vez.)

Livro e leitura no Brasil: uma história que deu certo?

O trabalho que se pretende aqui ser desenvolvido, objetiva, através de pesquisas realizadas por alguns autores e registradas em textos publicados sobre o assunto, apresentar a situação do livro e da leitura no Brasil, durante o período de 1550, data do descobrimento, até 1889, momento em que se dá a Proclamação da República.

Os textos utilizados neste trabalho, e indicados como literatura básica para o trabalho, encontram-se arrolados no item bibliografia.

Alguns aspectos do assunto serão abordados, escolhidos principalmente pela preocupação dos pesquisadores da área, evidenciados pelo espaço a eles destinados em seus textos, e, também, por interesses particulares, já que o tema suscita reflexões sobre a problemática do livro e da leitura nos tempos atuais.

As análises efetuadas pelos autores dos textos utilizados neste trabalho, apresentam a total ausência de livros e, em conseqüência, leitura no Brasil, desde o momento em que os portugueses aí aportam até o século XVIII. Referências são feitas aos jesuítas e ao trabalho de evangelização por eles realizado. Os índios aqui encontrados pelos colonizadores deveriam ser, na concepção destes, catequizados, resgatados de sua condição pagã. Sob esse rótulo, muitas atrocidades foram cometidas, principalmente quanto à sua cultura.

A educação no período colonial esteve limitada à ação da Igreja. John Luccock, citado por Lajolo e Zilberman, afirma que na colônia não havia escolas, não havia “nenhuma das instituições comuns para a primeira educação das crianças.” (p.131). A maioria destas “crescia e vivia sem a menor familiaridade com os primeiros rudimentos de aprendizagem.” (p.131). Apenas a Igreja preocupava-se com a educação, estando confinados aos conventos tanto a instrução como os livros (MORAES, p.1). Durante os séculos XVI e XVII, o principal programa educacional resumiu-se à

catequese dos índios pelos jesuítas. Apesar de não patrocinar diretamente, a administração portuguesa na colônia americana subsidiava os custos e protegia as escolas (LAJOLO e ZILBERMAN, p.27). “O primeiro grande projeto educacional desenvolvido no Brasil resultou do projeto evangélico dessa política catequética, executado sobretudo pelos jesuítas (...). Nesses 210 anos, consolidou-se a prática pedagógica talvez mais marcante e bem documentada da história colonial brasileira, responsável pelo estabelecimento das condições dentro das quais leitura e escrita, enquanto modelos de ação coletivos e institucionais, firmaram-se entre nós.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.16).

Esse período brasileiro não se salientou pela “intensidade da vida cultural”. Isso obviamente se dá pelo momento histórico vivido na época, pelas conseqüências de uma terra colonizada, mas, também, porque não era apenas o Brasil que “era vítima de um ambiente claustrofóbico, do ponto de vista intelectual: o Portugal anterior à atividade de Pombal era dominado por religiosos conservadores e vivia ainda sob a égide da Santa Inquisição.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.76).

A descoberta da imprensa por Gutemberg, ocorrida no final do século XV, não resultou evidentemente numa transformação, numa alteração imediata da produção e distribuição de livros, ou seja, a ampliação do público e dos consumidores de livros não se deu imediatamente após a implantação da imprensa. Não bastou o equipamento, a matéria prima para o desenvolvimento do mercado editorial. O público, que dependia necessariamente da alfabetização e do gosto pela leitura, deveria ser formado, implicando em ações muito mais amplas e que ultrapassavam o mero acesso físico ao livro. Essa realidade não estava restrita ao Brasil colônia ou à Portugal, ela possuía um caráter universal. As ações nos vários países, no entanto, eram diferenciadas: FRIEIRO afirma que ao “contrário da América espanhola, que conheceu muito cedo, mal se firmara a Conquista, a imprensa e o ensino universitário, não havia em todo o Brasil uma só tipografia, uma só universidade.” (p.18). Corroborando com essa idéia, Lajolo e Zilberman (p.45) apresentam a falta de escolas, bibliotecas, livrarias e gráficas entre os motivos para um determinado nível cultural do Brasil colônia.

Apesar do pequeno número de pessoas com condições para fazer uso do livro e das dificuldades em obtê-lo, o Brasil colônia a ele teve acesso. Embora clandestina e perigosa, a entrada de livros se concretizou nesse período, trazidos pelos que retornavam de seus estudos na Europa. Aqui, tais livros eram emprestados, ampliando o círculo de acesso a eles (SODRÉ, p.12). Elementos vinculados à maçonaria e marinheiros portadores de encomendas se constituíam em outros segmentos que possibilitavam também

a entrada desses livros, ocorrendo, no entanto, de forma irregular e esporádica. Não existia uma estrutura de distribuição organizada, obrigando a pequena população interessada a recorrer a tais métodos. “Lojas que vendessem livros praticamente inexistiam e a própria capital da Colônia, o Rio de Janeiro, em 1792 não dispunha de mais de dois ou três pontos de venda.” (KOSHIYAMA, p.18).

O Brasil colônia tinha limitado seus contatos culturais com o mundo pelas autoridades da Metrópole. Além disso, proibia-se qualquer tentativa de imprimir textos. O livro, nessa situação, era um produto raríssimo na terra até o fim do século XVIII (KOSHIYAMA, p.17). Com uma política como a que foi aplicada por Portugal sobre o Brasil, pode-se reconhecer a “pouca (ou quase nula) preocupação das autoridades com a difusão da leitura e escrita.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.28).

Os autores de textos para publicação, no mundo todo — por causa do pequeno mercado editorial que, por sua vez, acarretava em uma rigorosa seleção por parte das editoras, dos materiais que seriam financiados integralmente por elas —, dependiam de mecenas. Os custos gráficos eram agravados, no início do século XVIII, pois a impressão de livros ainda guardava fortes marcas artesanais (LAJOLO e ZILBERMAN, p.52).

As condições para modificação dessa realidade dependiam, como já observado, da ampliação do público leitor, que começa a ocorrer nesse século, na Europa, quando a “literatura passa do meio aristocrático, onde dispunha de público restrito e era sinal de distinção, para o da classe média, entre o qual se expande e populariza.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.87).

No Brasil, essa transposição do mecenato para as relações de mercado pode ser evidenciada pelo primeiro grande sucesso literário, o *Compêndio narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, editado em 1728 e que teve, nas décadas posteriores, quatro outras edições. Esse autor inicia o livro se dirigindo aos que o apoiaram financeiramente, “porém, ao contrário dos outros, o *Compêndio* foi sucesso de vendas. Nessa medida, o texto, embora gerado segundo o velho sistema de produção, esboça o modelo das novas relações da literatura com o público, parecendo exemplificar a passagem de um universo cultural mediado pelo mecenato para aquele em que o autor depende das reações do mercado — autônomo — como é típico da sociedade capitalista industrial.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.55-6).

O século XVIII no Brasil, representa a época em que começa a existir um grupo de consumidores que manifestam seus hábitos e expectativas culturais. “Não se pode dizer que era uma camada culta ou elevada (...). Tinha, contudo, sua estrutura e definia certas tendências.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.65-6).

Modifica-se também, a própria concepção da população a respeito do livro: “Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro.” (SODRÉ, p.11).

As bibliotecas, por sua vez, até então presentes apenas nos mosteiros e nos colégios, começam, nos fins do século XVIII, a aparecerem também nas casas, em coleções particulares. Essas bibliotecas eram formadas não só com livros cuja edição havia sido autorizada pelos órgãos censores, mas continham materiais “proibidos”. Muitas dessas bibliotecas que mantinham tais livros, como foi o caso das que pertenciam aos “inconfidentes mineiros”, foram utilizadas como o objetivo de agravar as acusações que a eles eram imputadas. Nessa condição, na análise de SODRÉ, a leitura de tais livros, para as autoridades coloniais, podia ser entendida como: “ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inextinguíveis.” (p.12).

Um desses inconfidentes, o Cônego Luis Vieira da Silva, possuía a maior e melhor dessas bibliotecas. FRIEIRO a define como “notável para o tempo e o lugar”, principalmente se considerarmos “o atraso e a apatia espiritual em que vivia a Colônia por aquele tempo. A educação pouco progredira.” (p.18). Essa afirmação corrobora com a idéia da inexistência, embora crescente, de um público leitor pequeno e incipiente.

Havia em Portugal uma estrutura censória para determinar os livros que teriam sua publicação proibida. O Brasil, enquanto colônia, deveria acompanhar e se submeter às decisões emanadas por aquela estrutura. “Estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou do Ordinário, a da Inquisição, e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576 (...). A partir de 1624, os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos, isto é, das autoridades reconhecidas pelo Estado, entre as quais, para esse fim, estavam as da Igreja; mas dependiam ainda, para circularem, da Cúria romana. Pombal, em 1768, encerrou esse regime, substituindo-o pelo da Real Mesa Censória, que vigorou até 1787. Ora, se na metrópole feudal essas eram as condições, fácil é calcular quais seriam as que imperavam na colônia escravista.” (SODRÉ, p.9-10).

Outros autores, ao contrário, defendem que, apesar da estrutura censória e do emprego de livros proibidos como forma de ampliar pretensas culpas de acusados por diversos crimes, o rigor no cerceamento da entrada de livros no Brasil colônia deve ser relativizado. Os argumentos para essa posição passariam pela existência das bibliotecas particulares dos inconfidentes e alcançariam concepções mais gerais: “As autoridades opunham obstáculos à entrada de livros no Brasil? O fato não deve ser exagerado.

Em todas as partes e em todos os tempos, as autoridades criaram óbices à circulação dos escritos tidos como perigosos, o que entretanto nunca impediu que tais escritos fossem lidos e até às vezes muito lidos.” (FRIEIRO, p.19). O autor da citação afirma, como consequência de suas idéias, que os intelectuais de Vila Rica leram tudo o que queriam ler (p.20), e que o “propalado rigor das autoridades metropolitanas (...) não eram neste caso tão rigorosos como se tem pensado.” (p.31).

Rubens Borba de Moraes também compartilha dessa opinião dizendo que apesar de enérgica fiscalização, os livros proibidos circulavam tanto em Portugal como no Brasil. Como exemplo, cita um livro importado por um livreiro do Rio de Janeiro. Esse livro “cuja proibição em Portugal fez com que todas as primeiras edições fossem impressas em Paris... e contrabandeadas para o Reino.” (p.46).

Livros identificados como “perigosos” eram vendidos em Portugal e podiam ser encontrados inclusive em bibliotecas. “Passavam incólumes na alfândega por desleixo ou ignorância dos funcionários, quando não eram trazidos de contrabando.” (MORAES, p.57). Concluindo suas idéias a esse respeito, MORAES, a exemplo de FRIEIRO, também generaliza o problema: “O fato é que entrou no Brasil em todas as épocas muito livro proibido o que confirma o que toda a gente sabe (salvo os policiais de todos os tempos): a censura, a apreensão ou confisco nunca, em tempo algum, impediram a circulação de livros considerados nocivos.” (p.60).

A censura é analisada, portanto, de várias maneiras, predominando nos textos lidos a idéia de que se deve relativizar a rigidez e o rigor empregados na colônia quanto à observância da proibição da entrada de livros considerados perigosos, nocivos, perniciosos.

Nelson Werneck Sodré, que acredita ter a censura sido nefasta para o Brasil, mesmo reconhecendo mecanismos utilizados para burlar a vigilância que tentava impedir o ingresso de livros proibidos, discorda das análises feitas por alguns autores quanto aos benefícios do fim da censura prévia decretada pelo Príncipe Regente em 1821. Outros textos abordam o assunto enaltecendo e valorizando em demasia esse ato. Sodré afirma textualmente que considera o término da censura sob um ponto de vista diferenciado, argumentando que “ardilosamente, a censura não se faria mais sobre os manuscritos, mas sobre as provas tipográficas. E continuavam proibidos os escritos contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do rei, a tranqüilidade pública — contra qualquer coisa, contra tudo, em suma.” (p.41).

Deve-se salientar, em vista das discussões que, não obstante terem os livros chegado às mãos dos brasileiros, a censura não pode deixar de ser questionada, combatida e, com o intuito de não permitir sua volta, lembra-

da. Em nenhum momento se pode menosprezar ou diminuir as conseqüências nefastas da censura.

No começo do século XIX, as tipografias ainda eram proibidas no Brasil. Toda a impressão só deveria ser realizada em Portugal. A proibição não se aplicava apenas aos livros, mas a qualquer impresso, inclusive folhas divulgando eventos religiosos. Essa situação também era provocada por necessidades burocráticas, uma vez que a burocracia censória, de cujo aval e aprovação dependiam os editores, encontrava-se na Metrópole. MORAES, no entanto, apresenta uma tentativa de fazer funcionar um prelo no Brasil, durante esse período: “Não existe, por enquanto, nenhuma prova ou indício de existência de prelo até o momento em que Antônio Isidoro da Fonseca instala no Rio de Janeiro uma pequena tipografia em 1747.” (p.62). Essa tentativa é frustrada poucos meses depois, sendo a tipografia impedida de funcionar por ordem direta da Coroa. (p.64).

Visando tirar o Brasil do “atraso” em que se encontrava, Portugal decide editar livros voltados para a agricultura com o intuito de melhorar as condições da Colônia nesse setor. Os livros, obviamente, foram impressos na Metrópole e enviados para o Brasil. Publicar somente não era suficiente, sendo necessário fazê-los chegar às mãos dos agricultores. “Foi o que fez o governo português, mandando aos capitães gerais do Brasil caixotes de livros para serem vendidos por preço barato e até se fosse o caso, dados de graça aos interessados.” (MORAES, p.78). Depreende-se desse fato o valor atribuído ao livro, entendendo-se a política de não incentivo à leitura na Colônia como uma resolução, como uma determinação e não apenas por mero descaso ou por não considerar o valor cultural e educacional do livro. Dá-se talvez nesse momento, a primeira ação distributivista, o primeiro ato concreto de distribuição, até mesmo indiscriminada, de livros no Brasil, prática comumente empregada no século XX.

A tipografia no Brasil apenas vai surgir em 1808 quando a Família Real e o governo português mudam-se para o Rio de Janeiro. D. João, o príncipe-regente, em 13 de maio de 1808 “rubricou a carta régia que oficialmente permitia a utilização de prelos no Brasil.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.128). Vale lembrar, no entanto, que a imprensa surge no Brasil de maneira oficial e fruto de necessidade burocrática, isto é, a tipografia implantada com os prelos vindos de Portugal seria empregada na impressão da legislação e de todas os papéis necessários para o andamento do governo. (SILVA, p.3).

A Tipografia Real além de responder aos objetivos com os quais foi instalada, passou a publicar livros abrangendo vários assuntos como ciências exatas, filosofia, medicina, história natural etc. Contudo, a maior pro-

dução foi de literatura, editando desde romance, poesia, teatro, até literatura infantil, literatura popular e, inclusive, jornais. (MORAES, p.117ss). O primeiro romance publicado foi o “Diabo coxo”, de Lesage, em 1810. (idem, p.120).

Lajolo e Zilberman afirmam que “ventos favoráveis para os negócios da cultura escrita” começam a soprar só nos anos 20 “com a abolição da censura prévia e, em 1821, com o fim do monopólio estatal da imprensa.” (p.142). Entretanto, Rubens Borba de Moraes indica que diversas pessoas tiveram a idéia de estabelecer uma tipografia na cidade de Salvador, sendo que a única a funcionar foi a de Manuel Antônio da Silva Serva. Seu funcionamento foi autorizado pelo Príncipe Regente em Carta Régia de 5 de fevereiro de 1811. (p.132). Essa data é anterior à apresentada por Lajolo e Zilberman como a do fim do monopólio estatal da imprensa. MORAES reforça essa afirmação com outros dados sobre a primeira tipografia particular brasileira: “A tipografia de Silva e Serva era uma empresa comercial, e novo ramo de sua casa de negócio. Foi fundada para dar lucro, tal como sucederia com uma impressora-editora de hoje (...). Esse fato vem refletido na escolha das obras editadas. São elas, em grande maioria, livros de venda garantida, ou pelo assunto de que tratam, ou pelo nome conhecido dos autores. Essa tendência é visível desde o primeiro ano de sua fundação.” (p.136).

Para se ter uma idéia da produção editorial na época, pode-se utilizar de um levantamento efetuado por Veiga Cabral, citado por KOSHIYAMA, em que se arrolam mil e quinhentos trabalhos — a maioria traduções — impressos entre 1808 e 1822. (p.18-9).

Apesar da instalação da Imprensa Régia, a situação do texto impresso parece não ter se alterado substancialmente: “Além de tardia, a implantação da imprensa na então colônia lusitana constituiu uma medida isolada, não tendo sido secundada pela criação e consolidação de instituições e instrumentos necessários à difusão dos produtos impressos. Continuavam faltando escolas, bibliotecas, gabinetes de leitura, livrarias, jornais, editoras. Tais ausências tornaram quase inexpressiva a mudança.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.129). Cresce o número de tipografias e de livreiros, mas não o suficiente para se constituir num aparato de apoio para difundir o livro e criar um público para consumi-lo. Esse público cresceria durante o século XIX, engendrando-se “no Brasil as primeiras e novas formas de público que, inicialmente ralo e inconsistente, aos poucos ganha personalidade e contorno diferenciado. Entre os anônimos leitores de folhetos e os assíduos frequentadores de teatros, circulam intelectuais, homens de letras, estudantes, jornalistas, algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura.” (LAJOLO e ZILBERMAN, p.89-90).

Dados sobre as livrarias existentes no Brasil, comprovam seu pequeno número no Brasil colônia: "Havia (...) em 1813, apenas duas livrarias, ambas de franceses (...). Em 1821, havia pelo menos nove (...). Em 1823, proclamada a Independência, surgiram outras." (SODRÉ, p.38).

A exemplo das livrarias, a educação no começo do 'século XIX pouco ou nada havia se desenvolvido e estruturado; o Brasil carecia de um sistema escolar ao menos regularizado. (LAJOLO e ZILBERMAN, p.117).

A Corte Portuguesa também traz consigo a Biblioteca Real. Esta continha aproximadamente cinco mil volumes sobre vários assuntos e é inaugurada no dia 13 de maior de 1811, data do aniversário do Príncipe Regente. Abre-se ao público, no entanto, apenas em 1814. (MORAES, p.82 e 84).

Essa biblioteca, mesmo que aberta aos interessados, não se constituiu numa efetiva biblioteca pública, principalmente pela situação social e cultural da colônia. MORAES diz que tanto a imprensa como a biblioteca foram criadas pelo governo aos moldes de Lisboa, ou seja, como repartições públicas e com todos os problemas que tal condição acarreta. (p.128-9).

Defendendo a idéia de que a Biblioteca Real já existia em Portugal e foi apenas transferida de sede, e que as bibliotecas dos conventos não eram franqueadas à população, esse autor reconhece a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada no antigo Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811, como a primeira biblioteca pública fundada no Brasil. (p.147).

A Biblioteca Pública da Bahia foi constituída a partir da iniciativa de um cidadão, obtendo autorização e incentivo da administração local. Seu acervo inicial era composto de aproximadamente três mil volumes, obtidos em caráter de doação. A esse respeito, MORAES observa que tal quantidade de obras doadas era prova de "que havia na Bahia mais livros em mãos de particulares do que se pode imaginar." (p.146). Sete anos após sua inauguração, o Conde dos Arcos, que apoiava a existência da biblioteca, deixa o governo da Bahia. A biblioteca, a partir de então, fica entregue ao abandono. O acervo que crescia com doações e compras efetuadas com o produto da arrecadação de subvenções, fica estagnado, atingindo apenas 78221 volumes em 1835. (p.150).

A análise do acervo dessa biblioteca revela dados interessantes: a coleção de obras de referência (dicionários, enciclopédias etc), são avaliadas como "simplesmente excelente". (MORAES, p.154). Grande parte do acervo era composto por obras francesas e inglesas. MORAES amplia as observações sobre o acervo: "a modernidade da coleção chama logo a atenção; impressiona o avultado número de obras de autoria de 'filósofos' ilustrados. A ausência quase completa de livros que combatem suas teorias também é significativa; o grande número de livros franceses e ingleses é

coisa inusitada; assim como a variedade de assuntos; o número de livros proibidos em Portugal ou que figuram no Index é grande; trata-se, enfim, de biblioteca que não sofreu censura.” (p.152). Essa análise final é perigosa: a ausência de livros que combatiam os ‘filósofos’ ilustrados, não se caracteriza numa forma de censura?

As idéias veiculadas na Colônia pelos jornais publicados fora do Brasil, mas que de diversas maneiras nele penetravam, preocupavam o governo português, a ponto de ele mesmo financiar e imprimir periódicos oficiais, objetivando neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado. (SODRÉ, p.29). A leitura é reconhecida mais uma vez, como importante e instrumento de divulgação ideológica. SODRÉ afirma que na luta “doutrinária de preparação à Independência, (...) o papel da imprensa foi destacado.” (p.60).

O Brasil, independente dos livros aqui editados, ainda se abastecia de impressos provenientes de Portugal. Por esse motivo, KOSHIYAMA acredita que a independência de 1822, para a cultura impressa, “não implicou violentas rupturas entre Brasil e Portugal.” (p.21). Já LAJOLO e ZILBERMAN entendem que o “projeto de independência política, acalentado por algumas elites e generosamente compartilhado pelo povo, foi decisivo, no Brasil, para o desenvolvimento da leitura e escrita como práticas sociais.” (p.,127).

Após a independência, amplia-se o número de bibliotecas particulares e, obviamente, a quantidade de livros nas mãos das pessoas. Mesmo assim, as condições para publicação de livros não eram favoráveis no Brasil, situação que persiste até meados do século XIX. (LAJOLO e ZILBERMAN, p.141). Isso ocorre, apesar de importantes conquistas por parte dos autores, como é o caso dos direitos autorais. Estes eram conseguidos, a partir de 1817, com a solicitação de “privilégio” feita junto ao rei, garantindo que ninguém mais poderia imprimir sua obra intelectual. O rei concedia tal privilégio durante catorze anos. (SILVA, p.4).

Em torno de 1830, os pontos de distribuição de material impresso eram poucos, “confinando-se ao tripé Tipografia Nacional (designação após a independência da antiga Imprensa Régia), Casa de Plancher e a de Veiga.”. (LAJOLO e ZILBERMAN, p.142). Nos anos 40 daquele século, o romance se desenvolve, além de existir “as condições necessárias para que os livros didáticos fossem se tornando uma presença regular na vida escolar brasileira.” (p.136). Mas, a criação de livrarias e editoras no Brasil até a primeira metade do século XIX representava “projetos e esforços descontínuos. Jamais configuram atividades coesas que, secundando um projeto educacional consistente, sustentam (e se sustentam de) uma sólida prática social da leitura. O novo estágio só ocorre a partir do estabe-

lectimento, em terras cariocas, dos doublés de editor e livreiro Laemmert, Garnier e Francisco Alves. Seus nomes tornam-se marcos que dominarão a produção e distribuição de livros ao longo da segunda metade do século passado, cruzando inclusive a soleira do seguinte.” (p.144). Os três livreiros editores citados (Laemmert, Garnier e Francisco Alves) criam casas gelidas, apoiando a implantação de um suporte, agora mais concreto, para a publicação e divulgação do livro no Brasil.

A partir dessa época, começa a se formar, de fato, um público leitor para a literatura, constituindo-se “entre a maioria das pessoas com acesso à instrução — estudantes, professores, comerciantes, funcionários, militares e senhoras da classe dominante. (KOSHIYAMA, p.24).

O público começa a se formar, mas ainda é restrito, muito restrito. Os folhetins de José de Alencar e, mais tarde, os romances de Machado de Assis, contam com um público cativo, como observam LAJOLO e ZILBERMAN. No entender de Machado de Assis (citado por essas autoras), contudo, “Há um círculo limitado de leitores: a concorrência é quase nula, e os livros aparecem e morrem nas livrarias.” (p.93-4). Em 1862 o mesmo Machado de Assis dizia que “o nosso movimento literário é dos mais insignificantes possíveis. Poucos livros se publicam e ainda menos se lêem.” Em 1866, esse reconhecido romancista abarcava “no mesmo ceticismo a produção, circulação e leitura de livros.” (p.92-3).

A quantidade de livros vendidos já quase no final do século XIX indica o quanto eram poucos os leitores. As tiragens eram reduzidas e os exemplares eram vendidos muito lentamente. Garnier, um dos principais editores em atividade na época, como já observado, “afirmava francamente que determinados livros, qualquer que fosse o preço, se bem aceitos, atraíam 300 a 400 compradores; os livros populares vendiam, no primeiro ano, de 600 a 800 exemplares.” (KOSHIYAMA, p.29).

A ausência de leitores, de público leitor, pode ser explicada pela situação vivida pelo Brasil na época, quando 80% da população brasileira era analfabeta, não dispondo, a sua maioria, de escolas primárias onde pudesse ser alfabetizada. (KOSHIYAMA, p.29 e 39). Já no início do século XX, “havia déficit de escolas em relação à demanda prevista (...). Escolas secundárias — públicas e privadas — eram sempre pagas e caras, pois cobravam taxas, selos e contribuições dos alunos. Por serem onerosas, tinham como freqüentadores os filhos das famílias afortunadas, futuros candidatos aos cursos superiores existentes no país. (...) As escolas secundárias atendiam, nessas condições, apenas a 1% (um por cento) dos 6 milhões de brasileiros entre 12 e 20 anos, segundo o censo de 1920. E apenas 1/4 das escolas secundárias do país era dirigido pelo poder público, ficando o restante com a iniciativa particular.” (KOSHIYAMA, p.35-6).

Nessas condições, tornava-se difícil criar um público para o livro no Brasil ou oferecer a situação adequada para que se desenvolvesse a leitura. As autoridades, governantes e dirigentes da Colônia ou do Império não se preocupavam em instituir ou implantar ações que propiciassem a concretização dessas condições.

Rubens Borba de Moraes sintetiza seu estudo, talvez pendendo mais do que o necessário para um certo ufanismo, da seguinte maneira: "... há muito que pesquisar sobre a História dos livros e das bibliotecas no Brasil colonial. O pouco que sabemos, porém, já nos permite uma primeira observação: não vivemos sem livros e sem bibliotecas. O Brasil colonial não viveu no obscurantismo. Não tivemos, é verdade, universidades como o México e o Peru, mas tivemos tantos livros e livrarias quanto as colônias espanholas." (p.173).

Bibliografia

- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2.ed. Belo Horizonte : Itatiaia /Edusp, 1981. p.13-62.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1982. p.16-66.
- LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo : Departamento de História, FFCLH/USP, s.d. (Folheto)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1983. p.1-82.

(Texto produzido em 1995 para a coleção Ensaios APB, mas não publicado. Está aqui sendo reproduzido pela primeira vez.)

Bibliotecas populares

O tema desta palestra é Bibliotecas Populares. Na verdade, pretendo partilhar com vocês um pouco das minhas reflexões a respeito do assunto e que vão gerar, com certeza, um produto acadêmico, uma dissertação de mestrado. A intenção é que esse produto, essa tese, possa ter uma utilização prática além de, e principalmente, colaborar com os bibliotecários nas reflexões sobre a biblioteca pública. Não é meu intuito, portanto, apresentar algo acabado, pronto, inalterável. Parto do pressuposto de que inexiste a verdade absoluta e que todos os itens e tópicos aqui expostos são passíveis de críticas e representam uma forma de interpretar a realidade. No entanto, acredito que as idéias aqui apresentadas devem merecer um pouco da atenção de vocês. Quase sempre procuro, nas palestras em que sou convidado a proferir, enfatizar a importância do assunto e, hoje, em vista dessa insistência — que não é minha exclusivamente — é possível notar que o tema Bibliotecas Populares começa a adquirir espaço entre as preocupações dos profissionais bibliotecários.

O meu interesse pelo tema é antigo: ele surgiu a partir das análises de vários textos da nossa área que abordavam a biblioteca pública, além de depoimentos, palestras, etc, de bibliotecários que atuavam — e muitos ainda atuam — em bibliotecas públicas. Alguns conceitos e idéias invariavelmente se sobressaem (eu passo a usar o verbo no presente, pois nada ou quase nada se modificou). Quais eram esses conceitos e essas idéias?

1) a biblioteca — e o bibliotecário evidentemente — é apolítica, neutra. Nunca interfere, ou não deve interferir, no processo de busca de informações, na pesquisa propriamente dita.

2) o livro é bom por si mesmo; o livro é intrinsecamente bom e melhor que qualquer outro produto cultural.

3) a biblioteca é importante e necessária para a comunidade e só esta, a comunidade, é que ainda não se apercebeu desse fato.

4) a biblioteca está aberta para quem dela quiser fazer uso, não importando raça, cor, credo, convicções políticas, classe social, etc.

5) o objetivo máximo da biblioteca pública é democratizar a informação.

Acho que não estou abordando nada que já não seja do conhecimento de todos. Essas idéias a respeito da biblioteca pública e dos profissionais que nela trabalham, são por demais conhecidas, constantemente repetidas e aceitas por grande parcela dos bibliotecários. Outras idéias, que a exemplo das anteriores estão quase que institucionalizadas em nossa área, poderiam ser lembradas, mas acredito que esses 5 pontos são suficientes para nossa reflexão.

Essas idéias são pressupostos que norteiam a atuação nas bibliotecas públicas. A análise delas, no entanto, evidenciam um descompasso entre as idéias e as práticas. Se não, vejamos:

1) a biblioteca é neutra. Nada mais inconcebível do que acreditar na neutralidade da biblioteca e do bibliotecário. Os argumentos que tentam provar essa tese fundamentam-se no fato de que, nas bibliotecas, os suportes da informação — o livro principalmente — estão dispostos nas estantes sem qualquer restrição e sem que nenhuma corrente do pensamento humano esteja privilegiada. Outro argumento é que a biblioteca, por trabalhar com a cultura (no sentido de erudição) e com uma ampla gama do conhecimento humano, está acima das intempéries e das mesquinhas políticas e sociais do cotidiano. O livro é o alimento da alma, do espírito. E o espírito é puro e neutro. Ele, espírito, permanece no mesmo estado em que por Deus foi criado. Quem peca é o corpo que está em contato direto com a realidade, a mercê das tentações de um demônio chamado mundo. Se o livro é o alimento do espírito e o espírito é neutro, logo o livro é puro, neutro e, nele, está presente a verdade. O livro reflete a verdade e esta, por ser entendida como única, não admite contradições, não admite parcialidade, sob pena de apoiarmos o erro, o pecado. Entretanto, parece-nos que nossa análise deve trilhar outros caminhos.

Nosso acervo é formado por livros que a indústria editorial acha conveniente — conveniente sob o aspecto comercial, sob o aspecto do lucro. Um livro só é editado quando as editoras o entendem como vendável, com mercado certo. Assim, eles não refletem todas as correntes do pensamento, pois nem todas são vendáveis. A própria linguagem com que o livro é escrito, não é a linguagem com que a maioria da população se comunica. Os livros só são editados quando se utilizam da linguagem padrão, da norma culta. Dessa forma, a própria constituição do nosso acervo já é parcial. Além disso, a disposição dos livros nas estantes forma um discurso, discurso específico daquela biblioteca e originado pelo modo como os bibliote-

cários que trabalham naquela biblioteca entenderam e classificaram aquelas obras. Portanto, um discurso parcial que, absolutamente não é neutro. Ainda mais: nenhuma biblioteca, principalmente as nossas, possuem todos os livros. É evidente que não existe verba para isso. Somos obrigados a selecionar o material que será adquirido. Mesmo que pensando na comunidade, nós selecionamos baseados no que imaginamos ser o interesse e as necessidades da comunidade que atendemos. Os livros doados, que aceitamos contentes e prazerosamente, refletem a escolha e o interesse de uma pessoa, pessoa essa que não tem vínculos e nem deve pensar — pelo menos no tocante aos seus próprios livros — nem deve pensar na comunidade em que está inserida. A biblioteca não foi, não é e nunca será neutra. Ela é intermediária entre a necessidade e a informação. E mesmo quando se utiliza de instrumentos como apoio para essa intermediação — instrumentos parciais, diga-se de passagem — mesmo assim, as idéias do conjunto dos bibliotecários que nela atuam estão presentes. Quando se diz que a biblioteca deve modificar a vida do cidadão, quando se imagina que ela possui características que permitem a transformação das pessoas, é bom lembrar que nada se modifica a partir da neutralidade e da idéia de que somos predestinados e inaptos para interferir.

A 2ª idéia é de que o livro é intrinsecamente bom e a 3ª é que a biblioteca é importante para a sociedade. No primeiro caso — o livro ser bom por si mesmo —, para não me alongar, basta lembrar como qualquer um de nós se arrepia quando alguém diz que só lê Sidney Sheldon ou qualquer outro autor cujos livros são meramente comerciais. E o salto para as obras de lastro? E o salto que, dizem, forma o verdadeiro leitor, para as obras clássicas? Ou, ainda, será que essas obras definem e instituem o verdadeiro livro, a estética literária verdadeira?

Partindo para a discussão da outra idéia, também arraigada no seio da classe bibliotecária, de que a biblioteca é necessária para a comunidade, como podemos explicar a falta de usuários? Como podemos explicar que trabalhamos quase que exclusivamente para os estudantes, principalmente aqueles que nos procuram para realizar pesquisas que nada mais são do que meras cópias de enciclopédias? Será que, ao invés de colocarmos toda a culpa no pobre usuário, não seria interessante nos questionarmos sobre nossa atuação? Será que nós estamos oferecendo para a comunidade aquilo que ela realmente necessita? Será que não estamos fazendo tudo errado?

Aproveitando o mote, convém lembrar as outras duas idéias presentes na literatura bibliotecária e nos depoimentos de nossos colegas: a biblioteca está aberta para qualquer pessoa e nosso objetivo maior é democratizar a informação. Só para ajudar nossa memória: quase 30% da população é analfabeta. Analfabeta mesmo. Quando muito, reconhecem o símbolo da

Coca-Cola e o plástico do Collor e do Maluf. Alguns agora até o do Afif. Isso significa, em números absolutos, mais de 40 milhões de pessoas. A revista Imprensa, com base em dados do IBGE e de pesquisas efetuadas pelo SBT, calcula em 45% o número de alfabetizados que apenas conseguem escrever o próprio nome — assinar — e ler engasgando, pulando, soletrando (sem ser de “carreirinha” como diria o Sassá Mutema). Esses também não lêem. Somando, para quem perdeu a conta, temos 75% da população, ou seja, aproximadamente 105 milhões de brasileiros. Dos 25% restantes, quantos realmente têm interesse pela leitura? Quantos possuem o hábito da leitura? Talvez, com otimismo, 5% da população, meros 7 milhões de pessoas que nada significam dentro de um universo de 140 milhões.

O que resta à biblioteca e ao bibliotecário? Duas opções: ou continuamos a atender apenas a esse grupelho de pessoas que sabem e têm como hábito a leitura — e se optarmos por essa atitude devemos esquecer por completo essa mentira, essa lorota, essa farsa, essa balela de biblioteca como local de democratização da informação — ou, ao contrário, passamos a privilegiar a maioria da população, os “carentes de informação”, os 130 milhões de habitantes. Neste caso, é provável que a população comece a reconhecer no bibliotecário, um profissional útil socialmente e a biblioteca como instituição necessária. Mas, para isso, é preciso alterar, modificar, transformar os trabalhos e a própria atuação da biblioteca. Como? Como é possível fazer isso? Quais são os caminhos para isso? Eis o verdadeiro problema; eis a verdadeira e problemática questão.

Creio que a maioria dos bibliotecários que estão aqui hoje não desconhece que a biblioteca pública com serviços aos usuários de forma sistemática, nasce no século XIX. Até então, seus objetivos vinculavam-se exclusivamente aos “eruditos”. A partir dessa época, um outro objetivo vem se juntar ao anterior: o da educação, principalmente a educação continuada (ou deveria se juntar). Desde então, outros objetivos foram sendo acrescentados àqueles, mas a qualidade — se é que podemos chamar assim — de aparelho ideológico de estado sempre esteve presente na atuação da biblioteca. Mantivemos sempre o caráter de reprodutores da ideologia dominante. Estivemos, mesmo sem aceitar conscientemente, ao lado das classes que detêm o poder, sem fazer uso desse poder, sem mamar em teta nenhuma, ao contrário, amargando a condição de entidade esquecida e relegada. Mas, colaboramos constante e ininterruptamente para a manutenção dessas classes no poder, para a continuidade de uma situação reconhecida como opressora para as classes populares. A biblioteca pública foi se desenvolvendo, aglutinando objetivos e ampliando seus serviços, mas sempre voltada para as classes opressoras e tendo como base o livro. Não que o livro

seja ruim por si mesmo, mas, e é bom reiterar, ele é inútil para a maioria da população. A informação está esquecida porque a biblioteca privilegia o suporte livro onde a informação está escondida e inatingível para as classes populares.

Outros trabalhos, temos que reconhecer, são desenvolvidos pela biblioteca pública (e que fazem parte das suas 4 principais funções: educativa, informativa, cultural e recreativa), por exemplo a educação continuada, oferecendo materiais para aqueles que pretendem, de maneira autodidata, desenvolver seus conhecimentos. Mesmo aqui o bibliotecário imprime ao seu trabalho as mesmas normas e regras da educação formal, utilizando os mesmos instrumentos que aquela. É preciso, primeiramente, saber ler e ter um mínimo de conhecimento para fazer uso, para se utilizar da biblioteca. Em suma: damos informação a quem já tem e negamos a quem não tem. Aumentamos o fosso entre os que têm e os que não têm informação. Nós estamos seguindo o exemplo da política econômica brasileira, dando renda a quem já tem e cobrando impostos de quem não tem.

A função recreativa é exercida de forma brilhante pela biblioteca, desde que, no fim, tudo recaia na leitura. O mesmo se dá com a função cultural: as bibliotecas públicas promovem inúmeros eventos. As programações das bibliotecas são vastíssimas nesse tópico: exposições, palestras, teatro, cursos, saraus, concursos, etc. Não podemos esquecer as promoções que visam as festas e danças folclóricas (na pior acepção do termo). É preciso manter a tradição, preservar, de forma inalterada, os valores da comunidade. A cultura aqui entendida apenas como manifestação artística e a política cultural como eventos. Eventos desconexos, não relacionados entre si, sem objetivo outro que não o de propiciar o próprio evento. São promoções que permitem e visam apenas o consumo. Nada de produção cultural. E aqui vale ressaltar que essas atividades, as propostas de consumo nelas existentes, são idênticas aos dos meios de comunicação de massa que nós não nos cansamos, embora apressadamente, de repudiar.

E a função informativa? Nos países desenvolvidos, com destaque aos Estados Unidos e Inglaterra, existem — e faz muito tempo — os chamados “Centros Referenciais”. O que são eles? Dentro da biblioteca pública, em trabalho conjunto com outras entidades, um setor que pretende fornecer para a população, informações que respondam a necessidades do dia-a-dia, do cotidiano. Esse trabalho em nossas bibliotecas deveria ser prioritário: — onde se consegue uma carteira de identidade?; — quando, como e onde eu devo me alistar para o serviço militar; — qual o percentual de aumento de aluguel para este mês; — onde eu posso conseguir uma assessoria jurídica gratuita; — onde eu posso reclamar contra a padaria que está vendendo o leite mais caro do que o permitido; ou o açougue que vende carne

estragada; ou contra o ônibus que está sempre sujo e que demora a passar; — para onde devo ir ou com quem falar para tirar uma licença de ambulante; — onde reclamar de um buraco na minha rua, ou que o bueiro está entupido e pode alagar a rua na próxima chuva, ou que uma antiga árvore está sendo arrancada; — onde conseguir ajuda para educação de um filho doente mental; — como exigir meus direitos a respeito disso e daquilo, etc, etc, etc.

São inúmeras as informações que podem e devem ser prestadas para a comunidade. Estas informações mudam o caráter da biblioteca e não é necessário que o usuário saiba ler. Qualquer um pode ter acesso a elas. Um aspecto importante é que, para a concretização desse Centro Referencial, é preciso contato com entidades governamentais, mas, e principalmente, também com os movimentos organizados da comunidade. Estes, inclusive, precisam, necessitam da biblioteca como suporte de informação.

Dentro do quadro de atuação da biblioteca pública hoje e que estava tentando apresentar, surgem, como forma de protesto — mesmo que eles não saibam disto — os Centros de Documentação Popular. Ligados aos movimentos organizados da população, esses centros substituem, isso mesmo, substituem a biblioteca pública. Por que? Porque eles procuram atender às necessidades daquela comunidade, as necessidades que não são satisfeitas e supridas pelo trabalho das bibliotecas públicas. Além de servir como memória dos movimentos populares, eles dão suporte informacional para esses movimentos, além de distribuir as informações que são de interesse daquela comunidade, de forma clara e acessível. A maioria desses Centros de Documentação Popular *produzem* informações, ou seja, traduzem para uma linguagem inteligível para a população, seja ela a escrita, a imagem, o som, etc, o que de outra forma só seria possível através da escrita, do livro e da norma culta. Isto a biblioteca pública também pode e deve fazer, desde que apoie e tenha o apoio desses movimentos populares.

Um dado importante, significativo e sintomático: nesses Centros de Documentação Popular, não existem, na quase totalidade deles, bibliotecários. Quase todos são dirigidos por outros profissionais.

A Biblioteca Pública, quando priorizar as classes populares, as classes oprimidas; quando oferecer serviços específicos para essas classes; quando reconhecer e considerar o livro como um suporte da informação, ideal para quem lê, mas inútil enquanto recurso para a maioria da população; quando a biblioteca pública começar a veicular os interesses, as idéias, os anseios, os valores, as necessidades das classes populares, da população a quem deve atender, ela estará se transformando numa biblioteca popular e passará a ser reconhecida como útil e imprescindível pela maioria da população. A Biblioteca Popular é a biblioteca que nós precisamos

num país do 3o. mundo como é o nosso. Uma biblioteca que reflita e retrate as ideologias das classes oprimidas, geradas e mantidas por um sistema embrutecido que escamoteia a realidade através de nebulosos conceitos de ordem e progresso. Não importa o nome que se dê, biblioteca pública ou biblioteca popular, importa que a biblioteca caminhe ao lado e com a maioria da população, auxiliando cada pessoa na busca do resgate de sua dignidade e de sua condição de cidadão.

(Palestra proferida no Encontro de Bibliotecários do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, em 26 de outubro de 1989)

Centros de documentação popular

Os Centros de Documentação Popular estão se proliferando por todo o país, voltados basicamente para as periferias dos grandes centros urbanos. Seus objetivos, aqui apresentados rapidamente, estão direcionados, em geral, para os seguintes pontos:

- recolher, documentando e armazenando, as produções culturais da comunidade com a qual tem contato, sejam elas as chamadas produções artísticas individualizadas ou os hábitos, costumes, linguagem e, principalmente, seus relacionamentos sociais. Quer nos parecer que a exteriorização estética dessas comunidades — calcada em seu próprio imaginário e a partir dos significados com os quais entende e interage com a realidade — não pode e não deve ser considerada inferior, pelo simples fato de ser produto de um grupo não letrado, nem mesmo por não representar produções apenas simbólicas, já que a “cultura popular implica modos de viver”. Atualmente, a maioria dos Centros está recolhendo, prioritariamente, as experiências de movimentos organizados da comunidade, principalmente de caráter reivindicatório.
- produção de informações consideradas como emergenciais, dentro de uma linguagem compatível com a da comunidade, numa verdadeira tradução da linguagem padrão, da norma culta, procurando capacitar a população para o conhecimento dos seus direitos, normalmente incompreensíveis pois escondidos atrás de um jargão técnico. Tais produções se utilizam dos quadrinhos, de textos recheados com muitas figuras, historietas, etc. Enfocam problemas trabalhistas, saneamento básico, moradia, saúde, educação, etc.
- propiciar espaços e incentivar a organização da população, para debates, discussões e defesa de seus interesses. Importante frisar

que alguns Centros exigem, até mesmo de funcionários contratados, uma militância efetiva junto à comunidade.

Outros objetivos, em especial os políticos, poderiam ser aqui abordados, mas são óbvios demais para merecerem descrições mais detalhadas.

A criação dos Centros de Documentação Popular, parece-nos, foi motivada pela necessidade de uma reação da população, frente aos mecanismos de poder das classes dominantes. A informação, por exemplo, é fator de poder e está, hoje, sendo usada como forma de opressão, reproduzindo um sistema que procura a sustentação daqueles que já detêm as rédeas do poder. Por outro lado, essa mesma informação, dialeticamente, também contribui para alterações na situação vigente, passando a ser arma das classes populares que dela se utilizam, quando decodificada e assimilada dentro da linguagem da comunidade, como suporte de suas reivindicações.

Os trabalhos, assim, estão voltados para a necessidade de documentar as experiências e a cultura das classes populares (embora isto seja redundante), bem como alimentá-las com as informações que servirão de suporte dos movimentos organizados surgidos dentro delas.

Alguns pressupostos são básicos:

- a resistência também pode e deve ter um mínimo de organização. Se a história é contada a partir do ponto de vista do vencedor, nada mais correto do que possibilitar às classes populares condições de construir uma memória documental, tendo como base seus interesses, necessidades, anseios e relacionamentos sociais. A memória assim preservada, torna-se mais um instrumental de defesa e resistência. Estamos aqui, dentro de uma cultura popular que, para melhor se preservar, utiliza de meios normalmente empregados pela cultura letrada e pela cultura de massa.
- a linguagem culta, a norma padrão, determinada e manipulada pelas classes dominantes como forma de opressão, como instrumento que permite hegemonizar as instituições por elas criadas, permitindo, inclusive, que seus valores sejam entendidos e acatados, com base num tecnicismo, como naturais e verdadeiros, tal linguagem deve ser entendida e compreendida para que a população possa exercer seus direitos com base nos próprios mecanismos utilizados para oprimí-la.
- muitos Centros exigem, como já foi dito anteriormente, que seus funcionários e/ou voluntários, tenham um trabalho constante junto à população para a qual o Centro está mobilizado. Não aceitam nem incentivam posturas que procuram determinar as necessidades daquela comunidade a partir de pontos de vistas e de análises externos. A exigência de um trabalho integrado permite, dentro

da concepção desses Centros, eliminar ou, pelo menos, minimizar, as ingerências de grupos não vinculados àquela comunidade que tendem a priorizar ações divorciadas do interesse imediato daquele grupo.

As especificidades de cada grupo não impedem que exista contato, embora não necessariamente formalizados e periódicos, entre os vários Centros. A cultura popular possui, obviamente, pontos comuns, dentro dos vários grupos, que devem servir como parâmetros para análises e estudos advindos, principalmente, do próprio interior da comunidade.

O surgimento de vários Centros de Documentação Popular, não só no Brasil, mas em praticamente todos os países latino-americanos, talvez possa ser entendido como uma reação das camadas populares, culturalmente — já que suas atividades não estão resumidas a reivindicações apenas econômicas —, ao que Barbero chama de transnacionalização. Na medida em que, além do econômico, a internacionalização de um modelo político concretiza-se com grande força nesses países, uma reação mais global, embora ainda não coordenada e sistematizada, se faz presente, na tentativa de uma defesa mais organizada.

(Palestra proferida em 1989)

Silêncio: vamos falar de biblioteca

Biblioteca: silêncio. Quem surgiu primeiro, a biblioteca ou o silêncio?

Pode não parecer, mas o silêncio nem sempre é mudo. Em muitas situações, em muitos momentos, o silêncio fala, grita, é eloqüente. A biblioteca, ou melhor, o silêncio imposto na biblioteca, é um exemplo.

Por que a cultura é passada como algo doloroso, difícil, que requer sacrifícios, concentração, abnegação? Por que é imprescindível um silêncio sepulcral, anormal, dissociado do cotidiano para se exercitar a leitura? Por que nós, bibliotecários, podamos e reprimimos a conversa, o debate, a troca de conhecimentos, idéias e entendimentos em nome da preservação de um ambiente adequado para a concentração e absorção *individual* de cultura? Será que estas questões não merecem nossa atenção?

Este artigo deve ser curto — afinal, as finanças da APB não possibilitam um Boletim maior —, por esse motivo, vamos apenas tocar em alguns aspectos do problema (será mesmo um problema?).

O amplo debate, a discussão, a troca de idéias propiciam o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento. O entendimento e a compreensão levam, não obrigatoriamente, mas quase sempre, a uma postura mais crítica da realidade. No entanto, o poder, representado por aqueles que o detém, não está, obviamente, interessado em possibilitar a aquisição desse senso crítico, não está interessado em permitir que sejam criados mecanismos que redundem numa contestação à sua existência.

Dessa forma, as Instituições por eles dominadas, estão estruturadas de tal forma que orientam os dominados em direção aos interesses daqueles. A biblioteca não é uma dessas Instituições? Certamente que sim. Nosso discurso apregoa a democratização da informação, o acesso à cultura. Entretanto, nossa prática é totalmente diversa. Fornecendo informações ape-

nas àqueles que possuem um mínimo de iniciação para usufruí-las, ampliamos o fosso existente hoje na “distribuição da informação” entre nossa população.

Se você está imaginando que isso é outra história, sinto desapontá-lo, estamos singrando os mesmos mares (de lágrimas), estamos caminhando por sobre os mesmos muros (de lamentações). O atendimento que oferecemos aos nossos usuários; a preocupação com os analfabetos, com a população “carente de informações”; o impossibilitar o debate e a discussão, impondo o silêncio como a única forma de se conseguir cultura; a repressão ao manuseio dos livros numa tentativa de mantê-los novos e intactos; o horário de atendimento que nunca coincide com o que permite o acesso da maior parte da população — todos esses itens também estão contidos no tema abordado.

Voltando ao silêncio: nos hospitais o silêncio, solicitado em placas e cartazes, é indispensável para o bem estar dos doentes. Nas bibliotecas, o silêncio, solicitado através de ásperos e intransigentes “psius” é necessário para que? Existe algum vínculo entre cultura e doença (se a relação lhe parecer forçada, desconsidere)? A vida urbana é pródiga em barulhos, sons. Por que essa irreal necessidade em separar a biblioteca do modo de vida da população?

O trabalho da biblioteca está voltado para a pessoa, para o indivíduo. Sim, mas para a pessoa, para o indivíduo considerado apenas de forma isolada, desagregado do relacionamento de seu contexto social. Será esse um dos problemas para o não reconhecimento, por parte da população, da função social da biblioteca?

A gente volta a falar sobre o assunto.

(Publicado originalmente em: *APB Boletim*, São Paulo, v.3, n.2, p.1, ago. 1986)

Biblioteca pública: útil socialmente? ou Biblioteca pública: missão ou *mise en scene*?

1 Introdução

A biblioteca pública é socialmente útil? Sem nenhuma dúvida, diriam muitos. Afinal, nós, bibliotecários, trabalhamos com a informação. Alguém pode contestar ser a informação a matéria prima e o produto das atividades de uma biblioteca? Pode também ser contestado que informação é poder, que a informação possibilita uma reflexão, uma revisão de valores e posicionamentos, uma nova postura em relação à sociedade? Em não havendo contestações, podemos afirmar que, inegavelmente, a biblioteca pública é útil socialmente. Por que, então, existe um número tão pequeno de usuários nas bibliotecas? É que a população ainda não percebeu a importância da informação e, por conseguinte, da biblioteca.

Posições como a apresentada acima, calcadas num arrazoado sem fundamento, grassam abundantemente na biblioteconomia.

É correto e verdadeiro — e nós a defendemos integralmente — que a informação é produto de “primeira necessidade”. Tal como água, luz, esgoto, alimentação, vestuário, etc., a informação é necessária para que a pessoa possa exercer seus direitos de “cidadão”. A cidadania não existe sem informação.

Também é correto e verdadeiro que a informação é a matéria prima, é o próprio produto, enfim, é o objeto de trabalho das bibliotecas públicas. Entretanto, não é correta a conclusão de que, apenas pelos motivos expostos, a biblioteca pública é útil socialmente. Se a demanda por informações é pequena, quase nula, podemos inferir que algo está em dissonância com o resto do conjunto, não possibilitando um *happy end* para nossa tese.

2 A missão da biblioteca pública

Antônio Miranda, em artigo publicado em 1978, apresentou “Em linhas gerais, os objetivos que inspiraram a missão das bibliotecas públicas...:

“1. Promover o idioma nacional. (...)

“2. Fornecer publicações oficiais. (...) (que pretenderiam dar ao indivíduo) o conhecimento de seus deveres e direitos, das oportunidades que existem para ele, dos meios pelos quais ele pode desenvolver-se para progresso próprio, da família e do país. (...)

“3. Fornecer livros e outros materiais para o estudante. (...)

“4. Apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos néo-alfabetizados. (...)

“5. Ser depositária do acervo da inteligência e da história local. (...)

“6. Fornecer serviços de informação técnica e comercial.”

(MIRANDA, 1978, p.71-3)

Alguns parágrafos abaixo o autor aconselha: “Sobretudo a biblioteca deve afixar, em local bem visível, informações de utilidade para os municípios: notícias sobre cursos e conferências; cartazes anunciando peças de teatro, shows, competições esportivas, festas religiosas ou típicas, etc. (...) Na batalha para atrair leitores, a imaginação deve voar sem limites.” (1978, p.73).

Perguntamos: essas informações de utilidade para os municípios atingiriam toda a “multidão” de usuários que afluem à biblioteca pública?

E arremata: “A biblioteca deve oferecer toda espécie de serviços sem, porém, desvirtuar sua missão fundamental de promover o gosto da boa leitura.” (MIRANDA, 1978, p.74).

O artigo de Antônio Miranda tornou-se um clássico e, obviamente, influenciou e influencia os trabalhos de muitas bibliotecas públicas do Brasil. Se essa missão fosse seguida totalmente, atrairíamos mais usuários para nossas bibliotecas? Certamente que não. Esses “serviços” já são desenvolvidos e oferecidos pelas bibliotecas públicas, sem que a demanda tenha se alterado. O que acontece, então? O texto tenta explicar: “Esta impressão infeliz e distorcida do que seja uma biblioteca (...) é criada sobretudo pelos comentários daqueles que nunca ultrapassaram os umbrais de sua biblioteca pública municipal, por falta de incentivo para fazê-lo ou porque, havendo-a visitado, não encontrou nela atmosfera de entusiasmo e hospitalidade, de boa vontade e de calor humano capazes de vencer todas as barreiras e de dar ao leitor a sensação de que ele é parte da instituição, que ele é desejado

ali e que, se não é melhor servido, é porque os recursos não permitem.” (MIRANDA, 1978, p.74).

Atmosfera de entusiasmo, hospitalidade, boa vontade e calor humano colaboram para que o leitor retorne à biblioteca, mas, provavelmente, seu intuito será o de “bater papo” com um bibliotecário tão simpático e aproveitar para tomar um cafezinho (ou será chá?) que ninguém é de ferro.

Agora, e aqueles que não “ultrapassaram os umbrais” da biblioteca, como vão saber que há na cidade um recanto tão paradisíaco?

A missão fundamental, de acordo com o texto, é promover o gosto de boa leitura. Exclui-se, absolutamente sem remorsos, o analfabeto. Não tem ele direito a um ambiente, como direi, assaz agradável?

Então, podemos concluir que a missão da biblioteca não está voltada para todos, ao contrário, ela se direciona a uma ínfima parcela: àqueles que “saboreiam” uma boa leitura. Já que estamos falando sobre isso: afinal, o que é e quem qualifica uma leitura como “boa”?

Essa panacéia (desculpe-nos usar esse termo quando falamos de um local tão convidativo) quase nos faz esquecer o que consideramos fundamental na biblioteca: a informação.

3 Da informação à informação

Alterar algo que nunca mudou deve ser, hoje, uma palavra de ordem do bibliotecário que atua em biblioteca pública. A informação nunca deixou de ser o fundamental, mas é necessário que isso se torne patente e cristalino.

Atingir todos os segmentos da sociedade é tarefa, mais que isso, dever da biblioteca. Ao contrário da leitura, a informação atinge a população como um todo. A biblioteca pública, trabalhando com a informação, estará, então, presente na comunidade, independente de ser esta formada por leitores ou analfabetos.

Um problema: muitas bibliotecas públicas, hoje, tem como base de seus trabalhos, a informação. No entanto, a demanda continua pequena e a imagem da biblioteca não se alterou. Não é contraditório em relação ao que foi exposto anteriormente? A informação prestada deve estar adequada às necessidades da comunidade. Não basta, pura e simplesmente, transferir qualquer informação, é preciso que ela reflita os interesses daqueles a quem está sendo destinada.

O bibliotecário não pode esquecer que, quanto à informação, não há neutralidade possível. Ela é intrinsecamente parcial, o que torna aquele que

com ela trabalha, suscetível de posturas errôneas, contraditórias e inadequadas, principalmente quando da tentativa de ser neutro.

4 A biblioteca como instrumento de dominação

A biblioteca tende a veicular informações imbuídas de conceitos contrários às propostas sócio-político-econômicas e culturais da maioria da população. Refletindo posturas e interesses da classe detentora do poder, a biblioteca transforma-se num instrumento de dominação.

As informações que normalmente são veiculadas pela biblioteca, apenas são decodificadas e absorvidas pelos que possuem um mínimo de “iniciação”, um mínimo de “conhecimentos”, um mínimo, por que não dizer, de “informações”. A complexidade das informações está proporcionalmente relacionada, para seu entendimento, ao acervo de conhecimentos de cada usuário. A biblioteca, ao se preocupar com o leitor “culto”, amplia o fosso da “distribuição de informações”: nada para quem não tem e muito para quem já tem.

A biblioteca é, sim, um instrumento de dominação, um canal por onde perpassa, os interesses de sujeição dos dominantes, um espaço onde se desencadeia o processo de reprodução da situação vigente; uma arena onde a luta de classes já tem vencedor pré estabelecido. E nós, bibliotecários, somos aquilo que dizemos que não somos, aquilo que não queremos ser.

Como é possível pretender atrair usuários, oferecendo um produto que lhes é totalmente antagônico? Biblioteca e usuário, em sua maior parte, são, assim, opostos, contrários.

A biblioteca, como hoje se apresenta, serve como obstáculo à tentativa da população de obter sua cidadania. Os bibliotecários continuam apostando que o livro, por si só, arrancará o povo da sua negra ignorância. Pouco importa o conteúdo, as idéias, as informações. Basta o livro, exclusivamente enquanto objeto. Tudo estará perfeito se não faltarem a página de rosto, a data, o colofón...

Como atingir o usuário se a nossa proposta é, em última instância, um apelo à sua subserviência; uma oferta, autoritária, de informações que trazem em seu bojo uma exigência de acatamento de posturas opostas aos seus interesses

5 Biblioteca: AIE de Estado

A biblioteca, como vimos, torna-se um instrumento de dominação. Obviamente, essa dominação não é repressiva no sentido físico do termo; ela se processa de forma velada, encoberta, buscando escamotear seus verdadeiros interesses através de idéias transmitidas como “verdades”; ela se processa através da ideologia.

Para Althusser, são designados “por Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (1985, p.68). Ao contrário do Aparelho Repressivo do Estado, os AIEs “funcionam através da ideologia” (1985, p.69).

Pelo exposto, podemos afirmar, sem perigo de erros, que a atual biblioteca é, inegavelmente, um aparelho ideológico do estado, orbitando entre os AIEs cultural, escolar e de informação.

A população, por não ver traduzido seus anseios, necessidades, idéias, propostas etc., na biblioteca, não a visualiza como importante e/ou útil socialmente. Por que procurar soluções em uma instituições que fornecerá repostas fundamentadas em conceitos contrários aos nossos?

Esse panorama será alterado apenas quando a biblioteca aglutinar, produzir, veicular e disseminar informações que estejam coadunadas com os legítimos interesses da comunidade a que serve. A biblioteca se transformará não mais num instrumento/aparelho de dominação, mas num canal efetivo de resistência cultural.

Biblioteca

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2.ed. Rio de Janeiro : Graal. 1985.

MIRANDA, Antônio. A missão da biblioteca pública no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.6, n.1, p.69-75, jan./jun. 1978.

(Palestra proferida em 1987)

Do giz autoritário à informação democrática

1 Introdução

Tanto um modelo de comunicação em sala de aula como um em biblioteca devem, na sua concepção, apresentar causas tão díspares e problemáticas que seria temeroso abordá-las neste pequeno texto. Como pressuposto, esqueceremos as causas, focalizando apenas o que ocorre, a partir de uma visão nossa e de outros autores, dentro da maioria das salas de aula e das bibliotecas quanto a “transmissão” de conhecimento/informações ou, se assim o desejarmos, quanto à relação professor/aluno/informação e bibliotecário/usuário/informação.

Com base nos modelos formulados, objetivaremos enfatizar a relação, interação ou interferência existente entre eles.

2 O modelo de comunicação em sala de aula

O modelo de comunicação tradicionalmente apresentado é, segundo José Teixeira Coelho Netto, totalmente inadequado. Tal modelo (Fonte → Receptor), cuja falência foi irremediavelmente decretada, pressupunha “... que o processo era todo orientado a partir da fonte para o receptor e que, mais ainda, a mensagem era produzida *pela* e fonte e *para* o receptor. A fonte surgia assim como ponto de partida de todo o processo e paternalisticamente levando-as ao receptor”. (COELHO NETTO, p.30). O paternalismo sempre caracterizou o processo de ensino, não só do ponto de vista do professor, como uma forma de justificar seu despreparo; seus poucos conhecimentos pedagógicos; a manutenção da “autoridade” e sua insuficiente e ineficaz atualização, como também, do ponto de vista da escola institucionalizada, como forma de instrumentalizar, com informações, idéias e necessidades geradas no seio da classe dominante, aqueles que, oriundos

dessa classe, se apropriarão dos conhecimentos para reproduzir indefinidamente a situação que lhes é favorável. Explicando melhor: a Escola, caracterizada como um Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER) deve, utilizando-se de informações técnicas, saber erudito, etc., repassá-los aos seus alunos, para diferenciá-los e apresentá-los como os únicos preparados para ascender socialmente, ocupando cargos de direção e comando da sociedade.

Para isso, é evidente que a *força* (uma clara relação com os aparelhos repressores do Estado) se faz presente, concretizada no *medo* e na *dependência* (relação com paternalismo) que permeiam todas as fases do ensino.

Torna-se óbvio que o modelo de comunicação utilizado nas salas de aula é exatamente aquele que no início foi considerado inadequado, ou seja, tudo parte da fonte (que serve como receptor dentro do processo ideológico), enquanto o receptor, passivamente, absorve.

Corroborando essa tese, Luís Augusto Milanesi apresenta o processo de ensino, usual em uma sala de aula: “O professor, ciente do programa, prepara as suas aulas, provavelmente a partir de alguns textos; em classe, expõe da melhor maneira possível o que preparou, usando uma lousa e, quando mais sofisticado, recursos audiovisuais. Não deve ser descartada a possibilidade do ditado do ‘ponto’. Ao aluno, cabe reter as palavras do mestre, aquilo que ele conta. Os que têm memória fraca usam recursos mnemônicos. Normalmente, os discentes colhem as palavras do professor, registrando-as no caderno para posterior estudo. (...) Após o processo de transferência de informação do professor para o aluno cabe a este provar que reteve na memória as lições. O aluno é, então, provado, averiguando-se no fim do período letivo se ele sabe reproduzir aquilo que o professor disse, ou melhor, aquilo que o professor pretende que ele saiba.” (MILANESI, p.50-51).

A despeito de várias tentativas de modificação e alteração, as exceções só fazem confirmar as regras: em sala de aula, a transferência de informações acontece como exposto na citação. O professor transfere “pacotes” fechados (que não tiveram na sua elaboração a participação dos alunos, a exemplo de outros tantos pacotes já por demais conhecidos) de informações — absorvidos, por sua vez, na época em que estava do outro lado do processo de ensino institucionalizado — e exige que os alunos os engulam prazerosamente e os vomitem, integralmente, quando solicitados.

A flecha do modelo de comunicação, nesse caso, não só se dirige como acerta e penetra no receptor.

Antônio Cícero de Souza, lavrador de sítio na estrada entre Andradas e Caldas, no sul de Minas Gerais, diz: “Agora, o senhor chega e pergunta:

‘Ciço, o que é educação?’ (...) ‘É do mesmo que a gente fala quando diz essa palavra?’ Aí eu digo: ‘Não.’ (...) Comparação, no seu essa palavra vem junto com quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado; livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali. Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutro. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso por aqui. (...) A educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é a sua. Ela tem o caber de sua gente e ela serve pra que mundo? (...) Porque mesmo nessas escolinhas de roça, de beira de caminho, (...) mesmo quando a professorinha é uma gente daqui, o saber dela, o saberzinho dos meninos, não é. Os livros, eu digo, as idéias que tem ali. (...) Sabe? Tem vez que eu penso que pros pobres a escola ensina o mundo como ele não é.” (BRANDÃO, p.7-10).

Ainda sobraram dúvidas? Contestamos, acompanhando Paulo Freire: “Na verdade, se dizer a palavra é transformar o mundo, se dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas um direito dos homens, ninguém pode dizer sozinho a palavra. Dizê-la sozinho significa dizê-la *para* os outros, uma forma de dizer *sem* eles e, quase sempre, *contra* eles.” (FREIRE, p.84).

3 O modelo usual de comunicação em biblioteca

Retomando o texto já citado de José Teixeira Coelho Netto, nos deparamos com o seguinte: no modelo do sistema de comunicação por biblioteca, “as informações são estocadas (...) e ficam à disposição do receptor que se dirige a elas e as escolhe, recebendo-as de acordo apenas com seus interesses e motivações (...). Claro que pode haver uma intermediação entre ele e a informação, intermediação representada pelo próprio sistema da biblioteca e seus agentes (o bibliotecário, o fichário, índices, etc.) mas de qualquer modo essa intermediação é posta a serviço do receptor e nunca se coloca na postura da Fonte dos modelos tradicionais.” (COELHO NETTO, p.31).

Temos, então, que se contrário do modelo em sala de aula, o modelo de comunicação em biblioteca não está estruturado para oferecer “pacotes” estanques de informações ao receptor/usuário. Diversamente, na biblioteca, as informações são colhidas pelo usuário, a partir de seus interesses, dúvidas, necessidades e curiosidades, com o bibliotecário sendo o intermediador apenas quando solicitado como tal.

A palavra “apenas”, utilizada no parágrafo anterior, acarreta algumas dúvidas: a ingerência do bibliotecário na relação Fontes de informação/Usuário acontece *apenas* quando sua participação é solicitada? Outros fatores não têm interferência no processo de absorção de informações?

A disposição dos materiais nas estantes de uma biblioteca, oriunda, principalmente, de uma determinação não neutra de todo um “processo técnico”, implica num discurso próprio e único, que hierarquiza e departamentaliza o conhecimento humano seguindo as regras de um código universal. Inegavelmente, essa não imparcialidade, essa departamentalização e hierarquização, oferecem, obstáculos na relação Resposta/Questão. O processo de transferência de informações, torna-se então, limitado, acarretando sérios prejuízos ao produto final desse processo. As “estratégias de busca”, voltadas para uma maior eficiência na recuperação da informação e nos resultados da pesquisa, podem minimizar esses prejuízos. No entanto, o bibliotecário — entendido neste espaço de atuação como aquele que deve intermediar a pergunta e a resposta, servindo como interprete e tradutor da linguagem natural/linguagem documental — não está adequadamente preparado (muito por sua própria culpa) para acompanhar os usuários na recuperação e orientá-lo nas buscas.

Outro fator de interferência prejudicial no modelo de comunicação em biblioteca apresentado: as editoras, dentro de uma visão puramente comercial (que não pode ser refutada de uma maneira simplista), não publicam textos representativos de todas as correntes de pensamentos e idéias, preferindo veicular aqueles que pouco ou nada de inovador acrescentam (exceções à parte, obviamente) e que cuja aceitação é praticamente certa.

Intervenções do governo (censura, verbas, etc.); o modelo imposto na escola*, calcado no modo e na imposição; a disponibilidade de materiais representativos de todo o conhecimento humano; a falta de conhecimento e de interesse em conhecer, por parte do bibliotecário, das necessidades da comunidade onde atua; os sistemas de controle, armazenamento, recuperação, etc., de informações utilizadas pelas bibliotecas; a situação sócio-política-econômica e cultural do país, etc., pressionam os sujeitos do processo de comunicação em bibliotecas a alterá-lo, enquadrando-o num modelo mais usual e aceito, ou seja, aquele utilizado em sala de aula.

As dúvidas e os problemas apresentados, embora interfiram, não modificam o modelo que aceitamos como usual em bibliotecas: “... a sim-

* “... o professor deve ser um recipiente pleno de saber e ao aluno um recipiente vazio à espera da sabedoria dos profissionais do ensino. Essa idéia, infelizmente não muito rara, acaba sendo um obstáculo a um trabalho escolar que exclua a prática da imposição de informação.” (MILANESI, p.59).

ples consulta a um catálogo ou a busca numa estante podem ser caracterizadas como uma prática, em certa medida, que contradiz senão o sistema de ensino que está escrito nas leis, decretos, normas e portarias, pelo menos a prática estabelecida.” (FREIRE, p.51).

Por mais limitado que possa ser, o processo de transferência de informação é desencadeado por iniciativa do usuário e exige sua participação para se desenvolver.

4 Relação entre os modelos

Pode-se falar em interação entre os modelos? Pode existir uma “coexistência pacífica” se eles são radicalmente opostos? Obviamente, não. O professor, inserido no modelo aqui exposto para sala de aula, não pode aceitar a biblioteca, já que esta põe em dúvida seus conhecimentos, questiona sua posições, apresenta aos seus “comandados” um rol de opções que inegavelmente vão interferir na sistemática impositiva utilizada por ele em suas aulas. “... as técnicas desenvolvidas para a busca de informações articulam uma atividade incômoda ao processo de transferência de pacotes de sabedoria do professor ao aluno.” (MILANESI, p.51)

Os alunos, face ao modelo sob o qual estão subjugados em sala de aula, vêm-se despreparados e inseguros para utilizar os mecanismos e os processos (não estaremos errados, adjetivando-os de democráticos) à disposição nas bibliotecas. Estas apresentam respostas que satisfazem questões, não de uma maneira única, como se fossem “a verdade”, mas de forma múltipla, exigindo uma opção, um posicionamento coerente com uma estrutura de pensamento e que permita uma transformação, uma leitura muito mais crítica de sua relação com o mundo. Na medida em que o aluno percebe, mesmo que inconscientemente ou com pouca nitidez, essa diferença, o atrito entre os modelos é inevitável.

Assim exposto, a mudança de um modelo impositivo e ditatorial por um mais democrático e participativo, baseado nas necessidades e diferenças de classes e de comunidades, através de uma exigência de um dos sujeitos do processo de ensino, parece simples e fácil: basta que a biblioteca continue existindo, amplie e facilite o acesso às informações. Mas, essa transformação não é simples e fácil, ao contrário: “... a luta que se abre para a Biblioteconomia não é pequena: trata-se de compatibilizar seu sistema com os demais sistemas de comunicação existentes na sociedade, porém não reforçando o seu conforme os outros, mas tentando criar as condições, dentro da limitada esfera de ação, para que os outros adaptem seus sistemas ao dela. Enquanto isso não ocorrer, a biblioteca está condenada ao ‘fracas-

so' — mas este 'fracasso' é a própria, e uma das únicas, garantia de um desenvolvimento do sistema de comunicação na sociedade, considerado em sua totalidade." (COELHO NETTO, p.32).

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro : Graal, 1983.
- COELHO NETTO, José Teixeira. A biblioteca como modelo de sistema de comunicação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.11, n.1/2, p.29-32, jan./jun. 1978.
- FREIRE, A alfabetização de adultos. Apud BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação popular*. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- MILANESI, Luís Augusto. Orientação bibliográfica: uma experiência. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.11, n.1/2, p.47-64, jan./jun. 1978.
- SOUSA, Antônio Cícero de. Prefácio. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (org.). *A questão política da educação popular*. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1982.

(Palestra proferida em 1987)

Biblioteca pública e comunidade: um vínculo ainda inexistente

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite que me foi feito. Gostaria também que este, assim como outros eventos, representem, realmente, uma mudança dos conceitos existentes sobre a Biblioteca, o Bibliotecário e a própria Biblioteconomia.. Nós somos excluídos, ou nem ao menos lembrados, em todos os debates, inclusive aqueles cujo temário possui ligações diretas com nosso campo de ação e de estudos. Debates sobre Educação, Cultura, Informação, Mercado Livreiro, Censura, por exemplo, não contam nunca com a participação de um profissional de nossa área. Dessa forma, a Biblioteconomia não apresenta, não oferece opiniões, embora as tenha. Uma área, qualquer que seja ela, somente se desenvolve quando, afora suas discussões internas, abre suas portas para debates com outras áreas e, principalmente, aceita e recebe contribuições externas. A Biblioteconomia tem contribuído muito pouco. Culpa, é verdade, de seus profissionais que não procuram, de maneira mais eficaz, contatos com outras áreas. Mas, culpa também de conceitos e discriminações antigas e que, apesar de em grande parte falsas, perduram até hoje. Eu espero que, a exemplo do que, de uma época para cá, já vem ocorrendo, esses conceitos ou preconceitos se modifiquem e a Biblioteconomia venha a participar do intercâmbio de estudos e experiências de todas as áreas do conhecimentos humano.

Eu gostaria de dizer que fui convidado para este debate não como um especialista em Bibliotecas Públicas, mas como alguém interessado no vínculo cada vez mais estreito, eficaz e eficiente, entre a Biblioteca e a comunidade a qual ela serve. Dessa forma, a intenção primeira e primordial desta explanação, não é me ater a teorias biblioteconômicas, exaustivamente discutidas pelas bibliotecárias (ou, se pensarmos em termos de Brasil, nem tão exaustivamente assim, muito pelo contrário). A idéia básica é apresentar itens, alguns gerais, outros concretos, de forma a que pudéssemos ampliar a discussão do ponto que é o objetivo principal e a própria razão de ser da Biblioteca Pública: o atendimento ao usuário e a recuperação da

informação. A partir disso, pensarmos na integração real da Biblioteca à Comunidade na qual ela está inserida. Pensarmos também em como a Biblioteca Pública pode, e deve, atingir a população mais carente e, até mesmo, os analfabetos.

Em áreas metropolitanas, principalmente com o porte da de São Paulo, possuímos vários tipos de Bibliotecas que estão presentes (ou deveriam estar) na vida da população: as Bibliotecas de Entidades (que seriam as Empresas, Fundações, Secretarias de Estado, Comunidades, etc.). Nessas entidades teríamos Bibliotecas de “Lazer”, Bibliotecas Especializadas, Bibliotecas Técnicas, Centros de Informação, Centros de Documentação, etc. Todas essas Bibliotecas, embora algumas com acervo geral, são de acesso restrito. Normalmente, apenas um número determinado de pessoas podem utilizá-las.

Outro tipo englobaria as Bibliotecas Universitárias, mas que possuem, geralmente, acervos específicos e que possibilitam o acesso apenas a um número reduzido de pessoas. Não é preciso lembrar o nível sócio-econômico da grande maioria desses usuários. Teríamos agora as Bibliotecas Públicas que é objeto desta reflexão.

E teríamos ainda, as malfadadas e raríssimas Bibliotecas Escolares. Em São Paulo, são pouquíssimas as Bibliotecas Escolares existentes. Aquelas que existem, que possuem, sem ir muito longe, pequenos acervos, que contam com um profissional bibliotecário, que estão mais ou menos atualizados e que participam um pouco do processo educativo, essas então são “avulsas”. Como nós podemos pensar em Ensino, em Educação, em Desenvolvimento pedagógico, em técnicas pedagógicas se as Escolas não possuem o apoio básico que é a Biblioteca? Uma palavra em moda é “pesquisa”. Os alunos procuram a Biblioteca para “pesquisar”. Todos fazem “pesquisa”. Eu tenho a certeza que todos os Bibliotecários possuem vários exemplos sobre a “pesquisa”. Na Biblioteca onde trabalho (uma biblioteca universitária), recebemos certa vez um aluno que iniciava o 2º grau. Todo medroso, desambientado, ele chegou junto à mesa do Bibliotecário de Referência e disse que queria fazer uma pesquisa sobre o “Sistema Financeiro Nacional”. “Sistema Financeiro Nacional?”, disse assustado o bibliotecário. “Isso mesmo”, respondeu o consulente. “Já que você quer, tudo bem. Mas, pra que você quer isso?”. “Para uma pesquisa”, respondeu o estudante. “Está certo, para uma pesquisa. Mas, por que sobre esse assunto?”. “Porque o professor pediu.” O bibliotecário resolveu insistir: “Mas, por que ele pediu exatamente esse assunto?” O garoto olhou para os lados, baixou a cabeça e respondeu: “Acho que é porque ele é chato mesmo.”

Quer dizer, uma pesquisa onde o aluno não sabe o porque, não sabe pra que está fazendo aquilo, não sabe ao menos onde se insere, dentro dos seus estudos, aquilo que está pesquisando.

Eu quis apenas mostrar um exemplo, da forma como o aluno hoje, procura a Biblioteca. O que o leva a procurar uma Biblioteca. E isso acontece, normalmente a mando dos professores.

Vamos lembrar aqui um ponto importante: Bibliotecas Públicas e Escolares são diferentes, não se fundem numa só, possuem objetivos diferentes. Num país subdesenvolvido como o nosso, onde praticamente não existem Bibliotecas Escolares, a Biblioteca Pública é obrigada a suprir sua falta. Em um dos artigos que li a respeito, publicado na Revista de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, é citado que 90% das consultas atendidas pelas Bibliotecas Públicas, hoje, no Brasil, são de estudantes. Existe uma lei estadual que determina a criação de Bibliotecas, com Bibliotecários, nas Escolas estaduais. Mas, mesmo existindo, essa lei não é cumprida.

Com o número reduzido de ramais e sobrecarregada, na medida em que deve suprir as não existentes Bibliotecas escolares, a Biblioteca Pública se desdobra na tentativa de atingir seus objetivos.

A título de exemplo, gostaria de apresentar algumas relações propostas pela IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários). Ela propõe uma Biblioteca para cada 71.000 habitantes. Para uma cidade como São Paulo, isso equivaleria a aproximadamente 120 bibliotecas. Hoje, São Paulo possui uma Biblioteca Central e 21 ramais, incluindo a Biblioteca do Centro Cultural, voltadas para o público adulto e uma Biblioteca central e 27 ramais voltadas para o público infanto-juvenil. Faltam-nos, então, segundo esses padrões, apenas e tão somente 70 bibliotecas. Isso sem contar que as Bibliotecas ramais atendem a população de várias cidades vizinhas e que compõem a Grande São Paulo.

Outros padrões fornecidos pela IFLA são interessantes: por exemplo, ela propõe 2 volumes (livros) por habitante. Em São Paulo necessitaríamos de 17 milhões de volumes; propõe, também, 3 lugares para cada 1000 habitantes. Em São Paulo, precisaríamos de 25.500 acentos. Mais um padrão que merece ser destacado: a IFLA indica como recomendável, a existência de um profissional bibliotecário para cada 10000 habitantes. Apenas na rede municipal, necessitaríamos de 850 profissionais.

Eu sei que esses são números ideais e que as Bibliotecas Públicas de São Paulo não os atingirão tão cedo, ou talvez nunca. No entanto, precisamos lembrar que a disparidade entre o existente e o ideal é enorme e que, por isso, deve-se procurar reduzir essa defasagem.

Os problemas enfrentados pelas Bibliotecas Públicas de São Paulo são muitos, por exemplo: o número reduzido de funcionários. Eu não sei se todos os presentes sabem, mas aso domingos, uma cidade como São Paulo conta apenas e tão somente com uma Biblioteca aberta, dirigida para o

publico adulto (a Biblioteca Mário de Andrade). O funcionamento, no entanto, está restrito ao horário das 9h00 às 18h00. Aos sábados à tarde, além da Biblioteca Mário de Andrade, apenas a ramal da Penha funciona. E mais: das 20 ramais, quatro encerram seus expedientes, nos dias úteis, às 18h00; outras quatro às 18h30; seis outras às 19h00; duas às 19h30; três às 20h00 e apenas uma às 21h00. Apenas a Biblioteca Mário de Andrade funciona até as 23h00.

Outro problema, e grave creio eu, é o salário pago aos Bibliotecários. O profissional Bibliotecário recebe um ínfimo salário que redunde, obviamente, num acomodamento e numa desmotivação, exatamente num trabalho onde a criatividade é fator essencial.

Continuando com a apresentação de alguns problemas enfrentados pelas Bibliotecas Públicas de São Paulo: as verbas são escassas para a compra de materiais. Creio que este item não precisa de maiores comentários.

Estes problemas precisam de soluções, não de quaisquer soluções, mas de soluções adequadas e satisfatórias.

Como a Biblioteca pode atingir a comunidade?

Em primeiro lugar, a Biblioteca não é um mero depósito ou armazém de livros. A Biblioteca não trabalha exclusivamente com livros. A matéria prima do trabalho do Bibliotecário, a essência do trabalho da Biblioteca é a informação. O livro é um suporte da informação. A biblioteca não possui livros pelos livros em si, mas pelas informações neles contidas. Dessa forma, podemos dizer que é função da biblioteca pública levar informações ao povo para que este possa participar da vida nacional com maior consciência de seus direitos e de tal forma que possa levar suas reivindicações e lutar para que sejam satisfeitas, sem receber em troca, ao invés de soluções, tapas, sopapos, pontapés, etc. Por falar nisso, não existe Biblioteca ramal a Freguesia do Ó.

Eu disse anteriormente *levar informações*, e não somente fornecê-las quando solicitado. Como isso? Para aqueles que aqui estão e não são bibliotecários, é preciso conhecer o DSI. DSI significa: Disseminação Seletiva da Informação e consiste, grosso modo, em filtrar informações de um assunto específico e encaminhá-las aos usuários interessados. O importante nesse processo é o encaminhar as informações. A visão que se tem da biblioteca é, normalmente, de algo estático, pacato, sem dinamismo. Mas, a biblioteca pode e deve ser exatamente o contrário. Eu acredito que, entre as funções da biblioteca está também a de produzir informações. Na medida em que eu aglutino informações, eu permito ao usuário uma visão melhor ou mesmo diferente da que ele possuía.

A Disseminação Seletiva da Informação é normalmente utilizada em bibliotecas especializadas ou em centros de documentação, etc. Mas, por-

que não utilizá-la na biblioteca pública? Que tal uma pequena publicação, mimeografada mesmo, onde arrolássemos informações sobre um assunto de interesse social, por exemplo, itens da CLT, do Fundo de Garantia, do PIS/PASEP, de Segurança do Trabalho, do Procon, de assistência jurídica gratuita, etc., e distribuíssemos pela comunidade? É lógico que, na maneira como aqui proposto, ele estaria mais para um trabalho de Alerta do que propriamente para o tradicional DSI. Importa, no entanto, que o trabalho estaria voltado para o emprego e uso de um tipo definido de informação, aquela usualmente denominada de “informação utilitária”. A identificação com o DSI se daria, meio forçada, a partir da idéia de vincular um tipo específico de informação com os interesses da população, ao contrário do que faz, normalmente, os meios de comunicação de massa e a própria biblioteca pública tradicional. Estes últimos procuram criar necessidades informacionais estranhas aos interesses da sociedade, fazendo com que esta se preocupe com temas e assuntos deles. Um trabalho efetivo de DSI estaria voltado, mais apropriadamente, para os movimentos organizados da população que pecam, infelizmente, por falta de informações. Tenho certeza que o DSI nas bibliotecas públicas, na medida em que for sendo utilizado, se aperfeiçoará e se firmará como medida eficaz no contato com a comunidade.

Mas, para isso é importante que a biblioteca conheça a comunidade que serve, ou que deve servir. Numa cidade como São Paulo, onde cada bairro possui características diferentes, é preciso que cada biblioteca ramal possua grande autonomia de trabalho. Um DSI centralizado não funcionaria em hipótese nenhuma.

O conhecimento da comunidade trará às bibliotecas indicações reais para a determinação do acervo, dos serviços a serem prestados, etc. Sempre a partir dos anseios e necessidades dessa comunidade. Para isso, é preciso que o bibliotecário saia em busca desse conhecimentos; é preciso que o bibliotecário participe um mínimo que seja, da vida da comunidade, trazendo-a, tanto a comunidade com também uma pequena parcela dessa vida, prá dentro da biblioteca. Algumas técnicas de perfil de usuário podem ser empregadas, mas apenas como início de trabalho e forma de penetrar na comunidade. O horário de funcionamento da biblioteca, por exemplo, deve levar em conta a vida da comunidade.

Há uma frase de Antônio Miranda que gostaria de citar: “A ideologia que motiva nossas bibliotecas é tipicamente da classe média”.

As bibliotecas ainda não estão voltadas para o povo. Elas ainda não perceberam que sua função primordial é atendê-los. Povo aqui entendido como aquele que possui mínimas condições de vida, ou nem as mínimas; aquele que não exerce ou não procura, ou não exige, ou não luta por seus

direitos, porque nem ao menos os conhece; aquele que vive à margem dos acontecimentos, por pura desinformação; o migrante, principalmente da zona rural; os trabalhadores sem qualificação e, obviamente, sua família; hoje em dia, e cada vez mais, os desempregados; o analfabeto (exatamente, o analfabeto); aquele sem acesso a um mínimo de lazer e que acaba se voltando única e exclusivamente para a televisão; e tantos outros que seria difícil enumerar aqui.

É preciso que a biblioteca (e a nação como um todo) passe a maximizar o povo.

O uso da biblioteca exige certos pré requisitos. Apenas as pessoas iniciadas podem freqüentar e usufruir do acervo e dos serviços prestados e oferecidos pelas bibliotecas. Um requisito fundamental é a alfabetização. O analfabeto, embora membro da comunidade, embora podendo se utilizar das bibliotecas, não o faz. É lógico: as bibliotecas não lhe parecem construídas para o uso de quem não sabe, ao menos, ler. O pior, é que ele tem razão, elas não lhe pertencem e nada estão fazendo para alterar isso.

Como atrair o analfabeto para a biblioteca? Como quebrar o medo que ele sendo do ambiente da biblioteca? Como modificar a idéia de que a biblioteca não serve apenas aos alfabetizados, que a biblioteca não serve apenas às pessoas de alto nível econômico?

Dois passos: 1ª) o marketing bibliotecário (vamos chamá-lo assim) é falho quando se trata de atingir pessoas “não iniciadas” (é bom lembrar que as pessoas iniciadas não são apenas as pessoas alfabetizadas, são também aquelas em que o ato de ler não é um martírio; são também aquelas que procuram as informações para suas dúvidas e/ou necessidades cotidianas, etc.). O marketing bibliotecário, como eu dizia, é falho, assim como outras tantas coisas: a formação do bibliotecário; a formação dos professores; o sistema educacional brasileiro, etc., etc., etc. Seria importante a criação de uma equipe de bibliotecários, com apoio de técnicos de outras áreas, que se dedicasse exclusivamente à divulgação da biblioteca, que se dedicasse a atingir todos os segmentos da comunidade. (obviamente que cada segmento seria atingido a partir de pressupostos e métodos diferentes), uma equipe que tivesse contato constante com as bibliotecas ramais (já que em São Paulo cada bairro possui características muitas vezes antagônicas, como já frisei); contato no sentido de promover uma eficiente divulgação, ou mesmo orientar o seu procedimento.

O 2º passo para atrair o não iniciado estaria voltado para a função pedagógica das bibliotecas. Hoje, em São Paulo (e eu gostaria de esclarecer aqui que não estou analisando o trabalho das Bibliotecas Públicas da cidade de São Paulo, pois não é este o objeto desta exposição, embora, em alguns momentos, forçosamente acabo por tecer críticas) as bibliotecas

públicas já abrem espaços para o teatro, o cinema, para palestras, música, canto, exposições, etc. Esta tentativa de “ampliar” a atuação das bibliotecas, procurando transformá-las em “complexos culturais”, em “centros culturais”, é de grande importância. Nos meios biblioteconômicos, atualmente, discute-se muito o papel do bibliotecário animador cultural e cada vez mais nos convencemos de que esta é a saída para o profissional, para a biblioteca e, também, para a comunidade.

Todos sabem que o lazer numa cidade como São Paulo é privilégio de poucos. Por que a biblioteca pública não pode atrair o seu público, por que a biblioteca pública não pode envolver o seu público e se envolver com o seu público, com a sua comunidade, conhecendo-a e participando com ela, através de promoções desse tipo?

Um ponto importante a ser quebrado é exatamente o medo que as pessoas possuem da biblioteca. A não freqüência à biblioteca é motivada, muitas vezes, não pela desinformação, mas pelo medo. A biblioteca é vista, como eu já disse anteriormente, como algo fora do alcance das pessoas. Ela é vista como um templo, um monumento cheio de livros e alfarrábios que poucos entendem, pois o próprio livro é mal conhecido. Ela é vista como um lugar frio, sem vida, onde impera o silêncio, rigidamente controlado por uma velhinha de coque na cabeça, óculos na ponta do nariz (ou pince-nez, quem sabe) que apenas lê e responde as perguntas com gestos vagos e autoritários. Onde todos lêem e nada mais há a fazer do que ler. A biblioteca é vista como um lugar onde nada deve ser perguntado, sob pena de se cair no ridículo. Um lugar onde os pequenos problemas, problemas banais, não são nem ao menos considerados.

Então, como eu dizia, é preciso que seja quebrado esse medo. A biblioteca pública pode e deve oferecer seu espaço para “campanhas de vacinação”, por exemplo, caso seja necessário. A biblioteca pública pode e deve criar vínculos com o MOBREAL (apesar de todas as críticas que a ele possam ser feitas), não só apoiando com materiais de leituras para os neoalfabetizados, mas oferecendo seu espaço, quando possível, para que o curso exista nas suas próprias dependências.

Poder-se-ia criar, na medida em que o público comece a procurar a biblioteca, algo como uma alfabetização informal (estou chamando desse modo), sem classes, melhor dizendo, sem salas, cadeiras, lousas, etc., partindo da presença da pessoa e do motivo que a levou até a biblioteca. Pode parecer meio utópico à primeira vista, mas a medida em que conversamos com educadores e pedagogos (que obviamente participariam também desse trabalho), percebemos a viabilidade de um projeto como esse.

A utilização de audio-visuais, cada vez mais constante em nossas bibliotecas, permitiriam a aproximação com a comunidade, inclusive, e

principalmente, com os analfabetos (desde que assuntos de interesse dessa comunidade).

Outro ponto a ser observado seria a valorização dos “artistas” da região, possibilitando um contato mais amplo entre eles e a comunidade.

A biblioteca deve permitir e incentivar o uso de suas dependências para o encontro de pessoas da comunidade com um mesmo objetivo; por exemplo, debates, conferências, palestras, promovidos pelas Associações do Bairro ou pelos Movimentos organizados.

Um vínculo maior deve existir entre a biblioteca e as Associações, as Comunidades Eclesiais de Base, os Clubes, os Sindicatos, os Movimentos organizados, oferecendo-lhes informações, espaço, promovendo eventos em conjunto, etc. Essa é uma das maiores funções sociais da biblioteca.

A informação não impressa também não pode ser esquecida. Como conseguí-la? Conversando, papeando, proseando. Isso acontece frequentemente na biblioteca, basta perguntar para qualquer bibliotecário de referência. Aliás, estudando-se a entrevista, dentro de processo de referência, percebe-se o valor da conversa no esclarecimento da questão de referência. Já temos, hoje, a promoção de vários “encontros” nas bibliotecas públicas. Encontros com o escritor, com o autor, por exemplo, ou o debate com os atores ao final de uma peça de teatral. Mas, que tal o encontro com vereadores, deputados? Que tal a biblioteca promover, sistematicamente, encontros da comunidade com seus representantes no legislativo? Será que o povo não deve saber o que seus representantes estão fazendo em seu benefício (do povo, bem entendido)? Ou exigir dele uma atuação mais contundente, eficaz, de acordo com suas posturas e programa apresentado antes das eleições? Pois bem: a biblioteca pode se encarregar de patrocinar e promover esses encontros. E isso vem de encontro a um dos objetivos da biblioteca: recuperar e disseminar informações.

Os trabalhos hoje oferecidos pela biblioteca pública não devem se extinguir, de maneira nenhuma. São importantes para os objetivos que pretendem e podem alcançar. Mas, não basta, apenas, fornecer informações por telefone às donas de casa, ou se utilizando de programas de rádio para isso. É bom não esquecer que com isso, continuamos atingindo uma parcela restrita da população.

A biblioteca não deve se desvincular, nunca, da realidade. Isso significa participar dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc., tanto como entidade, posicionando-se frente a um determinado fato, como também prestando informações sobre esse fato. Para exemplificar: no início dos anos 70, quando a censura imperava de forma contundente e violenta, a biblioteca, enquanto instituição, não lutou pela sua matéria prima: a informação. Outro exemplo; durante uma greve, é

muito mais fácil para o empregador, para o patrão obter informações, do que para os empregados. Estes, sentam-se à mesa de negociações sem nenhuma informação que ajude a combater os argumentos apresentados pela outra parte interessada. É função da biblioteca estar presente nesses acontecimentos, oferecendo informações, principalmente a quem delas, realmente, necessita.

Um trabalho importantíssimo, nessa busca de integração biblioteca/comunidade, seria a implantação de “Centros de Informações Comunitárias” ou “Centros Referenciais”. O que seria isso? O cidadão, em face a necessidades, problemas, etc., não sabe a quem nem como recorrer. A proposta desses Centros seria reunir determinadas informações, num único lugar (obviamente em cada uma das bibliotecas) com o fim básico de responder a questões (e situações) cotidianas e concretas dos membros da comunidade. Por exemplo: em uma situação de desemprego, quais os canais oficiais que podem ajudar uma pessoa; como obter vaga em um hospital psiquiátrico; onde conseguir assistência jurídica gratuita; a quem e como reclamar quando ludibriado ou lesado ao comprar um determinado produto; quais os procedimentos e aonde se consegue obter documentos como carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, etc.; como e aonde reclamar de cobranças indevidas, etc.

Esse serviço seria, evidentemente, apenas informativo, mas unificaria, aglutinaria esse tipo de informação. As pessoas teriam certeza de encontrar nesses centros (montados, atualizados e dinamizados por bibliotecários específicos) a informação de como agir numa situação desconhecida. A partir desse trabalho, a biblioteca poderia se transformar no verdadeiro centro de informação da comunidade, o espaço informacional ao qual todo e qualquer cidadão teria acesso.

Finalizando, eu gostaria de repetir que a proposta básica desta pequena exposição foi pensar, foi refletir a respeito de uma biblioteca pública mais voltada para os interesses da população carente de informação, de uma biblioteca pública mais voltada para os interesses do povo; uma biblioteca pública que procure mais e mais integrar-se com a comunidade, servindo-a, que é, enfim, sua maior função.

(Palestra proferida no Simpósio de Política de Integração Cultural, promovido pelo CONDEPHAAT, União Brasileira de Imprensa e outros, em 11 de março de 1983)

A AIDS e o bibliotecário:

uma reflexão ético-sexual sobre a atuação do bibliotecário

*... o que ocorre é nada, nada por todos os lados,
uma infinidade de nada inimaginável
em toda a sua inextensão.*

João Ubaldino Ribeiro,
Viva o povo brasileiro

Páginas e páginas de jornais infestadas, ou melhor, repletas de notícias sobre a AIDS. As revistas dedicam matérias e matérias sobre o assunto, numa infinita repetição. Os fantásticos programas televisivos encontraram um grande tema para veicular reportagens pseudo-científicas. As rádios não cessam de veicular campanhas cujo caráter informativo existe apenas no desejo dos redatores. Os amantes do cinema acabam suportando uma seqüência cacete e inoportuna de informações sobre prevenção e transmissão da AIDS. Enfim, os meios de comunicação de massa, bem ou mal, passam a idéia de que estão cumprindo o papel social que lhes é destinado.

A expectativa é de que, em breve, algum iluminado cientista possa encontrar a cura, o remédio que aplacará a ira incandescente da doença. Discursos verborrageiam que é preciso eliminar a causa, ou seja, a promiscuidade, a imoralidade, pois a doença atinge (ou atingia) quase que exclusivamente homossexuais e viciados. Bem feito, principalmente para os primeiros, pois querem alterar o que a natureza determinou. Qual bichas, desculpe, bichos, desconsideram preceitos e normas, muito mais que verdadeiros, naturais, e que são observados e seguidos pelos homens há milhões de anos. Bem feito também para os viciados, pois procuram a razão da existência em lugares outros que não o seio da família, e da tranquilidade da vida doméstica.

Enquanto os moralistas pregam a derrocada da libertação sexual, o fim do homossexualismo e coisas que tais, outros investem seus esforços

na tentativa de que todos vistam a camisa (ou será camisinha?) da prevenção, através de intermináveis discussões sobre formas de contágio, precauções, remédios, etc. A discriminação do Aidéptico passou a ocupar posições prioritárias nessas discussões e debates.

E o bibliotecário nisso tudo?

Vários parágrafos já se passaram e, até agora, nada foi dito sobre o bibliotecário. Muitos dos leitores deste texto, provavelmente, esperavam que, por causa do título, abordaríamos questões relacionadas ao homossexualismo na profissão ou, quem sabe, histórias sobre bibliotecários aidéticos. Outros, talvez, tenham imaginado que noticiaríamos que em uma universidade qualquer dos Estados Unidos, os cientistas, embasados em amplas pesquisas, haviam descoberto uma nova forma de contágio, que poria em risco aqueles que trabalham com livros ou fichas catalográficas. Infelizmente, para eles, não é esse o caminho que queremos dar às nossas reflexões.

Nossa preocupação está voltada para os trabalhos que os bibliotecários vêm desenvolvendo para informar a população sobre a AIDS. O interesse de que estamos contaminados, parece-nos óbvio e claro, na medida em que desconhecemos qualquer tentativa, por parte das bibliotecas, de ação concreta nesse sentido.

Afinal, o que o bibliotecário tem feito para diminuir, para amenizar o desconhecimento da população sobre a AIDS? Nada, ou quase nada. Alguém conhece ou tem notícias de trabalhos desenvolvidos por alguma biblioteca sobre o assunto? Vale lembrar que atuações isoladas de bibliotecários existem, mas não podem ser caracterizadas, obviamente, como trabalhos desencadeados a partir da biblioteca: o hábito faz o monge, mas não só o bibliotecário faz a biblioteca.

Todos nós reconhecemos e aceitamos, depois de tantas notícias e discussões, que a AIDS é uma doença incurável — até o momento — e que o único remédio eficaz contra ela seria tornar a população totalmente informada sobre as formas de contágio, criando a consciência da necessidade da prevenção. Assim, com a população ciente do perigo que a AIDS representa, seria possível diminuir o número de contágios. Os meios de comunicação de massa, bem ou mal, como já dissemos, assumiram e desencadearam amplas campanhas contra a AIDS, informando ou procurando deixar a população informada sobre a maior quantidade possível de aspectos da doença. Vários grupos organizados surgiram, principalmente entre aqueles que eram considerados, de início, como “de risco”, visando, também, esclare-

cer a população sobre a AIDS. O trabalho desses grupos abrange: a confecção e distribuição de cartazes; palestras programadas ou determinadas pela necessidade do momento; campanhas em rádio e televisão; conversas com o governo, na tentativa de sensibilizá-lo para os problemas ligados à AIDS e aos Aidéticos; etc. Convém aqui ressaltar que a maioria desses grupos não contam com nenhuma estrutura, baseando seus trabalhos na vontade e no despojamento dos que neles militam.

Concordamos, então, que o combate a essa incurável doença está, todo ele, baseado na *informação*. Parece-nos — e gostaríamos que você nos corrigisse caso estejamos errados — que o principal trabalho do nosso querido profissional bibliotecário é, exatamente, a *informação*. Correto? Ora, por que é, então, que o bibliotecário (o tal profissional da informação, vale enfatizar) nada faz para informar a população sobre a AIDS, contribuindo para diminuir o número de contagiados?

Alguns “profissionais” bibliotecários — para gáudio daqueles inveterados corporativistas que nada fazem mas se rejubilam quando o ufanismo biblioteconômico é reiterado — poderão contra-argumentar, apresentando a mera distribuição de folhetos e panfletos sobre a AIDS (normalmente “deixados” sobre um balcão qualquer) como o único trabalho de real competência das bibliotecas, como o máximo a ser realizado dentro da esfera de incumbências do bibliotecário.

AIDS et alii

Enquanto os meios de comunicação de massa priorizam a AIDS, a maioria dos brasileiros morre de diarreia, de desidratação, por falta de saneamento básico, por quase total inexistência de atendimento médico. Enquanto uma enxurrada de informações sobre a AIDS são veiculadas, a taxa de mortalidade infantil, na Grande São Paulo, atinge níveis assustadores de 100 por 1000.

Tudo isso ocorre ao lado, atrás, em frente das bibliotecas, mas, estas, afirmam nada poder fazer já que a morte, a doença, a dor e o sofrimento da população não podem ser recuperados bibliograficamente, não podem ser tratados tecnicamente, não fazem parte do âmbito de interesse dos registros do conhecimento. Estudos de usuário são realizados nas universidades, nas empresas, nas estatais, nos centros das grandes capitais, nunca, porém, nas periferias, porque... ora, porque lá estão as favelas, os cortiços, os sujos e mal-vestidos, os descalços e doentes, os analfabetos e os incuravelmente ignorantes! Como aplicar questionários se essa gente não consegue entender o grande significado da procura da verdadeira demanda informacional?

Como atender os interesses dessa gente se ela não faz, e nem deve fazer parte da cultura letrada, do círculo daqueles que elevam e engrandecem a civilização brasileira?

Em “Viva o povo brasileiro”, pela boca do personagem Amleto Henrique, João Ubaldo Ribeiro escreve: “Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermijos, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso o que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo.” Alguma coincidência com o que falávamos anteriormente? Ora, mera semelhança.

Iniciamos falando sobre a AIDS e acabamos discutindo sobre o mal que infecta a biblioteconomia brasileira: a passividade, desconhecimento e desrespeito pelos interesses e necessidades da maioria da população. Trabalhamos apenas para uma seleta e elitizada classe social, que se utiliza da biblioteca e do bibliotecário, com seu consentimento e apoio, para manter seus privilégios e sua condição de dominante. O fato é que a população — toda ela e não apenas aquele reduzidíssimo número de alfabetizados que freqüenta as bibliotecas — precisa estar informada sobre todos os aspectos que envolvem a AIDS e outras tantas doenças, principalmente as “sociais”. O fato é que os bibliotecários — todos eles e não apenas aquele reduzidíssimo número que está preocupado com a população — precisam estar informados sobre todos os aspectos que envolvem a principal doença da Biblioteconomia: absoluta ausência de função social.

Precisamos de uma biblioteconomia subversiva, guerrilheira, que alimente a população de informações, que inverta as prioridades hoje existentes, que permita ao povo reconhecer-se como cidadão.

(Publicado originalmente em: Boletim IN:FORMA, São Paulo, v.2, n.3, p.3, jul./set. 1989)

Participação política do bibliotecário

ou

Por uma biblioteconomia guerrilheira

Costuma-se dizer que o bibliotecário é um especialista em generalidades. Diz-se também que a matéria prima que utilizamos para exercer nossas atividades abrange, além das clássicas, “malfadadas” e “mal-faladas” fichinhas, o universo do conhecimento humano dividido em 10 grandes classes ou segmentos. É importante frisar que entre essas classes não existem confrontos, choques, lutas. Ou melhor, não pode haver. Os bibliotecários não querem e não acreditam que exista luta de classes, desculpe, lutas entre as 10 grandes classes, porque... bem, porque isso já é marxismo demais para quem se acredita neutro.

Vamos pensar juntos no que aconteceria se fosse real esta pequena suposição:

Se uma “onzima” ou décima primeira grande classe fosse cogitada — o que redundaria, dentro do pensamento profissional existente, na destruição do sistema decimal —, a inexorável censura biblioteconômica esmagaria ou, de uma forma mais brasileira, censuraria e exilaria tal pretensão. Tudo em nome do mais alto conceito da ordem e do progresso. Quem sabe, numa situação dessa, não assistiríamos (ou participaríamos) de uma Marcha da Família Bibliotecária com Dewey pelo Sistema Decimal. Do meio da grande horda de bibliotecários que encampariam e participariam da Marcha, avistaríamos cartazes: “Abaixo os que querem destruir o Sistema”; “Décima primeira, go home”; “Fora com os anti-decimais”. Na entrevista coletiva à imprensa, a coordenadora da Marcha diria: “Há muito mais coisas numa ficha catalográfica do que sonha nossa vã filosofia”. Inebriada e exultante (já pensou, bibliotecário dando entrevista coletiva...), arremata-

ria: “Classificação não existe só nos vestibulares; taxionomia não é o estudo de motoristas de táxi e não esqueçam de pensar na razão maior de nossa economia ser toda indexada”.

Dessa forma, o golpe (seria esse o termo correto ou estou invertendo as coisas?) seria desfeito e continuaríamos vivendo sob a égide do sistema bibliocristão ocidental, dentro da aliança entre os adeptos da CDD e da CDU.

Se vocês estão imaginando que eu estou tentando dizer que o bibliotecário é retrógrado, conservador e reacionário, acertaram. Somos obrigados a aceitar que o profissional bibliotecário é retrógrado, conservador e reacionário. Muitos vão discordar desta minha posição. No entanto, acho inegável a identidade entre o pensamento bibliotecário e a ideologia burguesa (exagerei?).

O nosso tema é a participação política do bibliotecário. Pode não ter ficado claro, mas estou tentando falar sobre isso desde o começo. Usei algumas figuras para contrastar com a definição mais usual que o bibliotecário dá de si mesmo: neutro, imparcial, apolítico. Se estou querendo contrastar é porque não acho que o bibliotecário seja neutro, imparcial e apolítico.

A maioria das pessoas acredita que a política está relacionada apenas com políticos, partidos, governo, demagogias e eleições. Os políticos são todos corruptos, mentirosos, demagogos e enganosos; os partidos não possuem um programa e só “funcionam” nas épocas de eleições; estas últimas, as eleições, continuam sendo manipuladas e os governos estão apaticamente sentados num pacote de mordomias, ditando ordens que alteram pouco a estrutura vigente, sempre com base nos interesses de uma minoria que detem o poder. Partindo desse ponto de vista, na medida em que não sou político de carreira; não faço parte de nenhum partido político; não sou governo e que sempre voto em branco ou em trânsito, obviamente sou apolítico e neutro. Tal arrazoado parece lógico, mas a base está correta?

Para João Ubaldo Ribeiro, política tem a ver com o processo de formulação e tomada de decisões que afetem, de alguma maneira, a coletividade.

Nós todos sabemos que antes da tomada de uma decisão, as influências e os interesses contam muito. O povo, infelizmente, não possui nenhuma força política que possa levá-lo a influenciar, a determinar que os seus interesses prevaleçam quando das decisões governamentais. Óbvio que essa falta de força política, essa não-força política do povo, refere-se a canais concretos, institucionalizados, que representem formalmente seus interesses e reconhecidos como tais pela população. Inúmeros exemplos poderiam ser aqui apresentados, mas, acredito, são já por demais conhecidos.

O povo desconhece seus direitos. Há algum tempo constatou-se, através de uma pesquisa realizada por um jornal de São Paulo, que grande

parte da população brasileira não sabia o que era constituição. Como é possível pensar e realizar uma constituinte sem fornecer a essa mesma população as informações básicas e primárias sobre o assunto? Num gesto isolado, foi proposta e, dizem, concretizada a elaboração de uma “cartilha” que apresentaria, de maneira simples, dados sobre a Constituição e a Constituinte. Até hoje não vi essa cartilha e não conheço absolutamente nenhuma pessoa que a tenha recebido. Qual seria, se foi, o resultado dessa cartilha, quando sabemos que mais de 30% da população é analfabeta? Isso representaria mais de 40 milhões de pessoas. Além disso, os semi-analfabetos, ou semi-alfabetizados, como queiram — aqueles que apenas sabem assinar o nome (o deles, claro), aqueles que concluíram ou não o MOBREAL, devem representar, por sua vez, um percentual igual ou mais alto. Estima-se, por outro lado, em 30 milhões os menores carentes. Vejam: estamos falando em milhões de brasileiros, em milhões de pessoas que são alijadas de sua condição de cidadão por não terem nenhuma consciência dos seus direitos. Toda essa população estará fora das decisões da Constituinte e, obviamente, seus interesses apenas serão lembrados através dos poucos que representam, verdadeiramente, o povo.

E o bibliotecário, onde entra nisso tudo?

Muito provavelmente a maioria dos profissionais bibliotecários deve achar que não tem responsabilidade, que não pode e nem deve interferir nesse processo. Esse problema é entre o povo e os políticos. Quando muito, nós bibliotecários, teremos a “dita cartilha” em nosso acervo e, quando solicitada, com a presteza e simpatia que nos são peculiares, a colocaremos nas mãos do usuário. Mais não podemos fazer. Afinal, a função maior do bibliotecário é promover, incentivar a leitura. O analfabeto? Esse já é um problema da Escola, um problema educacional que não nos cabe resolver. Colegas — pra não dizer “companheiros” que assusta um pouco — o livro não é um artigo popular e reconhecido como necessário. É preciso que a gente tenha consciência disso. Apesar de sabermos da importância do livro, de o colocarmos como artigo de primeira necessidade na formação das pessoas, no auxílio à criação do senso crítico e da consciência das pessoas (essa marchinha é velha, mas é boa, não?), ele não é reconhecido dessa forma.

A população não nos reconhece como úteis socialmente. E sabem por que? Porque insistimos em não reconhecer a nossa verdadeira função social que não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam. Através dela, permitir que a população conheça seus direitos, saiba como reivindicá-los, possua uma consciência social e política que possa transformar toda essa estrutura social. A população não nos reconhece como úteis socialmente, porque absolutamente nada estamos fazendo por ela. Pelo contrário, dentro do modo como

hoje atuamos, estamos servindo aos interesses da minoria que detem o poder, daqueles que oprimem o povo, daqueles que não querem que o povo tenha informações, conheça seus direitos. Trabalhando apenas com os alfabetizados, nós estamos colaborando para que aqueles que foram unguidos com a possibilidade de estudar aprofundem ainda mais sua diferença em relação àqueles que a sociedade não permitiu que tivessem acesso a Escola.

A população vê a biblioteca como o templo dos eleitos: aqueles a quem foi permitido entender o sentido daquele agrupamento de símbolos impressos num livro. Ela não está entre os eleitos: logo, aquele não é um lugar seu. Deve ser, tem que ser, mas, na realidade, não o é. E a culpa é de toda uma estrutura que o bibliotecário ajuda a manter.

O bibliotecário, como já dissemos, não é apolítico, neutro, imparcial. Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se os materiais do seu acervo são parciais? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se a própria localização da biblioteca onde trabalha serviu a interesses políticos e que não exprimem a real necessidade da comunidade? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se aqueles que mais necessitam da biblioteca estão impossibilitados de fazer uso dela?

Nós precisamos atingir a população carente, a população carente de informações. Não será com essa postura apática, passiva e reacionária da biblioteca de hoje que o conseguiremos. Não basta espalharmos bibliotecas em cada quarteirão, em cada esquina. É preciso que o bibliotecário que atuar nessas bibliotecas seja um outro bibliotecário; é preciso que ele seja consciente da sua real função social; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade.

Nós precisamos de uma Biblioteconomia subversiva. Nós precisamos de uma Biblioteconomia guerrilheira, que subverta a ordem das atuais prioridades; que procure, busque, constantemente, os interesses populares, que esteja voltada para os oprimidos.

Os termos empregados, como subversivo, guerrilheiro, assim como tantas outras palavras, precisam ser desmistificadas. A conotação ou as conotações que estão vinculadas a essas palavras precisam desaparecer, pois foram elas empregadas como suporte do autoritarismo, da ditadura militar que sufocou nossa sociedade, que nos sufocou.

Um parênteses: não somos ingênuos a ponto de acreditar que o autoritarismo terminou, ou melhor, foi exterminado. Jânio Quadros está aí, querendo reeditar os áureos tempos (áureos tempos prá eles). Existe uma outra ditadura, um outro autoritarismo, menos claro, escondido, que é o autoritarismo social, aquele que não permite uma distribuição de renda mais democrática; aquele que insiste em dizer que o salário é inflacionário; aquele

que estuda o desemprego apenas estatisticamente; aquele que quer resolver o problema da segurança, apenas colocando mais viaturas, mais policiais, decretando a pena de morte, esquecendo-se da causa real dessa problemática. Esse autoritarismo ainda existe e está, hoje, mais forte do que nunca.

Retomando: é preciso desmistificar as palavras. Por exemplo: comunista não come criancinha no café da manhã (é possível que coma no almoço, mas no café da manhã, não come não). Os arrepios de medo que a simples menção da palavra comunista causava em todos foi imposto por aqueles que nos dominaram por mais de 20 anos. A ideologia dominante quer, e normalmente consegue, passar como real concepções que só a ela interessam. “O trabalho enobrece”, por exemplo. Quem ainda aceita essa frase? Ela está completamente errada; o trabalho não enobrece, o trabalho cansa. Quem é que nos transmite, ou melhor, a quem interessa a veiculação de que o trabalho enobrece? Àqueles que são os donos dos meios de produção, os patrões, em suma, os que não trabalham. Não temos direito ao lazer? Não temos direito a trabalhar 40 horas ao invés de 48 horas semanais? Um estudo da Emplasa, veiculado, resumidamente, pela televisão, mostra que o trabalhador paulistano tem, em média, uma hora e meia de lazer por dia. Esse trabalhador, nessa hora e meia vai ler? Ou vai ficar em frente ao aparelho de televisão, assistindo programas que transmitem informações já mastigadas, que não demandam análise e raciocínio?

E os bibliotecários querem que esses indivíduos procurem a biblioteca. Não vamos nos esquecer, apenas para enfatizar, que o horário em que o trabalhador está em casa é o mesmo em que a maioria das bibliotecas estão fechadas.

A biblioteconomia está precisando de uma “teologia da libertação”. Talvez, com ela, os bibliotecários passem a se interessar mais pelo povo, pelos carentes de informação, não de uma forma assistencialista, mas como um dever, uma obrigação social da profissão.

Bibliografia

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Da arte de não participar. *Palavra-Chave*, São Paulo, n.5, p.8-9, maio 1985.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política*. 2.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1981.

(Palestra proferida na X Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação, em 01 de julho de 1988)

Corporativismo bibliotecário: remédio contra a competência

O assunto corporativismo faz parte, hoje mais do que nunca, dos principais temas de discussão entre os profissionais bibliotecários. Todos os bibliotecários? Não, infelizmente o número de profissionais preocupados com os problemas e os destinos da Biblioteconomia é muito reduzido. Talvez esse fato não se caracterize com um privilégio exclusivo da nossa classe, no entanto, é sobre ela que recai nosso interesse no momento.

A Biblioteconomia é reconhecida como uma área interdisciplinar. Sendo assim, precisa da contribuição de outras áreas. Esse caráter interdisciplinar é não só aceito, como apregoado e, até mesmo, defendido pelos profissionais bibliotecários. Espera-se, entretanto, que os próprios profissionais acumulem conhecimentos de outras áreas para aplicá-los, quando necessário, nos trabalhos que desenvolvem no âmbito da Biblioteconomia. A contribuição de outras áreas restringe-se, assim, aos interesses particulares de alguns, poucos, bibliotecários.

Algumas pesquisas afirmam que é mínimo o número de profissionais da área de Biblioteconomia que procuram cursos de pós-graduação, especialização, extensão, atualização etc. É impossível acreditar que o caráter interdisciplinar, intensamente apregoado, esteja interiorizado e assumido pelos bibliotecários. Grupos compostos por vários profissionais de formação e especialidades diferentes, apresentados como necessários na busca de soluções para problemas existentes em bibliotecas, centros de documentação/informação etc., são sistematicamente descartados e evitados, sob a alegação de que apenas o bibliotecário entende e pode resolver os problemas que surgem no seu campo de atuação.

O motivo camuflado para a contradição entre o “dizer e o fazer” do profissional bibliotecário, quanto ao caráter interdisciplinar de sua área, parece estar vinculado à necessidade de suportes teóricos praticamente inexistentes hoje na Biblioteconomia. Ou, quem sabe, o motivo estaria li-

gado ao medo, ao despreparo e à incapacidade do profissional em desenvolver seus trabalhos nas áreas de seu campo de atuação, nas quais as técnicas tradicionais não são aplicadas. Em outras palavras: o bibliotecário assume a sua profissão como exclusivamente técnica, reduzida aos espaços em que códigos e tabelas são suficientes e únicos instrumentos de trabalho. Os outros segmentos de atuação do bibliotecário, onde o emprego das técnicas tradicionais não são necessariamente imprescindíveis, recebem o rótulo de interdisciplinares. Dessa forma, a responsabilidade desses profissionais fica diluída, já que uma atuação competente nesses segmentos depende do conhecimento de outros campos que o bibliotecário não é obrigado a possuir.

Acrescenta-se, agora, uma outra contradição: apesar de assumir sua profissão como interdisciplinar — baseado nos motivos apresentados — o bibliotecário não aceita que ninguém com outra formação profissional atue em sua área. Fundamenta essa proibição nas leis trabalhistas e, principalmente, na legislação que reconhece a profissão de bibliotecário (Lei 4084 e Decreto 56752).

Desde 1977, no mínimo, tenta-se modificar, alterar, atualizar a lei que rege, oficialmente, a profissão de bibliotecário. Quinze anos, ou mais, de discussão e absolutamente nada foi modificado. O que impede que essa legislação seja alterada? Provavelmente a vontade dos profissionais da área, em não debater seriamente, de forma conseqüente, temas importantes e polêmicos que estão implícitos nos artigos da Lei 4084.

Entre esses temas que podem alterar profundamente a fisionomia e a própria estrutura da profissão, alguns merecem especial atenção: a) a inscrição nos Conselhos Regionais de pós-graduados em Biblioteconomia com formação em outras áreas; b) a exigência de diploma de Biblioteconomia para o exercício profissional; c) curso de Auxiliar de Biblioteca equivalente ao 2º grau; d) a própria existência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais; e) um código de ética mais rígido que, quando aplicado (o que hoje é raro), não permita que os interesses de classe (ou os interesses pessoais) sobreponham-se aos interesses da sociedade etc.

Os problemas apresentados (são, de fato, problemas), podem modificar e transformar a profissão, motivo pelo qual, talvez, os bibliotecários não lhes tenham dado a devida atenção. Estamos preocupados em manter o mercado de trabalho restrito apenas aos diplomados em Biblioteconomia. No entanto, todos sabem, mas comodamente fingem desconhecer, que é muito fácil burlar a legislação e a fiscalização. Apegados a uma infundada crença de que a Lei 4084 preserva o mercado de trabalho bibliotecário apenas para os diplomados, os profissionais da área ficam espantados e indignados quando cargos que oficialmente são reconhecidos como seus,

passam a ser ocupados por outros. Esperneiam alegando que seus direitos foram transgredidos. Arrotam que suas entidades de classe, das quais normalmente não participam, têm poderes e exigem delas medidas enérgicas. Essas atitudes terminam por se demonstrar infrutíferas pois, ninguém desconhece que é cada vez maior o número de outros profissionais que atuam na área da Biblioteconomia. A solução não está na exigência de que nossas fracas Associações, que nossos inexistentes Sindicatos, que nossos paupérrimos Conselhos (com sedes precárias, muitas vezes emprestadas, sem advogados, fiscais etc.) determinem e obriguem o cumprimento das leis. É preciso que a própria lei seja questionada; é preciso que o próprio sistema corporativista seja colocado em questão. A exemplo da burocracia, o corporativismo pode sobreviver dentro dele mesmo, criando mecanismos de sustentação que contradizem o interesse da sociedade e alicerçando a dinâmica de sua reprodução nos privilégios que oferece a um seletivo grupo.

A inscrição nos Conselhos de pós-graduados em Biblioteconomia com formação em outra área, é um exemplo de como um problema concreto é tratado pela categoria. Os cursos de pós-graduação não fazem restrições, para a matrícula, quanto a formação anterior do aluno. A legislação profissional, no entanto, proíbe que esse pós-graduado obtenha o registro necessário para exercer atividades na área. Parece óbvio que apenas procuram os cursos de pós-graduação aqueles que estão realmente interessados pela Biblioteconomia. Sendo assim, impedimos (ou tentamos impedir) que pessoas interessadas pela área contribuam com os conhecimentos adquiridos na formação anterior, para o desenvolvimento da Biblioteconomia que é, relembrando, interdisciplinar. Alega-se que outras categorias profissionais impedem a inscrição nos seus Conselhos, de pós-graduados com formação em outra área. Pergunta-se, então, se essas outras profissões possuem o mesmo caráter interdisciplinar, e na mesma proporção, da Biblioteconomia. Possuem? Pode-se negar a existência de categorias ou aspectos diferenciadores entre a Biblioteconomia e as outras profissões? Todas as áreas são iguais? Todos os profissionais são iguais? Defendem alguns a inscrição de pós-graduados em Biblioteconomia com formação em outra área, apenas quando e se todas as outras categorias também aceitarem essa inscrição. Por que a Biblioteconomia deve ser a primeira, perguntam eles? E por que não? Será que o bibliotecário não pode ser vanguarda ao menos uma vez?

Isolando esses pós-graduados, estamos errando inúmeras vezes. Imaginando preservar o mercado de trabalho com esse isolamento, estaremos, ao contrário, permitindo e incentivando a presença de outros, "temidos", profissionais. Poderíamos trazê-los para a categoria, qualificando-a melhor a partir da contribuição e do conhecimento deles. Ao mesmo tempo,

empurramos os pós-graduados para a pesquisa na área — legalmente possível — e para o ensino, deixando ao encargo deles a formação dos bibliotecários. Com isso todos concordam?

A exigência do diploma para o exercício profissional também merece um espaço entre os tópicos prioritários de discussão da classe. A base do corporativismo é a exigência do diploma. Para obtê-lo, é necessário frequentar, no mínimo, quatro anos do curso de Biblioteconomia. Pesquisas não faltam comprovando o ínfimo número de brasileiros que têm acesso à Universidade no Brasil. Esses são os que determinam os destinos do país, cerceando a ascensão social dos demais, utilizando para isso, entre outras coisas, o corporativismo. Veiculam, e a sociedade como um todo aceita como verdade absoluta, que só e exclusivamente a Escola promove o indivíduo, tornando-o apto a desempenhar certas atividades, notadamente as de maior status e as que possibilitam decisões e uma interferência maior na sociedade. À capacidade é atribuído um valor menor do que ao diploma. A Escola não pode ser descartada ou entendida como inútil, mas sua função tem limites que não devem ser superestimados. A Escola não é a solução de todos os males da sociedade, como não o é, também, a educação. Acreditar que todos os que terminam um curso universitário estão aptos e adequadamente preparados para exercer de forma competente as atribuições que uma profissão exige, é o mesmo que acreditar que os planos coloridos estão melhorando as condições de vida dos descamisados. A função do diploma, hoje, é também, restringir a entrada de “estranhos” no espaço reservado para poucos eleitos. Na maioria dos países do mundo, o diploma não é atributo essencial e excludente para o exercício da profissão de bibliotecário.

A propalada democracia da informação, um dos principais itens da função social do bibliotecário, não pode coexistir com a simples idéia do corporativismo, como também não coexiste com ele a interdisciplinaridade.

Ser a primeira profissão a concretizar medidas contra o corporativismo, não significa ser idiota por abrir suas portas para outras categorias, mas, ao contrário, significa ter a coragem e o dever de eliminar uma das formas de opressão social. Talvez assim, o bibliotecário venha a assumir uma posição de vanguarda, sendo até, quem sabe, reconhecido como um profissional socialmente útil.

(Publicado originalmente em: *ARB Notícias*, Porto Alegre, v.15, n.1, p. 7-9, jan./jun. 1991.)

O bibliotecário e sua relação com a sociedade

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os organizadores deste evento pela iniciativa, já que é de grande importância a realização de encontros como este, pois permitem o conagraçamento dos profissionais bibliotecários e, mais do que isso, possibilitam uma integração e um motivo para discutirmos e debatermos pontos presentes em nossas reflexões.

Ressalto, também, em público, em meu nome e no da Associação Paulista de Bibliotecários, o agradecimento pelo convite e pela oportunidade oferecida em estar aqui, hoje, com vocês.

Convém, ainda, cumprimentar a todos os presentes, pela participação e pelo interesse, pois, certamente, numa sexta feira à noite, deixaram programas talvez mais interessantes para discutir problemas relacionados à sua profissão.

Invariavelmente nos reunimos a cada dia 12 de março para comemorarmos o Dia do Bibliotecário. Eventos e encontros como este são organizados e realizados em todos os Estados brasileiros. Os temas discutidos e abordados nessas reuniões são variados, mas um mote é comum a todos: a comemoração do dia dedicado àquele profissional.

Gostaria de iniciar nossa conversa com algumas perguntas: temos, realmente, muita coisa para comemorar? Estamos satisfeitos com nossa atuação, com nosso papel junto à sociedade? Atendemos satisfatoriamente, as necessidades, aos reclamos da comunidade a quem devemos servir? Somos reconhecidos como profissionais importantes e necessários para a sociedade? O estereótipo do bibliotecário vem se alterando nos últimos anos ou nossa imagem, para a sociedade, continua a mesma que carregamos há muito tempo? Enquanto profissionais, entendemos como satisfatório nosso salário, nosso ambiente de trabalho? Temos, lembrando, muita coisa para comemorar?

Proponho que, hoje, utilizemos este espaço, não para tecermos elogios inconseqüentes e ufanistas ao nosso próprio umbigo, mas como lugar apropriado, como o momento ideal para reflexão e questionamentos.

O Professor José Teixeira Coelho Netto, ontem, durante a aula inaugural do curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, afirmou que a cultura no Brasil é feita contra a sociedade e não a seu favor; que a cultura no Brasil não é agregadora. Calcando seus comentários sobre a modernidade, na qual estão imersos os produtores culturais brasileiros, o Professor Teixeira Coelho, sob seu ponto de vista, constata que tais produtores culturais, repudiam o passado, a tradição, em nome de propostas apenas “inovadoras”.

Os bibliotecários, na ótica daquele professor, e a exemplo de outros profissionais da cultura, estão presos e amarrados a uma visão patrimonialista da cultura, onde importa mais a preservação do que a utilização, do que, empregando um termo que nos é muito caro, a disseminação. Além disso, estariam criando entraves para o uso e o acesso dos usuários às informações contidas em seus acervos, apresentando como exemplo dessas dificuldades, o próprio catálogo.

Antes de, sumariamente, refutarmos tais críticas, convém atentarmos para nossas atividades e atitudes perante e para com os nossos usuários. Será que estamos trabalhando para a sociedade ou contra ela? Todas as vezes que o profissional bibliotecário afirma que seu trabalho deve estar concentrado exclusivamente no espaço da biblioteca e que cabe ao usuário procurá-lo para obter informações quando necessário, estará ele atuando contra a sociedade e não a seu favor.

Um “slogan” (e ênfase a palavra slogan) passou a freqüentar, principalmente a partir da década de 70, o discurso do bibliotecário: “Democratização da informação”. O que seria democratizar a informação? O discurso profissional, apologeticamente, define aquele slogan como “a possibilidade de acesso à informação para todos, independente de credo, convicções políticas, raça, cor etc.”. Diz mais: “a biblioteca está com suas portas abertas para todos, basta entrar e fazer uso das informações disponíveis”.

O Manifesto da Unesco para as bibliotecas públicas, publicado e divulgado no início da década de 70, já afirmava esses princípios. Não podemos discordar de um ideário tão genérico. Esse discurso do bibliotecário, assemelha-se aos discursos de grande parte dos políticos brasileiros, em campanha ou durante seus mandatos, quando afirmam que querem combater e acabar com a fome; que querem oferecer um sistema de saúde eficaz; que querem dar oportunidade de ensino público para todos; que querem eliminar a inflação; que querem acabar com a carestia; que querem aumen-

tar o salário mínimo do trabalhador, etc. Ninguém é ou pode ser contra tais propostas; o problema é como operacionalizar, como concretizar, como transformar em realidade todas essas intenções.

O mesmo, como dizia, acontece em relação ao discurso do bibliotecário: ninguém pode ser contra a idéia de democratização da informação, mas, e aí está o problema, como operacionalizar, como concretizar, como transformar em realidade essa proposta.

A prática do profissional bibliotecário parte da idéia de que todos são absolutamente iguais, de que a todos são oferecidas as mesmas oportunidades, de que todos os usuários são moldados na mesma forma. Sabemos, até mesmo ou principalmente pela experiência, de que isso é uma inverdade. As pessoas não são tão iguais como imaginamos. As oportunidades, seja no campo da educação, seja no campo econômico, seja no campo da saúde, seja no campo da cultura, são, certamente, distintas de pessoa para pessoa.

Os usuários não são iguais. Os alunos de 1^o e 2^o graus são distintos dos idosos que, por sua vez, diferenciam-se da dona de casa, do universitário, do profissional. Cada um deles procura a biblioteca visando satisfazer necessidades próprias e diferentes. Entre os próprios alunos de 1^o e 2^o graus, há diferenças, dependendo da escola onde estudam, da região onde moram, das amizades, do ambiente que freqüentam, etc. Não podemos reduzi-los a um único e idêntico padrão, sob pena de atingirmos muito pouco do pouco que atingimos.

Costumamos culpar, por muitos dos nossos fracassos, outros profissionais ou até mesmo, o próprio usuário. Vamos assumir culpas também, embora, é claro, apenas aquelas que realmente nos cabem. É comum culparmos apenas o professor pelo fracasso da pesquisa escolar, já que é dele o erro pela falta de orientação prévia ao aluno. Mas, também nós, bibliotecários, compactuamos com essa situação, atendendo os alunos apenas oferecendo a eles os materiais para que possam xerocar e copiar, sem uma proposta pedagógica clara e definida.

Costumamos também, imputar aos usuários, pela sua falta de interesse, a culpa pelo baixo percentual da população atendida pelas bibliotecas.

Acho que a “democratização da informação” deve deixar de ser um slogan para converter-se em compromisso, compromisso do bibliotecário para com a sociedade, para com a comunidade a quem deve atender.

(Texto para palestra apresentada em 1993)

Por que e para que bibliotecários?

Talvez valesse a pena discutir, inicialmente, quem é essa figura tradicionalmente denominada bibliotecário. A sociedade responderia a essa indagação, identificando esse profissional (e aqui partimos do pressuposto ainda não validado de que o bibliotecário é um profissional) com a instituição biblioteca. E, se identificado com biblioteca, logo o será também com o livro, pois biblioteca e livro são, no conceito da população, indissociáveis. Assim, bibliotecário é aquele que trabalha com livros. Mas, trabalhar com livros não é função exclusiva dele, o que ampliaria a idéia para: “o bibliotecário é aquele que trabalha na biblioteca, com livros”. Essa é, na verdade, a resposta oferecida pela sociedade quando indagada quem é o bibliotecário.

Nosso conceito sobre o bibliotecário, ou seja, sobre nós mesmos, não é muito diferente desse. Hoje, os textos publicados nas revistas especializadas da área e os próprios depoimentos de bibliotecários sobre sua atuação, enfatizam e, mais que isso, apregoam a necessidade desse profissional se preocupar e trabalhar com outros suportes diferentes do livro. Todos apoiam a afirmativa de que a preocupação fundamental do bibliotecário é a informação. No entanto, a defesa do livro como o principal, se não o único, veículo transmissor de cultura; o direcionamento para o empréstimo domiciliar de livros como o objetivo fundamental da biblioteca, apregoados por autores da área; o norteamo dos trabalhos desenvolvidos pelas bibliotecas quase que exclusivamente para a criação do hábito de leitura; a insistência em atribuir ao estudante e ao trabalho de pesquisa escolar, invariavelmente respondida através de textos impressos — em particular a enciclopédia —, a prioridade dentro dos serviços prestados; o “atributo mágico” com o qual é distinguido o livro na biblioteca, local indicado exatamente para contestar essa visão por demais aceita e arraigada na população; a idéia constante de comparar, igualando no mesmo plano coisas tão díspares como leitura e, por exemplo, alimento; a determinação dos biblio-

tecários em recusar, sumariamente, projeções a respeito do desaparecimento do livro, enquanto objeto físico, etc., terminam por demonstrar o apego incondicional do bibliotecário ao livro, contrariando, na prática, o discurso que entende a informação como objeto básico de estudo, trabalho e preocupação do profissional bibliotecário.

Quando ao termo profissional, caberia aqui uma pergunta: é profissional aquele que não procura — oferecendo para essa isso inúmeras justificativas — atualizar-se profissionalmente? Não é desconhecido por ninguém a importância da atualização para um profissional, seja ele de qualquer área. Sem essa atualização, seus conhecimentos ficam defasados em relação aos avanços do mercado e da sua própria área. Permanecerá utilizando as mesmas ferramentas, instrumentais e metodologias aprendidos na faculdade. Exemplos vários poderiam ser arrolados, mas, pensando especificamente na área de biblioteconomia, basta lembrarmos das dificuldades dos bibliotecários formados na década de 70 para se atualizarem quanto ao uso do microcomputador, já que durante o período de faculdade, essa ferramenta não existia. Da mesma forma cabe alertar para um argumento frequente em nossa área, que transfere para o ensino a responsabilidade pela incompetência do bibliotecário. Encontros, Congressos, Reuniões etc., promovidos entre bibliotecários, invariavelmente servem para acusar o ensino e o currículo do curso como os responsáveis pela situação atual da biblioteconomia no Brasil ou pelo pequeno status dos bibliotecários.

Fala-se muito na passividade do bibliotecário. Essa passividade está presente no trabalho cotidiano desenvolvido por esse profissional, mas também apresenta-se no descaso pela necessidade de atualização profissional, na não existência, por sua parte, da educação informal, da educação continuada, embora seja essa uma das funções principais da biblioteca pública, universitária e, inclusive, especializada. Atribui-se ao desinteresse da população o número reduzido de usuários nas bibliotecas brasileiras. Dentro desse desinteresse, incluiríamos também a educação continuada e a leitura. Os usuários, a população, ainda não adquiriram a consciência da necessidade, da importância da leitura e da educação continua. São eles, usuários, os verdadeiros culpados, pois é notório que o desenvolvimento do homem e do país faz-se através daqueles itens: leitura e educação continuada. Outro culpado em toda a história é o professor que, por não saber pesquisar, encaminha seus alunos para a biblioteca sem um preparo prévio.

Esquecemos, no entanto, que nós bibliotecários, não procuramos a atualização profissional, contradizendo a exigência que fazemos dela para nossos usuários. Outra coisa: muitos são os bibliotecários que não têm o hábito de leitura e não sabem pesquisar, ou, pior ainda, não conhecem os passos necessários para uma pesquisa.

Essa passividade, mesmo em relação à própria capacitação profissional, provavelmente é reflexo da reserva de mercado, entre outras coisas. O bibliotecário, na medida em que possui um mercado exclusivo que, por força de lei, não pode ser invadido e não ser por seus pares, não sente ameaçado seu espaço e nem mesmo precisa competir. Trabalhando junto ao funcionalismo público, seu emprego está resguardado pela estabilidade, isentando-o da necessária atualização. Nas empresas privadas, sempre há o recurso da lei 4084 que, em tese, mantém sua exclusividade nos espaços definidos como privativos nos artigos desse instrumento legal. Não há porque buscar uma atualização, se a competição inexistente e o seu mercado está preservado. Outra seria a situação se não houvesse a reserva de mercado.

Quando falamos em atualização, referimo-nos apenas às técnicas empregadas para o desenvolvimento de nossos trabalhos. A situação é muito pior quando focalizamos as propostas e idéias de caráter mais teórico. Nesse caso, o bibliotecário nada conhece. As perspectivas da profissão, quando adentramos um novo século — que nada significa concretamente em termos de mudanças, mas serve como marco e desculpa para abrirmos discussões sobre a biblioteconomia — não podem ser avaliadas ou mesmo discutidas sem que os questionamentos hoje apresentados, sem que as propostas e teorias atualmente sugeridas, sejam, no mínimo, consideradas. Imaginar que o mercado continuará sem alterações, estanque, é tentar passar para toda a realidade social uma situação específica nossa. Acreditamos que, a exemplo do que aconteceu até hoje com a biblioteca, ela se adaptará a qualquer contexto, modificando de forma pouco significativa, seus instrumentos técnicos de trabalho. Quando as novas tecnologias pedem uma resposta de adequação, nós, como sempre, esperamos que sua utilização seja inevitável para, depois, pensarmos no problema. Estamos correndo atrás do fato concretizado, quando deveríamos estar nos preparando para enfrentá-lo e, principalmente, para influenciarmos na sua realização. E só agimos assim, pois, do contrário, rapidamente deixaríamos de existir.

Afinal, para que serve esse profissional, por que existe?

A resposta, se proveniente da população, provavelmente seria: para nada. Esse profissional não tem serventia para a maior parte da população. Negar seu valor e importância junto a pesquisa e no que se refere a alimentar de informações usuários especializados, seria ridículo. Concluir pela não necessidade de bibliotecas públicas seria, igualmente, cair no vazio. Mas, o que precisamos discutir, sempre, é a adequação desse trabalho aos interesses dos usuários. Precisamos estar atentos para as mudanças da sociedade e nos transformar em razão delas. Precisamos questionar nossas verdades, nossos dogmas, pois só assim, estaremos realmente avançando no

sentido de darmos à dignidade do ser humano, o status de objetivo maior de nossos trabalhos; estaremos realmente avançando no sentido de propiciarmos condições para que todos possam exercer seu papel de cidadãos, e essa ser a prioridade de nossa atuação. Hoje, estamos sem objetivos claramente definidos; não sabemos nossa função na sociedade e, em consequência, o por que de nossa existência enquanto profissionais. Por causa disso, buscamos, mesmo sem o saber, a nossa razão de ser dentro de nós mesmos, dentro de nossas técnicas, serviços, dentro da biblioteca. A resposta, com certeza, está fora dos muros das bibliotecas, está fora do círculo restrito de nossa área, está fora dos nossos pressupostos e dogmas. A resposta está na sociedade, no usuário, no cidadão.

(Palestra proferida em 07 de março de 1990, em evento promovido pela Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo)

Da arte de não participar

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Da arte de não participar

Acreditam muitos se o bibliotecário uma prova cabal da teoria da geração espontânea. No entanto, Darwin à parte, ainda admitimos a evolução entre os profissionais (se você está pensando que a evolução existe em pontos isolados e no transcorrer do período, a afirmação é sua).

O desenvolvimento é tão lento, que a gente acaba rezando por uma mutação.

Qual o motivo dessa sonolenta evolução?

Falta de participação ou, no infinitivo, participar.

Plagiando um reclame, desculpe, uma propaganda: “Não basta ser bibliotecário, tem que participar”.

Participar do que, no que, em que e para que?

Participar nos destinos, no desenvolvimento e evolução da Biblioteconomia e da classe bibliotecária, através, obviamente, das Associações, buscando estar presente também como “produtor” e “administrador” da História e não apenas como mero e calado “receptor” e “espectador” dela. A influência física e intelectual nas alterações existentes no mundo, se faz através de atividades sócio-político-econômico-culturais encontradas também em nossa postura e participação como profissionais.

Todos sabem que essa participação inexistente entre nós.

O que faz um bibliotecário não participar?

Uma reflexão como esta, principalmente por ter como matéria-prima o comportamento humano e considerando-se o vasto número de variáveis não passíveis de controle, além do problema de não se conseguir, e nem se tentar, eliminar o individual, não pode pretender um final tão feliz a ponto de não deixar questões, interrogações e ampliações.

Aqui, como exemplo, cabe uma pergunta: o bibliotecário que sobrevive é aquele que se adapta ao meio? O que significa adaptar-se ao meio biblioteconômico? A definição do termo “meio” (não confundir com meio-termo) abrangeria apenas aspectos da atividade bibliotecária ou abarcaria

também as condições sócio-político-econômico-culturais de cada profissional? Sobreviver profissionalmente, isto é, atuar, permanecer dentro do campo biblioteconômico e participar dos seus destinos, é condição exclusiva daqueles que se assemelham ou se aproximam de um padrão de características, quase todas embasadas na submissão, acatamento e estagnação, que aporíamos ao profissional de nossa área? Ou também podemos enquadrar nessa condição os profissionais que, lenta e persistentemente, lutam e buscam apresentar a realidade da profissão, ignorada não só pela sociedade, mas pela maioria dos próprios profissionais?

No fundo estamos tentando descobrir quem são as pessoas que atuam em nossa área. Claro está que essa não é uma tarefa fácil, além de não fazer parte dos objetivos desta reflexão.

Findo o parênteses, voltamos à nossa última questão: o que faz um bibliotecário não participar?

Gostariamos de levantar alguns pontos que são apenas frutos de uma reflexão:

- complexo de inferioridade.

O bibliotecário considera-se inferior, enquanto profissional, a outras classes de profissionais liberais e, quem sabe, de não liberais também. Um curso com duração de, até há pouco tempo, 3 anos; a falta de tradição; a imagem deturpada etc., podem ser as causas desse sentimento, ou complexo de inferioridade.

- descrença na importância da profissão.

Parece-nos óbvio que na medida em que não se acredita na importância e no valor da Biblioteconomia, uma luta, uma participação nos seus destinos, não tem significado. Explicando melhor: não existe a participação do bibliotecário porque este não crê na importância do que faz.

- desconhecimento da real função social.

Afinal, por que o bibliotecário veio ao mundo, o que está fazendo aqui? A razão de ser da nossa profissão, o papel que apenas e tão somente ela desempenha na sociedade, não é considerada como razão para debates e discussões. Existe, realmente, uma profissão que não sabe e não procura saber o seu significado social? Poderíamos dizer que a Biblioteconomia é vista, tanto pela sociedade como pelos profissionais da área, como uma matéria vazia, absolutamente oca, revestida por uma tênue e transparente casca, prestes a se romper, deixando ainda mais invisível uma profissão que ninguém vê. Qual o motivo da participação em algo não palpável, inexistente?

- crer numa Biblioteconomia unicamente técnica.

Não há necessidade de especialização, pesquisa etc., numa área total e unicamente técnica. Até o futuro dessa área fica comprometido. A participação num ou noutro Congresso, acredita-se, é suficiente para se manter atualizado.

- não pensar em si enquanto agente de transformação.

Com base em tudo o que já foi dito até aqui, não é difícil afirmarmos que o bibliotecário não se considera um agente de transformação, ou seja, uma peça com capacidade para modificar, alterar a sociedade. Em assim sendo, o mutismo que estamos acostumados a ver no bibliotecário, faz com que em nenhum grande (ou pequeno) momento da história do país, ele esteja presente. Suas exigências, pedidos e reivindicações são ignorados. Prá que nos unirmos se nada podemos transformar?

- não pensar em si como trabalhador assalariado.

Este é um ponto que, invariavelmente, abordamos. Falta-nos consciência de classe (por isso, e apenas neste aspecto, concordamos com aqueles que argumentam ser o bibliotecário um amador). Para alcançarmos essa consciência é necessário, antes de mais nada, assumirmos nossa condição de trabalhadores assalariados. Sem aceitarmos essa evidência não nos será possível evoluir enquanto classe trabalhadora. Da mesma forma, a participação continuará sendo algo a se conquistar.

- as Associações de bibliotecários nada fazem.

Em muitos casos, essa é uma afirmativa verdadeira. No entanto, é preciso que se conheça os motivos para essa não atuação das Associações.

Como surge uma Associação?

Teoricamente, uma Associação, ou melhor, uma Entidade de classe, deve surgir da necessidade de união de pessoas vinculadas a uma área profissional comum, com um ou mais objetivos específicos. É bom não esquecermos que, pensando em termos ideais, uma Entidade deve ser construída a partir e com as necessidades das bases — entendida como a totalidade ou uma parcela dos profissionais da área.

Por que as Associações não são o que deveriam ser?

Tomando como base o já exposto, podemos inferir que as Associações/Entidades de bibliotecários nada ou pouco fazem porque não contam

com a participação dos profissionais. O ponto central para esse “nada fazer” é a não participação que redundando numa série de itens que, por sua vez, nos levam a um antigo e comentado círculo vicioso: as Associações nada fazem porque não existe participação — não existe participação porque as Associações nada fazem. Tal qual o ovo e a galinha, não sabemos qual dos dois tópicos deu início ao ciclo.

Dissemos no último parágrafo que a não participação redundando numa série de itens (ou, quem sabe, é o inverso?). Quais seriam eles? Não nos esqueçamos que esta é apenas uma reflexão e, como tal, dependente de discussões e complementos.

— muitas Associações/Entidades para um número reduzido de potenciais associados.

Possuímos no Brasil uma série de Entidades de bibliotecários: o CFB, os CRBs, a FEBAB, as Associações, a ABEBD, as Comissões e Grupos de Trabalho, a Associação de Ex-Alunos e, em breve, o(s) Sindicato(s). Claro está que cada entidade possui objetivos diferentes que se interrelacionam, tornando impossível um trabalho isolado.

No entanto, possuímos muitas Associações com o mesmo objetivo, disputando os mesmos profissionais. Em São Paulo, por exemplo, existem 5 Associações: Associação Paulista de Bibliotecários, Associação Profissional dos Bibliotecários no Estado de São Paulo (desaparecerá tão logo receba a Carta Sindical), Associação dos Bibliotecários Municipais, Associação Campineira de Bibliotecários e Associação dos Bibliotecários São-Carlenses.

Da mesma forma, existem CRBs em Estados que, pelo número reduzido de profissionais, não comportam sua existência e manutenção. Isso acaba elevando de maneira absurda a anuidade de todos os profissionais brasileiros.

Será que um número tão grande de Associações irá resolver o problema da não participação, ou, de forma mais abrangente, irá resolver os problemas da classe bibliotecária?

— serviços a quem da necessidade.

O círculo vicioso é válido também para este item. Independente disso, no entanto, seria interessante colocar em xeque todos(?) os serviços prestados pelas Associações. Seriam eles, realmente, os prioritários? Com base em que levantamento de necessidades formulamos e iniciamos os trabalhos das Associações? Erros nas prioridades dos serviços ou, quem sabe, a falta desses serviços não seria obstáculo quase intransponível para atrair os profissionais?

— falta de infra-estrutura.

As diretorias das diversas Associações gastam a maior parte de seu tempo, que já não é muito, discutindo e buscando esquemas que permitam a sobrevivência das Entidades. Em outras palavras: estão sempre à cata de dinheiro que possibilite apenas a manutenção de um mínimo de estrutura. Quantas Associações conhecemos cuja sede está localizada na 2ª gaveta da mesa de trabalho do presidente? Quantas telefonam todos os meses para alguns associados, cobrando anuidades para conseguir pagar o aluguel da sede? Quantas existem que não publicam seus Boletins por absoluta falta de dinheiro? Quantas sobrevivem por teimosia de seus diretores?

O número reduzido de associados não permite às Associações uma estrutura adequada para desenvolver seus serviços de maneira satisfatória, além de sempre externar e dirigir opiniões e posições não representativas da maioria dos profissionais.

— força política e social mínima ou nula.

Qual a força política dos bibliotecários? Somos um número pequeno de profissionais, exercendo uma atividade não reconhecida; não estamos agregados, unidos; não possuímos uma estratégia clara de encaminhamento de nossas reivindicações que, por seu lado, não são fruto de discussões; nossas Associações e Entidades de classe não possuem um trabalho em comum; não estamos presentes nas alterações político-sociais e econômicas do país. Que influência podemos pretender exercer se carregamos no bojo de nossa profissão essa gama de problemas e, além do mais, nem podemos contar com a solidariedade e o apoio da sociedade já que, para ela, somos artigo supérfluo?

Podemos reverter a situação atual, bastando para isso uma participação maior do bibliotecário junto às Associações. Como conseguir isso? Bem, essa é uma outra história que fica para uma outra vez.

APB hoje

Talvez, apresentando alguns aspectos da Associação Paulista de Bibliotecários hoje, possamos tornar um pouco mais claros os caminhos e problemas enfrentados pela maioria das Associações brasileiras.

O que a APB faz pelo bibliotecário?

Essa é uma pergunta constante e vem acompanhada de uma resposta que, acredita-se, nem é necessário explicar: absolutamente nada.

O que é a APB hoje?

1 — Uma Associação que congrega 1100 associados dos quais apenas e tão somente 850 pagaram suas anuidades em 1984. Parece muito? Vejamos:

— São Paulo conta com quase 4000 profissionais registrados no CRB. Isso significa que a Associação congrega aproximadamente 20% da classe. No entanto, entre os 850 associados, constam vários estudantes (chamados sócios provisórios) que, obviamente, diminuem o percentual apresentado.

— o número de sócios “em dia” vem decrescendo a cada ano, com exceção de 1984. Este início de 1985 não está fugindo à regra, pois já recebemos vários pedidos de afastamento. É bem possível que, em função do aumento brutal da anuidade do Conselho, o número de pedidos de demissão venha a crescer mais ainda.

2 — Uma Associação que passa a maior parte do seu tempo discutindo e buscando formas para se manter, ou melhor, sobreviver. Quando da previsão orçamentária, a preocupação, a cada ano, é sempre a mesma: como igualar despesa com receita?

— a previsão de gastos para este ano gira em torno de Cr\$ 72 milhões. A receita, no entanto, está orçada em Cr\$ 30 milhões. Como conseguir os Cr\$ 42 milhões restantes (ou faltantes)?

— as despesas acompanham a taxa inflacionária. As entradas, infelizmente, seguem o “bolso do bibliotecário” que, como todos sabem, a nível real, está cada vez mais vazio.

3 — A APB hoje, sofre da “síndrome da participação”. A repulsa à participação é algo que sempre existiu entre os nossos profissionais, sendo ela diretamente proporcional à falta de consciência de classe do bibliotecário.

— na medida em que não participo, ou melhor, acredito que a APB nada faz e por isso não me associo nem participo, não sou responsável pelo marasmo da classe; não sou obrigado a opinar e tomar posição em defesa da profissão e dos colegas; posso me trancar numa eterna passividade, sendo apenas mero espectador, sem produzir ou influenciar em nada. A APB acredita que a pergunta “O que a Associação faz por mim?” é uma mera forma de fugir das responsabilidades profissionais, culturais, sociais e políticas à que toda pessoa está sujeita.

— Embora contando hoje com uma participação maior, ela é, ainda, muito aquém do ideal.

4 — Hoje, a APB oferece a seus associados: a Palavra-Chave, Boletins bimestrais, Circulares, Histórias em Quadrinhos (com temas da área), Bolsa de Emprego, Convênios, Biblioteca, Cursos, Palestras mensais, De-

bates, Concursos de Textos, Seminários, Encontros, Jornadas, Grupos de Trabalhos, atendimento na sede de 2ª à 6ª das 9 às 21 horas, etc., além de uma série de outros trabalhos e serviços ainda em estudo.

Com quantas pessoas atuantes a APB conta para desenvolver todos esses serviços? Um mínimo.

Happy End?

Parece-nos equivocada e errônea a tentativa de conclusão de um trabalho que, em toda a sua extensão, lembrou a necessidade de discussões e debates sobre o tema abordado. Uma espécie de colcha de retalhos, não muito bem costurada, não pode se arvorar o direito de possuir uma conclusão definitiva. No entanto, para finalizar, convém lembrar que o ponto principal, a tônica de toda a reflexão foi, inegavelmente, a participação.

(Publicado originalmente em: *Palavra-Chave*, São Paulo, n.5, p.8-9, maio 1985.)

Estrutura associativa dos bibliotecários

A constituição de um Sindicato de Bibliotecários ou de qualquer outra categoria profissional, por si só, parece representar um avanço da estrutura associativista. Parece e, de fato, significa um avanço — significa um salto qualitativo, significa a consolidação e o amadurecimento do sistema associativo de uma profissão. Através da criação do Sindicato, deixamos a representação individual — exercida pelas associações, quer civis ou profissionais — para começar a desenvolver a representação coletiva. O sindicato, oficial e legalmente, desempenha o papel de porta-voz, especificamente em nosso caso, dos legítimos interesses da classe bibliotecária. Nossas reivindicações comuns; os problemas enfrentados pela maioria dos profissionais bibliotecários; a relação com outras categorias e, principalmente, com as instâncias do poder, sobre questões salariais, trabalhistas, de condições de trabalho, etc. Passam a contar, a partir da existência de um sindicato da categoria, com um canal de exteriorização que viabiliza seu conhecimento por parte da sociedade. Legitimados por uma entidade oficialmente reconhecida, podemos expressar nossas necessidades e anseios e lutar pela concretização de nossas reivindicações, embasados, obviamente, em amplos e intensos debates originados e incentivados no interior da classe bibliotecária. Propostas políticas mais abrangentes, principalmente aquelas que interferem direta ou indiretamente com os trabalhadores, exigem uma posição dos bibliotecários. Não podemos esquecer nunca, que o bibliotecário é um trabalhador assalariado. O sindicato posicionando-se a respeito dessas propostas, irá advogar, de forma muito contundente e efetiva, também para os bibliotecários, o direito de participar nas decisões sobre os destinos do país, o direito de determinar os rumos da história de nosso povo.

Apesar de acreditarmos e insistirmos na necessidade de criação de sindicatos de bibliotecários com base nos diversos Estados, convém ressaltar dois pontos que a experiência, fruto de um trabalho junto ao movimento associativo, demonstrou como importantes.

Em primeiro lugar, a existência de um sindicato em nossa profissão em um Estado, não significa, necessariamente, a extinção ou o esvaziamento da Associação. Ao contrário, a atuação dessas duas entidades torna nítida a imprescindível divisão de funções. Quando da existência apenas da associação, esta acumula encargos que requerem uma atuação muito maior do que a capacidade que ela possui para enfrentá-los e desenvolvê-los. O objetivo principal de uma associação está voltado para a reciclagem e atualização do profissional bibliotecário, quer através de cursos, palestras, eventos, quer através de publicações, periódicas ou não. Promover debates que enfoquem não só a profissão, como também o profissional e os locais onde ele atua, está presente de igual maneira, nos interesses principais da associação. Somando-se a esses objetivos, aqueles referentes a salário, mercado e condições de trabalho, etc., torna-se evidente a total incapacidade da associação em administrar todas essas incumbências, já que sabemos das dificuldades enfrentadas, principalmente quanto aos aspectos financeiros e ao reduzido número de pessoas envolvidas em cada um dos trabalhos. O contrário, ou seja, a existência apenas do sindicato, modifica, simplesmente, o nome da entidade, que deve gerenciar, sem conseguir, as dificuldades e os problemas, com agravante: a entidade sindical é impelida, por força das exigências das bases, a priorizar a organização de cursos, palestras e eventos, relegando por total impossibilidade administrativa e estrutural, as funções que lhe são próprias. Um perfeito entrosamento entre sindicato e associação deve ser buscado mesmo que sua concretização seja reconhecidamente difícil.

O segundo ponto a ser abordado tem sua origem na própria passividade da classe bibliotecária. A criação do sindicato, em si, não transforma a profissão, não altera absolutamente nada, caso a participação do profissional no movimento associativo permaneça na situação em que hoje está. O sindicato surge oriundo do trabalho, do esforço, da atuação dos bibliotecários e sua importância no âmbito social, sua competência e capacidade em transformar as reivindicações em produtos concretos é consequência de uma atividade coletiva, da mobilização e da participação efetiva dos profissionais.

A associação e o sindicato, sozinhos, não fazem milagres, quando muito, conseguem modificar, superficial e momentaneamente, pedaços de uma triste realidade profissional, embora a custo de um hercúleo esforço e enfrentando Collors e lagartos, quer dizer, cobras e lagartos.

(Publicado originalmente como: *Editorial. Informativo ABDF*, Brasília, v.2, n.10, p.2, mar./abr. 1990.)

Movimento associativo bibliotecário: rumos

Inicialmente devemos pensar um pouco a respeito do que é hoje o movimento associativo brasileiro.

Basicamente, todas as profissões — e estamos aqui tratando especificamente das profissões liberais — dividem seu movimento associativo em 4 grandes grupos:

a) os Conselhos — após seu reconhecimento e conseqüente regulamentação, uma profissão pode e deve criar seus Conselhos, sendo um Federal — que determina os rumos dos trabalhos a serem desenvolvidos — e outros Regionais, cuja delimitação espacial segue as necessidades e/ou dificuldades de atuação. A principal função desses Conselhos é a de fiscalizar o exercício profissional, proibindo àqueles que não possuam formação adequada a prática de tarefas exclusivas dos portadores de um diploma específico daquela profissão.

b) o 2º grande grupo que forma o movimento associativo de uma determinada profissão é aquele que compreende as Associações de classe. Como tarefa principal, devem oferecer aos seus associados condições para uma real atualização profissional, buscando mais projetos e propostas para sua concretização. Podemos dividir este grupo em categorias, dependendo das relações existentes com os outros grupos. Por exemplo: as Associações Profissionais, as Associações de Ex-Alunos, entre outras, que possuem objetivos que as identificam com outros grupos do movimento associativo (essas Associações serão abordadas posteriormente). As Associações de caráter civil, são as que realmente caracterizam este grupo. Como dissemos, sua função primordial é atualizar os profissionais quanto às inovações ocorridas na área, bem como ampliar discussões referentes a aspectos polêmicos, propiciando a que um número maior de pessoas ofereçam contribuições e participem dos delineamentos dos destinos daquela profissão.

c) os Sindicatos compõem o 3º grupo. Objetivando, prioritariamente, a defesa dos profissionais no que diz respeito a matérias trabalhistas, os

Sindicatos, por força de um estatuto aprovado pelo Estado, desenvolvem outros trabalhos cujo mérito deve ser questionado na medida em que desvia e desloca os interesses reais de uma determinada classe, levando-as a considerar uma assistência médica, por exemplo, como mais importante do que as reivindicações trabalhistas.

d) o 4º grupo abrange aquelas entidades vinculadas à formação do profissional. Partindo dos Centros e Diretórios Acadêmicos, dentro do âmbito mesmo das faculdades — que poderíamos considerar como entidades periféricas do movimento associativo — e, até, entidades de caráter nacional que globalizam e procuram determinar os rumos, debates e discussões a respeito da formação de um profissional específico.

Com relação à Biblioteconomia — a área que realmente nos interessa de imediato —, o movimento associativo está assim constituído:

1º. *grupo*: O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB);

2º. *grupo*: a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e as Associações de Bibliotecários, com abrangência estadual ou mesmo municipal;

3º. *grupo*: o Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo. Outros Estados como Paraná, Rio de Janeiro e, principalmente, Bahia, estão, no momento, em processo de criação de seus Sindicatos. Aqui, embora com alguns (grandes) problemas, podemos acrescentar as Associações Profissionais, ou seja, os Pré-Sindicatos;

4º. *grupo*: a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação; várias Associações de Ex-Alunos espalhadas pelo país e os Centros ou Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Biblioteconomia.

Analisando a estrutura apresentada, percebe-se claramente que a maioria das entidades que compõem o movimento associativo bibliotecário brasileiro, está atrelada ao Estado. Esse vínculo, direto ou indireto, com o Estado, acaba por diminuir a força e a atuação dessas entidades. A burocracia e as exigências legais absorvem um tempo considerável das entidades, obviamente diminuindo o tempo dedicado para outras atividades.

Outro aspecto que pode ser claramente delineado, não só através da estrutura do movimento associativo, mas principalmente, da atuação das entidades que o compõem, é o apego ao corporativismo.

Enquanto Movimento Associativo, deveríamos estar pensando numa luta por melhores salários; por apresentar o profissional bibliotecário com nova imagem; por capacitar o bibliotecário, atualizando-o e oferecendo instrumentos adequados para que ele possa satisfazer as demandas do mercado, etc. No entanto, estamos preocupados apenas em retirar aqueles que não são formados, de seus cargos cujas funções são específicas do bibliote-

cário. Os melhores cargos na área de biblioteconomia, cargos de direção e decisão, estão sendo exercidos, muitos deles, por pessoas de outras áreas.

E as entidades bibliotecárias? Lutam desesperadamente para afastar esses indesejáveis usurpadores de cargos alheios, mas possuem meios, mecanismos e instrumentos legais efetivos para isso. Debatem-se e perseveram alimentadas por poucas e fortuitas vitórias. Devemos aceitar como profissionais, em nosso meio, desde que com um curso de pós-graduação ou especialização, aqueles que, mesmo não o sendo, exercem funções de bibliotecário?

A resposta é de vocês.

Os bibliotecários estão preparados para atender as demandas por informação, provenientes da sociedade atual?

A especialização, a educação continuada, a atualização capacitam o bibliotecário a satisfazer, adequadamente, todas as necessidades do mercado?

Infelizmente, muitos bibliotecários não estão preparados nem mesmo para desenvolver as funções mais corriqueiras de uma biblioteca.

É comum se apontar a formação como a única culpada por todos os males da profissão. Não podemos de forma nenhuma, concordar com essa posição. Aceitamos que a formação seja responsável por grande parcela dos problemas enfrentados pelos bibliotecários, mas, concentrar toda a culpa sobre ela significa, na verdade, procurar desculpas para justificar a sua própria falta de competência e capacidade profissionais.

Podemos dizer que muitos bibliotecários, talvez em quantidade maior do que gostaríamos, são medíocres. O termo é forte, mas real.

Retomando. Uma Associação deve atuar com base nos seguintes itens:

- Atualização profissional: cursos; edição de trabalhos; publicação de revistas, jornais e boletins; palestras, conferências, simpósios, congressos, etc.
- Luta pela profissão: divulgação da profissão (internamente, modificando a imagem que o profissional tem de si próprio; externamente, através de um marketing da profissão e do profissional, através de contatos com outras profissões e através da participação em eventos nacionais ou internacionais que tenham interesse direto para a profissão e/ou a sociedade)
- Defesa da profissão: lobby buscando criar uma defesa “legal”; atuação junto à comunidade procurando seu apoio, mostrando e tentando fazer com que ela reconheça no bibliotecário um profissional indispensável.
- Ampliação do mercado de trabalho: divulgação; estudos, debates, propostas e projetos procurando adequar a atuação do profissional ao mercado.

- Defesa do profissional: salário; mercado de trabalho; condições de trabalho; status e dignidade do profissional.
- Instrumentos e locais de trabalho: luta pelos espaços de atuação do profissional, procurando sua ampliação, bem como estrutura e verbas adequadas, etc.; oposição a qualquer tipo de censura à informação; colaborar na criação e desenvolvimento de novas técnicas que auxiliem o trabalho bibliotecário, apoiando e incentivando grupos de estudos e trabalhos.
- Integração com outras Associações, nacionais ou internacionais, vinculadas ou não à Biblioteconomia.

Outros itens poderiam ser acrescentados, mas seriam subdivisões ou especificações dos apresentados.

Para resumir, podemos dividir todas essas atuações em 4 grandes itens:

- Associação deve se preocupar:
 - com o profissional;
 - com os instrumentos com os quais esse profissional trabalha;
 - com os locais em que esse profissional desenvolve suas funções e para quem esse profissional deve prestar seus serviços.

Com base nesses itens, podemos delinear a situação presente e os rumos que, a partir dela, podemos sugerir como indicados para a profissão e, obviamente, como norteadores para os futuros trabalhos das associações.

O profissional — Os bibliotecários ainda não estão conscientes de que são assalariados. A crença de que o trabalho com a cultura está acima das intempéries da vida mundana, continua imperando em nosso meio. A consciência de classe social é necessária para o reconhecimento das funções sociais do bibliotecário.

A especialização não só será, como já se tornou, imprescindível para que o profissional bibliotecário possa desenvolver e atuar de acordo e com base nos interesses e necessidades da sociedade.

Instrumentos de trabalho — Nossa profissão é reconhecida, entre os próprios bibliotecários inclusive, quase que integralmente como tecnicista. A função do profissional bibliotecário seria então, única e exclusivamente, aplicar determinadas técnicas sobre materiais bibliográficos, de forma a torná-los disponíveis e localizáveis dentro do acervo de uma biblioteca. Se, realmente, esse é o único motivo e a razão de ser do bibliotecário, nada nos resta a fazer senão iniciarmos os preparativos para os funerais da profissão.

Não nos parece incoerente, a utilização das mesmas e idênticas técnicas nos vários tipos de bibliotecas? Será que a força do “tecnicismo” embotou a capacidade de crescimento e lógica do bibliotecário, “burocratizando” a atuação profissional?

As novas tecnologias não estão contribuindo para tornar a população mais informada. Ao contrário, elas colaboram para a ampliação do fosso entre os que possuem e os que não possuem informação. Os novos instrumentos de trabalho são desconhecidos para a maioria da população e representam mais uma forma de opressão e dominação.

Locais de trabalho e usuário — Utilizando quase que exclusivamente livros, nós precisamos reconhecer que a missão da biblioteca não está sendo cumprida. Quando 75% da população é composta de analfabetos e semi-analfabetos, a insistência em trabalhos apenas com a leitura, demonstra claramente quais são os objetivos, as metas, os alvos e, principalmente, a ideologia que permeia a prática bibliotecária.

Os interesses e necessidades de informação da população, estão escamoteados sob o peso da retrógrada instituição chamada bibliotecas; pela cortina representada por usuários alfabetizados e iniciados no assim entendido salutar hábito de leitura; por bibliotecários envolvidos e absorvidos pela rotina que entorpece, isola e cega.

Outros tantos fatores poderiam ser aqui arrolados, mas seria desnecessário fazê-lo, já que não exigem muitos esforços para serem reconhecidos.

Identificar as necessidades e demandas futuras, representa delinear a situação presente e, para isso, é preciso que o profissional bibliotecário não esteja amarrado e preso a uma posição estática, calcada apenas no passado.

(Palestra proferida em 12 de março de 1990, em evento promovido pela Associação Profissional dos Bibliotecários de Sergipe)

Movimento associativo: uísque com guaraná

1 Introdução

Um pequeno histórico da APB se faz necessário, a título de exemplo, para falarmos de movimento associativo.

A Associação Paulista de Bibliotecários foi fundada em 30 de setembro de 1938. Completará, portanto, 50 anos em 1988. Poucas são as instituições ou entidades que conseguem sobreviver por tanto tempo.

A fundação da APB representa muito mais do que a simples criação de uma entidade: ela representa o início do movimento associativo da classe bibliotecária no Brasil. A partir desse ponto, podemos dizer que a biblioteconomia nacional toma um novo direcionamento, impulsionada por um grupo de profissionais bibliotecários (sem curso superior específico, obviamente) encabeçados por Rubens Borba de Moraes, falecido há pouco mais de uma ano.

Rubens Borba de Moraes foi chamado por Mário de Andrade, então diretor (o primeiro) do Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, para dirigir a área de bibliotecas. É fácil observar que já não se fazem Secretários de Cultura como antigamente.

Uma de suas primeiras preocupações foi a de formar mão de obra especializada, já que estava convencido de que sem profissionais especializados, seria impossível desenvolver um bom trabalho. Para isso, ele cria a 1ª. escola de Biblioteconomia de São Paulo, junto à Biblioteca Municipal. Depois de passar por vários problemas e locais, essa escola terminou por se alojar na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e hoje se denomina Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da FESP.

Provavelmente motivado por suas observações da situação biblioteconômica em vários países que visitara e aliado aos seus conhecimentos da produção editorial, já que foi, reconhecidamente, um grande

bibliófilo, Rubens Borba opta por orientar os trabalhos da área de biblioteconomia pela visão e conceitos norte-americanos. Esse direcionamento redundou não só na escolha de pessoas para os cargos de supervisão, como também na determinação das matérias que comporiam o currículo do 1º. curso de Biblioteconomia de São Paulo. A Associação possui, no acervo de sua biblioteca, a reprodução, em texto, das primeiras aulas ministradas nesse Curso.

Os Estados Unidos também serviram como estímulo para a criação da APB. O movimento dos bibliotecários naquele país sempre foi muito forte. Até hoje, o “lobby” exercido pelos bibliotecários reflete diretamente nas condições de trabalho, no apoio às bibliotecas, na imagem do profissional, no salário pago, na importância reconhecida de instituições comandadas por bibliotecários, etc.

A Associação Paulista de Bibliotecários foi fundada objetivando, principalmente, orientar, formar e atualizar os profissionais que atuavam em bibliotecas; em traduzir e editar publicações; em criar um vínculo entre os profissionais e as associações congêneres do resto do mundo; em manter um canal permanente de debates; em tornar aqueles “profissionais” mais conscientes de seu papel social, do que representava para a sociedade os serviços oferecidos pela biblioteca etc. Seu primeiro presidente, logicamente, foi Rubens Borba de Moraes.

O 2º presidente, Sergio Milliet, também foi Diretor da Biblioteca Municipal e, a exemplo de Rubens Borba, desenvolveu um trabalho tão significativo que, até hoje, é reconhecido e admirado. Como homenagem, a Biblioteca do Centro Cultural São Paulo leva seu nome.

Outros presidentes e diretores da Associação, que contribuíram durante esses 50 anos, durante esse meio século de existência, também foram homenageados, principalmente por seus trabalhos junto à população:

— Maria Luzia Monteiro da Cunha, Maria Antonieta Ferraz e Terezine Arantes Ferraz, possuem seus nomes designando Escolas na cidade de São Paulo;

— Lenyra Fracaroli será homenageada em 29 de maio de 1987, com o título de “Cidadã Paulistana”, outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo, pelo trabalho que desenvolveu durante toda sua vida, sobressaindo-se a criação da primeira Biblioteca Infante-Juvenil — até hoje copiada em todo o mundo — e a formação da Academia Brasileira de Literatura Infante-Juvenil.

Os objetivos, propostos inicialmente, ainda norteiam os trabalhos da Associação, acrescidos de outros, gerados pelos problemas e situações da conjuntura atual.

2 A criação do sindicato

Até a criação do Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo, toda a luta de caráter trabalhista era desenvolvida pela Associação. Até hoje, como forma de reforçar e fortalecer reivindicações ligadas a salários, mercado de trabalho, condições de trabalho, etc., a APB se faz presente, acreditando que este tipo de atuação está inserida em seus objetivos. Entretanto, a incumbência ou melhor dizendo, a responsabilidade maior, nesses casos, passou, a partir de sua criação, para o âmbito do Sindicato.

Interessante lembrar aqui a verdadeira saga em que se constituiu a fundação do Sindicato.

Inicialmente, após consulta junto à classe sobre seu interesse, foram feitas gestões junto ao Ministério do Trabalho, especificamente à Delegacia Regional do Trabalho, para que pudessemos conhecer e nos inteirar quanto às exigências burocráticas para a concretização do Sindicato. Concretização oficial, legal, já que, de fato, ele começava a surgir.

Criou-se, então, como primeiro passo, a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo — APBESP. Tal Associação representava, em termos legais, o pré-Sindicato.

Exigências outras foram feitas, como a necessidade de contar com a participação, como filiados, de 1/3 da classe; a representatividade de bibliotecários nas várias regiões administrativas do Estado; a quantidade imensa de papeis, protocolos, carimbos, encaminhamentos, cartas, ofícios, certidões negativas e uma gama infundável de outras exigências.

O Sindicato começou a se materializar em maio de 1978, quando alguns bibliotecários se reuniram e resolveram encampar e levar avante a idéia proposta. Convocada a classe para uma Assembléia, constatou-se realmente ser do interesse da grande maioria dos bibliotecários a criação de um Sindicato. Na época, eram passados 16 anos do reconhecimento oficial da profissão sem que houvesse uma única entidade em todo o Brasil, nos moldes exigidos pelo governo, que lutasse ou mesmo representasse a categoria quando se fizesse necessário.

Éramos, e ainda somos em grande parte, uma classe preocupada com a cultura, com o livro, com serviços (nem sempre adequados) para a comunidade. Esquecíamos, no entanto, do próprio profissional, aquele que atuava e necessitava de condições adequadas para desenvolver seu trabalho, além de uma remuneração que lhe propiciasse uma vida digna.

Essa primeira Assembléia redundou, após várias reuniões, na fundação da APBESP, em novembro de 1978.

A Carta Sindical apenas foi conseguida em agosto de 1985. Sete anos que despenderam esforços, lutas, brigas e, o pior, sete anos gastos na tenta-

tiva de conscientizar o próprio profissional bibliotecário, aquele que deveria possuir o maior interesse no Sindicato. Até hoje não foi possível trazer para o Sindicato a maioria dos profissionais que atuam no Estado.

3 O movimento associativo

O movimento associativo nacional é decepcionante, frustrante. Muito já foi escrito ou falado sobre a falta de necessidade e interesse, por parte do profissional bibliotecário, quanto às associações de classe. Comumente, extrapola-se o âmbito da atuação profissional na busca de razões e explicações. Obviamente, entre tantas opiniões, muitas respondem, quase que satisfatoriamente, à procura de causas que possam servir como ponto de apoio na tentativa de alteração do quadro diagnosticado e, com certeza, real.

Proponho retomarmos as discussões, partindo de outro ponto, já sugerido no parágrafo anterior, qual seja, a “atuação” do “profissional” bibliotecário.

Uma Associação profissional de bibliotecários tem como meta a luta por melhores salários; condições de trabalho mais dignas e adequadas à atuação dos profissionais que representa; ampliação do mercado de trabalho, criando, descobrindo ou difundindo novas áreas e segmentos ainda não explorados, bem como solidificando os já existentes; atualização dos profissionais, adequando-os às demandas e exigências do mercado que não pode prescindir de pessoal apto a manipular instrumentos diversificados, oriundos do avanço tecnológico e das mudanças sociais; veiculação de uma “nova imagem” — não tão real como gostaríamos, mas menos estereotipada que a atual — na tentativa de esclarecer a sociedade quanto à importância do trabalho do bibliotecário, propiciando uma melhor compreensão de nosso papel social.

Poderíamos arrolar um grande número de outros itens, embora de menor importância. No entanto, freqüentemente é esquecido um outro lado da atuação do movimento associativo: aquele que visa os “produtos” do nosso trabalho. A informação é aceita como o cerne de nossas funções e sua manipulação, disseminação, recuperação, etc., são, dessa forma, prioridades.

O objetivo, entretanto, está na alteração ou alterações advindas dessas informações. Em si, elas nada representam, a não ser um amontoado inconseqüente de sinais e símbolos, apenas úteis quando decodificados, analisados e reconhecidos como de interesse. Possibilitar a alguém o acesso a essas informações, ou melhor, a determinadas informações, de tal forma que elas possam provocar alterações ou mudanças naquela pessoa —

mesmo que indiretas ou superficiais — passa a ser, parece-nos, o objetivo prioritário de nosso trabalho.

É evidente que entre as funções de uma associação de classe bibliotecária, deve constar, necessariamente, propostas e ações voltadas para aqueles que têm acesso e, principalmente, para aqueles que não têm acesso às informações por nós prestadas. Reivindicar um maior número de bibliotecas; exigir melhores acervos, equipamentos, recursos humanos e estruturais passa então a ter lugar de destaque na atuação das associações.

Quando dizemos, então, que a participação do bibliotecário no movimento associativo é nula, quase inexistente, estamos também afirmando seu total descompromisso com o seu trabalho, com sua ação, com sua atuação. Como designar de profissional uma categoria cujos próprios elementos que a compõem relegam e menosprezam seus instrumentos de trabalho e, o que é pior, desconsideram o público a quem devem servir? Estaremos muito errados em tratar o bibliotecário como “amador”? Profissional é aquele que exerce uma profissão. Esta, por sua vez, deve ser reconhecida como útil pela sociedade. Nossas bibliotecas estão vazias; não conseguimos nos estruturar como categoria; nossa imagem é aquela que todos já estão cansados de saber; o *boom* do livro não passa de um “traque”; as verbas para as bibliotecas são cada vez menores; continuamos a ser ignorados nos debates sobre mercado editorial, cultura, comunicação, literatura, preservação, documento, educação e todas as áreas correlatas; nossa lei continua sendo infringida; nossos acervos continuam se transformando em papel higiênico; as propagandas continuam destruindo em 10 segundos as lutas e tentativas de anos e anos por melhorar nossa imagem; ainda procuramos sensibilizar os próprios bibliotecários para que modifiquem conceitos e atitudes em relação à sua própria classe etc., etc., etc.

Será que estamos seguindo o caminho certo, insistindo em pontos e propostas ultrapassadas? É necessária, urgente, uma revisão de nossos trabalhos e serviços. Da forma como são hoje oferecidos, eles não estão se adequando às necessidades da população. Dizemos que a biblioteconomia é interdisciplinar, mas não fazemos uso de quase nada do conhecimento de outras áreas. Não estamos acompanhando as alterações políticas, sociais, culturais de nosso tempo.

Precisamos de uma biblioteconomia revolucionária. Precisamos modificar nossa atuação para que ela seja, de fato, um instrumento transformador. Precisamos de uma biblioteca subversiva, de uma biblioteca guerrilheira.

(Palestra proferida em 27 de maio de 1987, em evento promovido pela Universidade Federal de Goiás)

Mercado de trabalho: o bibliotecário em São Paulo

Vários aspectos sobre mercado de trabalho poderiam e mereceriam abordagens específicas:

— a situação atual do mercado quando comparado com o número de profissionais bibliotecários: todos estão empregados? Qual o número de desempregados?

— os espaços tradicionais (biblioteca pública, escolar, universitária e especializada) continuam sendo os únicos a absorverem a mão de obra bibliotecária. Esta afirmação é correta? Existem outras opções, desconhecidas ou ainda não aproveitadas? As livrarias e editoras; a administração cultural; os cursos de secretariado equivalentes ao 2º grau; o trabalho autônomo, enfim, o rol de possibilidades “alternativas” de mercado, continuam como meras possibilidades?

— o mercado em potencial ainda está ligado, quase que exclusivamente às bibliotecas e centros de documentação e/ou informação de empresas?

— a grande maioria dos profissionais bibliotecários atuam junto ao serviço público, como funcionários públicos concursados, sendo irrelevante o número daqueles que trabalham para a iniciativa privada. Esta afirmação é válida para todas as regiões do país?

— os bibliotecários estão atendendo, respondendo e satisfazendo à necessidade informacional, técnica e social do mercado de trabalho?

— o salário oferecido para o profissional bibliotecário é digno e reflete o grau de importância e necessidade social da profissão?

— o ambiente é adequado para que o bibliotecário possa desenvolver suas atividades?

— o fato de a profissão ser eminentemente feminina, traz consequências para o mercado e, principalmente, para o salário?

As muitas perguntas formuladas exigem respostas, embora estas nem sempre possam ser objetivas.

Falar, discutir e debater sobre o tema, exigiria dados quantitativos e qualitativos que demonstrassem a situação atual e possibilitassem, através de análises, um prévio conhecimento das demandas e necessidades futuras. Poucos são, no entanto, os dados disponíveis e, mesmo estes, em sua maioria, são limitados e defasados, além de apresentarem dados de pouca relevância.

Uma fonte passível de utilização, é o Relatório Semestral da Bolsa de Empregos da Associação Paulista de Bibliotecários e do Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo. Através dela, pode-se responder, no âmbito do Estado de São Paulo e, em particular, da capital, a algumas das perguntas formuladas anteriormente.

Outras fontes, além de observações e experiências pessoais de bibliotecários, são normalmente utilizadas, embora tenham sua importância relativizada.

Dessa forma, tomando-se São Paulo como exemplo, é possível responder a várias das perguntas levantadas:

— a média salarial apresentada semanalmente pelo jornal Folha de São Paulo, para o bibliotecário, situa-se ao redor de CZ\$ 190.000,00 (set./88) em empresas de grande porte. Deve-se, no entanto, analisar esse dado com profundas reservas, já que, em outras fontes, a média salarial indicada está além (publicações de algumas empresas especializadas) ou aquém (Bolsa de Empregos APB/Sindicato) daquela.

— utilizando-se o último relatório semestral da Bolsa de Empregos da Associação Paulista de Bibliotecários e do Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo, evidencia-se uma quantidade de vagas consideravelmente maior do que o número de bibliotecários inscritos naquela Bolsa:

- empregos oferecidos
 - para profissionais: 150
 - para estagiários: 38
- inscrições
 - bibliotecários: 80
 - estagiários: 10

Convém lembrar que o total de bibliotecários inscritos não significa, necessariamente, o mesmo montante de desempregados, já que a Bolsa de Empregos atende apenas profissionais associados e que, quando estes a procuram para se inscreverem, o desemprego não é uma condição prévia e exclusiva.

Outro ponto que deve ser salientado é o fato de que a Bolsa de Empregos trabalha apenas com vagas que tenham sido oferecidas diretamente

a ela pelas empresas, deixando para os próprios profissionais interessados o levantamento de vagas através de outros meios, como jornais ou empresas de assessoria de recursos humanos.

Considerando-se que os dados apresentados refletem uma situação parcial, é demasiadamente temerosa qualquer tentativa de generalização, embora, através de contatos, observações e experiências constantemente relatadas por profissionais, seja possível supor que, no momento, o mercado de trabalho esteja absorvendo a maioria dos profissionais bibliotecários. O desemprego que até há alguns anos (poucos) atrás, dificultava a inserção dos recém-formados no mercado de trabalho*, estaria, dentro dessa suposição, em níveis mínimos.

O salário do bibliotecário, no entanto, continua sendo inferior ao da maioria das outras profissões liberais, tanto no serviço público (caso do Governo do Estado), como, principalmente, no setor privado. Mesmo com a deliberação de um piso salarial pelo Sindicato dos Bibliotecários — que, embora não sendo oficial, auxilia e colabora para o aumento da remuneração do profissional — a média efetivamente paga ao bibliotecário está muito abaixo do mínimo entendido como razoável para uma profissão reconhecida como de importância dentro da sociedade.

As empresas privadas no Estado de São Paulo, continuam oferecendo a maior parte das oportunidades de empregos. O número de concursos públicos diminuiu sensivelmente quando comparado com o crescimento do número de profissionais que anualmente ingressam no mercado de trabalho. A maioria das empresas ou mesmo órgãos públicos, atualmente, apenas contrata funcionários sob o regime da CLT. Esta afirmação também tem como base a observação e o testemunho, embora não deva, de maneira nenhuma, ser desprezada.

A partir da constatação anterior, pode-se — caso seja ela reconhecida como autêntica e válida — inferir que, hoje, não é possível reconhecer como absolutamente correta a afirmação de que a maioria dos profissionais bibliotecários atuam como funcionários públicos. O inverso pode ser considerado, para o Estado de São Paulo, como uma análise mais próxima da verdade, embora deva se reconhecer a dificuldade de obtenção de dados concretos que confirmem essa assertiva.

A situação do mercado de trabalho na área de atuação do bibliotecário parece ser promissora, ao contrário das perspectivas futuras do profissional. A frase pode parecer paradoxal e incoerente, mas reflete a realidade

* ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Estudo de caso: mercado e salário. *Palavra-Chave*, São Paulo, n.4, p.13-6, maio 1984.

atual: embora o mercado de trabalho amplie suas oportunidades, oferecendo vagas para bibliotecários — o que demonstra um reconhecimento pela sociedade da importância e das necessidades da biblioteconomia — estes profissionais, em sua grande maioria, não estão aptos a desempenhar e responder, satisfatoriamente, às demandas desse mercado. Obviamente, as exigências do mundo atual em relação às informações, levam as empresas e os órgãos de pesquisa, principalmente “de ponta”, a recrutarem profissionais de qualquer área, desde que atenda às suas necessidades. Outros profissionais, que não o bibliotecário, estão ocupando espaço que deve ser do bibliotecário. Lembrando: esse espaço deve ser do bibliotecário, não por força de uma lei corporativista, não por um legalismo que cria uma reserva de mercado, mas por capacidade e competência desse profissional.

Reconhecer-se assalariado, funcionário e empregado; ter consciência da necessidade de uma atualização constante; saber-se isolado e procurar minimizar este problema, atuando junto aos órgãos de classe; acreditar na importância, no interesse e no valor social da profissão, são pontos indispensáveis para que o profissional bibliotecário possa ser absorvido por um mercado em crescimento e com infinitas perspectivas; caso contrário, o bibliotecário será substituído, acertadamente, por profissionais que supram as necessidades de informação da sociedade futura.

(Palestra proferida no VII Encontro Londrinense de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Londrina, de 7 a 9 de outubro de 1988. Publicado nos Anais do evento, páginas 102-108)

COLEÇÃO PALAVRA-CHAVE

Volumes publicados

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Waldomiro Vergueiro

(esgotado)

A INFORMÁTICA NA BIBLIOTECONOMIA E NA DOCUMENTAÇÃO

Roberto Barsotti

(esgotado)

SERVIÇOS DE REFERÊNCIA & INFORMAÇÃO

Nice Menezes de Figueiredo

PARA ENTENDER AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Anna Maria Marques Cintra

Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo

Marilda Lopes Ginez de Lara

Nair Yumiko Kobashi

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: para Unidades de Informação

Célia Regina Simonetti Barbalho

Vera Silvia Marão Beraquet

TEXTOS AVANÇADOS EM REFERÊNCIA & INFORMAÇÃO

Nice Menezes de Figueiredo

O CUSTO DA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Marta Lígia Pomim Valentim

A *Coleção Palavra-Chave* tem por objetivo oferecer aos profissionais bibliotecários, aos estudantes de Biblioteconomia e Documentação e aos outros interessados, textos básicos e acessíveis sobre temas relevantes e atuais relacionados com o campo da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

A quase inexistência de textos nessas áreas exigia das editoras e entidades um trabalho conjunto visando preencher essa lacuna. A *Coleção Palavra-Chave* surge no bojo desse esforço e orgulha-se em ser a primeira com a preocupação de editar e veicular textos que contribuem para a atualização e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam no âmbito da Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e áreas afins.



editora polis
associação paulista de bibliotecários